



# **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Junho / 2009

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Luiz Inácio Lula da Silva

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

Fernando Haddad

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Eliezer Moreira Pacheco

**REITOR PRÓ TEMPORE DO IFRR**

Edvaldo Pereira da Silva

**PRÓ-REITOR DE ENSINO**

Roberto de Queiroz Lopes

**PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

Terezinha Filgueiras de Pinho

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO**

Jozilene de Souza

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

Daygles Maria Ferreira De Souza

**DIRETOR GERAL DO CAMPUS BOA VISTA**

Ananias Noronha Filho

**DIRETOR GERAL DO CAMPUS NOVO PARAÍSO**

Nadson Castro Dos Reis

**DIRETOR GERAL DO CAMPUS AMAJARI**

George Sterfson Barros

## **ELABORAÇÃO**

Comissão Responsável pela Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, nomeada através da Portaria N° 101/2009 de 13 de fevereiro 2009:

Ademar Araújo Filho

Ananias Noronha Filho

Antonio Cesar Barreto Lima

Débora Soares Alexandre Melo Silva

Djair Alves de Melo

Eliana Dias Laurido

Francisca das Chagas Souza de Araújo

Geórgia Marcelly de Souza

Guilherme da Silva Ramos

Jane da Silva Amorim

José Gomes da Silva

Joseane Leão de Souza

Leidilene Moura Sindeaux

Leila Márcia Ghedin

Maria Celina de Assis

Maria do Rosário Alves Coelho

Nadson Castro dos Reis

Raimundo Nonato Chacon

Robéria Rodrigues Lopes

Roseli Anater

Tatiane Cristina de Jesus

Virginia Guedelho Albuquerque

**GRUPOS DE TRABALHOS**

Daygles Maria Ferreira de Souza

Elizabeth Melo Nogueira

George Sterfson Barros

Heleny AlvesTajujá Rocha

Michel Habib Monteiro Kyrillos

Renata Orcioli da Silva Ticianeli

Ivone Mary Medeiros de Souza

Jonatas Teixeira Machado

Jozilene de Souza

Lana Cristina Barbosa de Melo

Lígia Nobrega Fernandes

Luciana Leandro Silva

Maria Aparecida Alves de Macedo

Maria Aparecida Macedo de S. Alves

Roberto de Queiroz Lopes

Ronaldo Almeida Barreto

Roselis Bastos

Silvina Faria dos Santos

Simone Albuquerque de Moura

Terezinha Filgueira de Pinho

Valnei Vieira Sales

Vicente Menezes de Paula

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1. PERFIL INSTITUCIONAL .....</b>	<b>9</b>
<b>2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>19</b>
<b>3. IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA..</b>	<b>47</b>
<b>4. CORPO DOCENTE.....</b>	<b>78</b>
<b>5. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>85</b>
<b>6. CORPO DISCENTE.....</b>	<b>87</b>
<b>7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>92</b>
<b>8. AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>101</b>
<b>9. INFRA ESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....</b>	<b>103</b>
<b>10. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA.....</b>	<b>122</b>
<b>11. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....</b>	<b>123</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>127</b>

## APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, cumprindo o que estabelece a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, apresenta seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado com base nos seguintes dispositivos legais: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Decreto nº 3.860/2001, Decreto nº 2.494/1998, Portaria MEC nº 1.466/2001, Portaria MEC nº 301/1998, Resolução CES/CNE nº 10/2002, Resolução CES/CNE nº 2/1998, Resolução CNE/CP nº 1/199, Resolução CP/CNE nº 1/2002 (art. 7º), Resolução CES/CNE nº 1/2001, Parecer CES/CNE nº 1.070/1999, Portaria MEC nº 3.284/2003, Lei nº 10.861/2004, Decreto nº 4.914/2003, Portaria MEC nº 7/2004, Portaria MEC nº 3.643/2004, Portaria MEC nº 2.051, Portaria MEC nº 2.253/2001, Decreto nº 5.154/2004, Decreto nº 5840/2006 e Decreto nº 5.773/2006. Foram utilizados também documentos internos da instituição e documento emitido pela SETEC contendo os subsídios para construção do PDI.

O PDI foi elaborado por uma Comissão que contou com o envolvimento de diversos segmentos e setores desta Instituição de Ensino Superior e utilizou como estratégia de trabalho a realização de eventos internos e externos. Foram levantadas as forças e fragilidades existentes no IFRR, e analisadas as pesquisas de demanda realizadas anteriormente, assim como as oportunidades e ameaças relacionadas a nossa Instituição no Estado. Com os resultados obtidos, conseguiu-se chegar a uma versão preliminar do PDI, que após uma ampla análise com os membros da Comissão, resultou neste documento.

Porém, este plano não é um instrumento Institucional finalizado, ao contrário, representa o ponto de partida, um norte balizador para as ações da instituição, por isso mesmo precisa ser visto como um documento em movimento num constante processo de construção e reconstrução. Nesse sentido será necessário o envolvimento e comprometimento de gestores, servidores, alunos e comunidade em geral, que periodicamente fará uma análise sistemática de suas ações, e a partir das conclusões, farão as mudanças que o novo contexto sugere.

**EDVALDO PEREIRA DA SILVA**  
**Reitor Pró Tempore do IFRR**

## INTRODUÇÃO

A Lei 11.892/2008, surge o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, como instituição de ensino superior, tendo como proposta, articular e integrar à formação acadêmica a preparação para o trabalho, bem como, promover uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

O IFRR é uma autarquia de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico aqui proposto elementos singulares para sua definição identitária. Possui estrutura pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Atendendo a legislação em vigor, o IFRR elaborou o Plano de Desenvolvimento através da participação de todos os segmentos envolvidos, servidores, alunos e sociedade em geral. A metodologia utilizada foi:

- a) Sensibilização da comunidade interna do IFRR – divulgação em todos os setores com distribuição de folders informativos, reuniões setoriais, disponibilização na página institucional sobre a importância do PDI e formas de participação, reuniões gerais para fortalecer e fomentar a participação de todos;
- b) Divulgação para participação na elaboração – distribuição de folders informativos, confecção e fixação em locais estratégicos de banners, faixas, outdoor;
- c) Disponibilização de urnas em locais estratégicos do IFRR – para a participação de todos, através de contribuição escrita;
- d) Audiências públicas – realizadas onze audiências públicas, sendo cinco no município de Boa Vista que contou com a participação da sociedade civil organizada, setor produtivo, órgãos governamentais, servidores e alunos; três no município de Amajari, na sede do município, na comunidade indígena Três Corações e no assentamento da localidade Trairão; três no município de Caracarái, localidade Novo Paraíso envolvendo servidores, alunos e moradores dos municípios de Caracarái, Rorainópolis, Caroebe, São João da Baliza, São Luis do Anauá.

A consolidação das contribuições foram organizadas de acordo com os temas e áreas de atuação do IFRR estão contempladas na definição das diretrizes, metas e ações deste plano.

Este Plano, no entanto, não é um documento dogmático, fechado, pronto, acabado, mas constitui-se no instrumento orientador do processo de tomada de decisões e da definição das diferentes etapas a percorrer. É a indicação de um caminho que se constrói no dia-a-dia como resultado das experiências vivenciadas, dos espaços conquistados, da evolução do ambiente interno e externo, e, da percepção no presente da necessidade de mudanças de comportamentos, atitudes e valores para se garantir o futuro.

O Plano de Desenvolvimento Institucional é, portanto, a antecipação do futuro que possibilita a materialização do sonho na projeção do amanhã sendo construído a partir da prática do hoje.

Como instrumento orientador e não doutrinário, o Plano tem como certo um ponto de partida, mas, o ponto de chegada será sempre constituído de interrogações, sendo

redimensionado, reformulado, projetado para frente, num movimento contínuo de permanente busca da melhoria da qualidade dos produtos e serviços disponibilizados pelo IFRR.

A cada meta atingida, a cada objetivo alcançado, serão necessárias as revisões dos processos e o estabelecimento de novos objetivos e metas. Assim, o futuro de hoje será o presente de amanhã que, por conseguinte, será a base para o novo futuro – o novo sonho.

Esse movimento implica na necessidade de estarmos atentos ao processo de mudanças no contexto social, nos processos produtivos e nos avanços tecnológicos, de modo que, através da garantia do exercício da autonomia, do respeito e preservação da ética da identidade, o IFRR possa desenvolver e praticar os princípios da estética da sensibilidade, para atender em seus processos e ações, os pressupostos da política da igualdade e os princípios pedagógicos de interdisciplinaridade, diversidade e contextualização.

Nesse processo de interação constante e permanente com o meio, é que o IFRR estabelece uma sintonia fina com o seu contexto, adquire consciência de sua identidade e do seu papel enquanto instituição integrante da Rede Federal de Educação Tecnológica e define sua missão.



## **1. PERFIL INSTITUCIONAL**

### **1.1 Missão Institucional**

Desenvolver de forma articulada os processos de educação, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e extensão, valorizando o ser humano, considerando a territorialidade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

### **1.2 Visão de Futuro**

Permanecer em constante evolução enquanto instituição de formação profissional e referência para as áreas de educação, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, oferecendo serviços com qualidade, a partir de uma gestão moderna, participativa e dinâmica, sintonizada com o mundo do trabalho, com os arranjos produtivos, sociais, culturais locais e as políticas ambientais, valorizando o ser humano em todas as suas potencialidades e considerando as diversidades.

### **1.3 Princípios Norteadores e Valores**

Através de sua Proposta Pedagógica, o IFRR tem como orientação geral para a concepção, construção e execução de planos de curso e propostas curriculares, os seguintes princípios e valores:

a) Os Constitucionais e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96:

- Igualdade de condições de acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender e ensinar;
- Pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- Gratuidade do ensino público;
- Valorização do profissional;
- Gestão democrática;
- Valorização da atividade extra-escolar;
- Garantia do padrão de qualidade;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

b) Princípios axiológicos do currículo:

- Política da igualdade;
- Estética da sensibilidade, e
- Ética da identidade.

c) Os pedagógicos, voltados para uma prática que contemple:

- A diversidade;
- A autonomia;
- A contextualização;
- A flexibilidade;
- A interdisciplinaridade, e
- A inclusão social.

#### **1.4 Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é originário da extinta Escola Técnica que foi implantada, informalmente, em outubro de 1986, iniciando suas atividades em 1987 com os cursos Técnicos em Eletrotécnica e em Edificações, funcionando em espaço físico cedido pela Escola de Formação de Professores de Boa Vista.

Através do Decreto nº 026 (E) de 12 de outubro de 1988, o Governo do então Território Federal de Roraima criou a Escola Técnica de Roraima. O Parecer nº 26/89 do Conselho Territorial de Educação autorizou e reconheceu a Escola, aprovou o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos Cursos por ela ministrados e tornou válido todos os atos escolares anteriores ao Regimento.

Por força da Lei Federal nº 8.670 de 30 de junho de 1993, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, iniciando, em 1994, suas atividades nas instalações físicas da Escola Técnica Estadual, com 74% de seus servidores redistribuídos do quadro de pessoal do ex-Território Federal de Roraima, incorporando ao seu patrimônio rede física, materiais e equipamentos e absorvendo todos os alunos matriculados naquela escola nos cursos de Edificações e Eletrotécnica.

A partir dessa data, a Escola iniciou um Programa de Expansão de cursos e do número de vagas, implantando novos cursos – ensino fundamental – 5ª a 8ª série, Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física – totalizando, naquele ano, 17 turmas e 406 alunos.

Em dezembro de 1994 a Escola Técnica Federal de Roraima foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, através da Lei nº 8.948 de 8 de dezembro, publicada no DOU nº 233, de 9 de dezembro, Seção I. Entretanto, sua efetiva implantação como CEFET-RR só ocorreu através do Decreto Federal de 13 de novembro de 2002, publicado no DOU nº 221, Seção I, tendo a referida solenidade ocorrida no dia 10 de dezembro de 2002.

Em 1995, foram mantidos os mesmos cursos, porém com o aumento do número de vagas oferecidas em todos eles. Até este ano, o ingresso do aluno no Curso Técnico ocorria diretamente na primeira série do curso escolhido por ele.

A partir de 1996, a Escola implantou o 1º ano básico. Assim, o ingresso do aluno nos cursos técnicos passou a ser primeiro, para o 1º ano básico comum a todos os cursos, somente no final desse ano o aluno era chamado a fazer a sua opção para um dos Cursos Técnicos oferecidos pela Escola.

Em 1996, houve um salto na matrícula em função do programa de expansão do oferecimento de vagas, que se caracterizou pela implantação do 1º ano básico e dos cursos Pós 2º Grau (Pós Médio) Técnico em Turismo, Técnico em Hotelaria e Técnico em Secretariado.

A partir de 1997, percebe-se um decréscimo na matrícula, reflexo direto das medidas administrativas que a escola foi obrigada a tomar, em função do processo de implantação das reformas do Ensino Médio e Técnico. Assim, entrou em processo de extinção o ensino fundamental que não mais ofereceu a 5ª série.

Também, os cursos Pós 2º Grau, por terem sua estrutura curricular modular, num total de três módulos para Turismo e Hotelaria e dois módulos para Secretariado, apresentaram uma significativa redução na matrícula, porque à medida que as turmas foram concluindo os cursos, não houve o ingresso de novas turmas.

O ano de 1997 representou um marco importante no processo histórico do CEFET-RR, tendo o Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, expedido Portarias autorizando o funcionamento e regulamentando os sete cursos abaixo discriminados:

- Curso Técnico em Eletrotécnica: Portaria MEC/SEMTEC nº 145 de 19 de novembro, D.O.U. nº 227 do dia 24.11.97;
- Curso Técnico em Edificações: Portaria MEC/SEMTEC nº 146 de 19 de novembro, D.O.U. nº 227 do dia 24.11.97,
- Curso Magistério em Educação Física: Portaria MEC/SEMTEC nº 150 de 28 de novembro, D.O.U. nº 232 do dia 01.12.97. Redação retificada pela redação publicada no DOU nº 27 do dia 09.02.98;
- Curso Técnico em Agrimensura: Portaria MEC/SEMTEC nº 151 de 28 de novembro, D.O.U. nº 232 do dia 01.12.97;
- Curso Técnico em Turismo: Portaria MEC/SEMTEC nº 152 de 28 de novembro, D.O.U. nº 232, do dia 01.12.97;
- Curso Técnico em Hotelaria: Portaria MEC/SEMTEC nº 153 de 28 de novembro, D.O.U. nº 232 do dia 01.12.97;
- Curso Técnico em Secretariado: Portaria MEC/SEMTEC nº 154, de 28 de novembro, D.O.U. nº 232, do dia 01.12.97.

Em 1998 a matrícula inicial apresentou um decréscimo, conseqüência dos seguintes aspectos:

- Adaptação da Escola às exigências da Reforma (aplicação do Decreto nº 2.208/97 e da Portaria nº 646/97);
- Conclusão em 19997 das últimas turmas dos Cursos Pós 2º Grau;
- Da eliminação do 1º ano básico;
- Do não oferecimento de novas vagas para os Cursos Técnicos existentes que entraram em processo de extinção;
- Da implantação do Ensino Médio com oferecimento de 210 vagas, representando 50% das vagas oferecidas no ano anterior.

A partir do 2º semestre de 1998 foram reativados os Cursos Pós-médio, Técnico em Turismo e Técnico em Secretariado. Também se implantou o Curso Pós-médio Técnico em Enfermagem, com o conseqüente aumento da matrícula escolar. Ainda em 1998, a Escola passou a oferecer o Telecurso 2.000 nos níveis fundamental e médio, como estratégia de capacitação de servidores administrativos da Instituição.

No ano de 1999, além dos Cursos já mencionados, houve a implantação do Curso Técnico em Transações Imobiliárias, totalizando a matrícula inicial em 1.659 alunos.

Ainda em 1999, em função das exigências da reforma do ensino, a Escola iniciou, a título de experiência, a concomitância para alunos do Ensino Técnico a partir do segundo ano do Ensino Médio, com a proposta curricular de todos os Cursos já organizada de forma independente do Ensino Médio e com estrutura modular. Esta experiência não se mostrou muito positiva na prática, o que determinou a sua extinção já a partir de 2001.

No ano de 2000, foi implantado o novo Ensino Médio, com sua proposta curricular inteiramente estruturada por competência e cumprindo todos os quesitos exigidos pela legislação, em especial a Lei nº 9.394/96, o Parecer nº 15/97, a Resolução nº 03/97 do CNE e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Em 2001 foram implantados os Cursos Técnicos em Eletrônica, Recreação e Lazer, Informática e Laboratório.

Em 2002 passou a executar o Programa de profissionalização dos trabalhadores de Enfermagem – PROFAE, (convênio com o Ministério da Saúde) que tinha por finalidade habilitar como Auxiliar de Enfermagem os profissionais já inseridos no mercado de trabalho.

Ainda em 2002, como fruto de um Convênio de parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Saúde, foi implantado o Curso Técnico em Radiologia. Este curso teve sua necessidade apontada na pesquisa de mercado, e diagnosticada por dados fornecidos pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Saúde de Roraima, por proprietários de clínicas radiológicas e da Delegacia Regional de Radiologia, que demonstraram um grande contingente de trabalhadores da área de saúde no setor de Radiologia sem a devida habilitação profissional no Estado.

Também, em 2002, foi implantado o Curso Técnico em Segurança do Trabalho, em parceria com o Corpo de Bombeiros. Este curso teve sua necessidade apontada na pesquisa de mercado, diagnosticado por dados fornecidos pela Delegacia Regional do Trabalho, que demonstraram uma grande necessidade de profissionais no setor de Segurança no Trabalho.

Com a transformação desta Instituição em CEFET-RR – Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, através de Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia seguinte, a comunidade interna preparou-se para fazer valer o princípio da verticalização da Educação Profissional, oferecendo cursos profissionalizantes de nível básico, técnico e superior. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta vinculada à transformação da ETFRR em CEFETRR.

Em 2005, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país. Estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas – UNEDs em diversas unidades da federação, sendo o Estado de Roraima contemplado na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo

Paraíso, no município de Caracará, sul do Estado e na Fase II com a UNED Amajari, região norte do Estado, atualmente em processo de construção, com previsão de funcionamento para 2010.

Em 2007, o CEFETRR firma convênio com as Prefeituras de São João do Baliza e Rorainópolis, proporcionando transporte escolar e alimentação para os alunos dos respectivos municípios, buscando viabilizar o funcionamento da UNED Novo Paraíso.

As atividades pedagógicas nesta Unidade tiveram início em agosto de 2007 com 172 alunos matriculados no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma com 22 alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Em 11 de novembro de 2007, a UNED de Novo Paraíso foi inaugurada pelo Ministro da Educação Fernando Haddad e no início de 2009 foi ofertado o primeiro curso de Pós-Graduação Lato Sensu.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo desta forma criado o IFRR, mediante transformação do CEFET-RR.

Na tabela abaixo, está especificada a evolução da matrícula inicial, no período de 1997 a 2009.

**Tabela 1- Evolução da matrícula inicial por curso no período de 1997 a 2009 – Campus Boa Vista**

CURSOS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009.1*
Ensino Fundamental	376	199	73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1º Ano Básico	386	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ensino Médio	-	221	420	496	471	393	453	507	596	588	365	174	0
Suplência Ensino Médio	-	-	-	-	-	33	-	-	-	-	-	-	0
Técnico em Agrimensura	54	97	122	162	109	86	85	86	87	55	70	62	21
Técnico em Edificações	206	269	289	264	156	149	121	168	178	156	76	110	114
Técnico em Edificações - EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	17	-	21
Técnico em Eletro técnica - EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	10	4
Técnico em Eletrotécnica	163	178	191	225	146	110	132	104	125	132	106	103	98
Magistério em Educação Física	137	181	211	161	27	-	-	-	-	-	-	-	0
Técnico em Turismo	109	49	71	-	95	67	65	-	-	31	48	24	23
Técnico em Turismo – EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	0
Turismo – Guia	-	-	-	-	-	-	-	24	24	-	-	-	0
Técnico em Hotelaria	109	-	35	63	18	-	-	-	-	-	-	-	0
Técnico em Secretariado	56	70	99	103	123	100	159	167	107	201	130	122	182
Técnico em Secretariado - EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	37	24	17
Técnico em Enfermagem	-	34	65	92	50	78	89	104	144	158	192	92	98
Técnico em Enfermagem - EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	104	103	87
Técnico em Trans. Imobiliárias	-	-	35	29	38	59	81	72	54	17	-	-	0
Técnico em Eletrônica	-	-	-	-	38	68	114	84	106	66	76	53	15
Técnico em Informática- EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	56	66
Técnico em Informática	-	-	-	-	70	91	90	51	55	51	-	103	78
Técnico em Recreação e Lazer	-	-	-	-	70	113	29	-	-	-	-	-	0
Técnico em Análises Clínicas	-	-	-	-	35	60	99	95	90	163	159	90	104
Técnico em Análises Clínicas - EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	57	71	60
Técnico em Segurança no Trabalho	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	0
Técnico em Radiologia	-	-	-	-	-	-	38	28	35	31	35	34	38

Técnico em Turismo Integrado ao Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	75	60
Técnico em Secretariado Integrado ao Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76	108	167
Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		36	69
Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72	106	175
Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	71	102
Licenciatura em Educação Física	-	-	-	-	-	-	-	135	151	213	255	286	220
Licenciatura em Língua Espanhola e suas Literaturas											70	93	113
Tecnólogo em Gestão do Turismo	-	-	-	-	-	-	25	59	56	44	57	60	76
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	-	-	-	-	-	-	-	-	60	109	98	142	118
Tecnólogo em Saneamento Ambiental	-		-									38	62
Tecnólogo em Gestão Hospitalar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	91	112	88
Pós-Graduação em Docência com Ênfase em Desenvolvimento Sustentável	-										33	91	0
Pós-Graduação em Docência para PROEJA													105
<b>Total</b>	<b>1596</b>	<b>1339</b>	<b>1621</b>	<b>1595</b>	<b>1446</b>	<b>1592</b>	<b>1688</b>	<b>1684</b>	<b>1938</b>	<b>2216</b>	<b>2330</b>	<b>2449</b>	<b>2451</b>

Fonte: CEFET-RR/COPLAN/Relatórios Anuais  
\* Matrícula inicial 2009.1

**Tabela 2 – Evolução da matrícula inicial por curso no período de 2007 a 2009 – Novo Paraíso**

<b>C U R S O S T É C N I C O S</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009.1</b>
Técnico em Agropecuária Integrado Ensino Médio	150	186	208
Técnico em Agropecuária Integrado a Educação de Jovens e Adultos	22	22	13
Pós-Graduação em Docência para PROEJA	0	0	35
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>208</b>	<b>256</b>

Fonte: CEFET-RR/COPLAN/Relatórios Anuais.

### 1.5 Estrutura Jurídica

Entidade de natureza autárquica, CNPJ N° 84.042.415/0001-18, situada na Avenida Glaycon de Paiva, 2496 –Bairro Pricumã, CEP: 69.304-340.

Instituição Federal de Ensino vinculada ao Ministério da Educação/MEC. Supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC.

Personalidade Jurídica Própria com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, nos termos da Lei n° 3.552 de 16.02.59, alterada pelo Decreto/Lei n° 796, de 27.08.69.

Quadro de Pessoal próprio composto por servidores técnico-administrativos e docentes, através do Regime Jurídico Único, Lei n° 8.112/90 e Lei n° 7596, de 10.04.87, que estabelece o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos das Unidades Federais de Ensino – PUCRCE.

## 1.6 Finalidades e Características

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

## 1.7 Objetivos e Metas da Instituição

Implementar a educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades de ensino, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional, educação superior e pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, apoiando os processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional, visando à promoção de produtos inovadores, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

### 1.7.1 Descrição dos objetivos e quantificação das metas

#### QUADRO 1 – Objetivos e Metas – IFRR – 2009 – 2013

Objetivos Específicos	Metas Institucionais	ANO				
		2009	2010	2011	2012	2013
Orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.	Realizar estudos de demanda para oferta de cursos.		01			01
	Avaliar a implementação dos currículos propostos nas modalidades de ensino ofertadas.		06	06	07	08
	Realizar seminários de avaliação das ações do IFRR.	01	01	01	01	01
	Implantar observatórios econômicos.		02	01		
Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.	Criar projetos extensionistas nas áreas de atuação do instituto	02	05	05	15	15
	Oferecer assessoria aos municípios, nas áreas de atuação do instituto		05	05	10	15
	Implantar empresas juniores e incubadoras nas áreas de atuação do instituto.		01	02	03	04
	Realizar evento de atendimento à comunidade em parceria com segmentos da sociedade civil organizada, organizações governamentais e o setor produtivo.	02	04	06	06	06
	Realizar cursos de formação inicial e continuada, para atender as demandas da sociedade e do setor produtivo	06	12	20	20	30
Ministrar cursos em nível de educação básica, técnica e superior, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.	Oferecer turmas para os cursos de Educação Profissional Técnico Integrado; Educação Profissional Técnica Subseqüente; Educação Profissional na Modalidade de Jovens e Adultos.	18	24	31	38	39
	Oferecer Cursos de Graduação: Tecnologia, Licenciatura e Bacharelados.	6	7	10	13	15
	Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu a fim de adequar as funções docentes em pelo menos 60% dos que atuam sem a formação adequada, como também atender as demandas sócio-econômicas locais.	2	3	3	3	3



Capacitar os servidores do IFRR em sua área de atuação para uma melhor oferta dos serviços prestados à comunidade	Realizar cursos de atualização em gestão pública Realizar cursos de acordo com a área de atuação dos servidores Realizar cursos de elaboração e gestão de projetos Realizar cursos de gestão pedagógica e suas interfaces no desenvolvimento dos diferentes níveis de ensino no IFRR.	10	12	14	20	22
Implantar os setores necessários ao desenvolvimento das políticas de pesquisa Pós-Graduação e inovação tecnológica no IFRR	Criar e consolidar a Coordenação de Produção e Publicação Científica, responsável pelo processo de produção, editoração e publicação do material técnico e científico do IFRR.	01				
	Criar e consolidar o departamento de Pesquisa e Inovação Tecnológica, para a auxiliar a Pró - reitoria na elaboração das políticas do IFRR relativas ao desenvolvimento da Pesquisa Aplicada e da Inovação Tecnológica.	01				
	Criar e consolidar o departamento Pós-graduação para a auxiliar a Pró - reitoria na elaboração das políticas do IFRR relativas ao desenvolvimento da Pós-graduação.	01				
Regulamentar as ações da pós-graduação, pesquisa e Inovação Tecnológica do IFRR;	Compor equipes que redigirão as normas da pós-graduação, pesquisa e inovação tecnológica.		03	01	01	01
	Criar Comitê de Ética em Pesquisa , e credencia-lo junto a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde.		01	01	01	01

Estimular o desenvolvimento da Pesquisa aplicada e inovação tecnológica, perpassando todos os níveis e modalidades de ensino, dentro das linhas de pesquisa de interesse institucional, através de recursos próprios e de agências de fomento.	Capacitar a comunidade interna em cursos de Elaboração de Projetos, Inovação tecnológica; linhas de financiamento.	30	30	30	30	30
	Compor uma equipe que, com base no PDI, possa ajustar as linhas de Pesquisa do IFRR.		01			
	Identificar e Divulgar Editais de Fomento à Pesquisa, de caráter Nacional	05	05	05	05	05
	Promover a comunicação científica dos resultados de pesquisas realizadas no IFRR ou com a sua interveniência através de eventos e publicações. 1. Eventos 2. Publicações	02	02	02	02	02

## 1.8 Áreas de Atuação Acadêmica

O IFRR pauta sua atuação com ações acadêmicas de formação, qualificação, extensão e prestação de serviços nos seguintes Eixos Tecnológicos:

### 1.8.1 Na formação técnica de nível médio:

- Ambiente, Saúde e Segurança;
- Gestão e Negócios;
- Hospitalidade e Lazer;
- Informação e Comunicação;
- Infraestrutura;
- Recursos Naturais;
- Controle e Processos Industriais.

### 1.8.2 Nos cursos superiores:

- Hospitalidade e Lazer;
- Informação e Comunicação;
- Ambiente, Saúde e Segurança.

### 1.8.3 Na formação de professores:

- Licenciatura em educação física;

- Licenciatura em espanhol e sua literatura.

O fator determinante para a atuação do IFRR em uma determinada área profissional é a perspectiva de bom atendimento que o mesmo poderá garantir no desenvolvimento da ação pretendida. Assim, para a oferta de um determinado curso, além dos procedimentos rotineiros de levantamento da demanda, da perspectiva de mercado e das condições estruturais (ambientes específicos), um ponto que é considerado, e em algumas situações tem imposto limitações à expansão das ações acadêmicas, refere-se ao quadro de pessoal docente e técnico administrativo limitado quantitativamente.

## **2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

### **2.1 Inserção Regional**

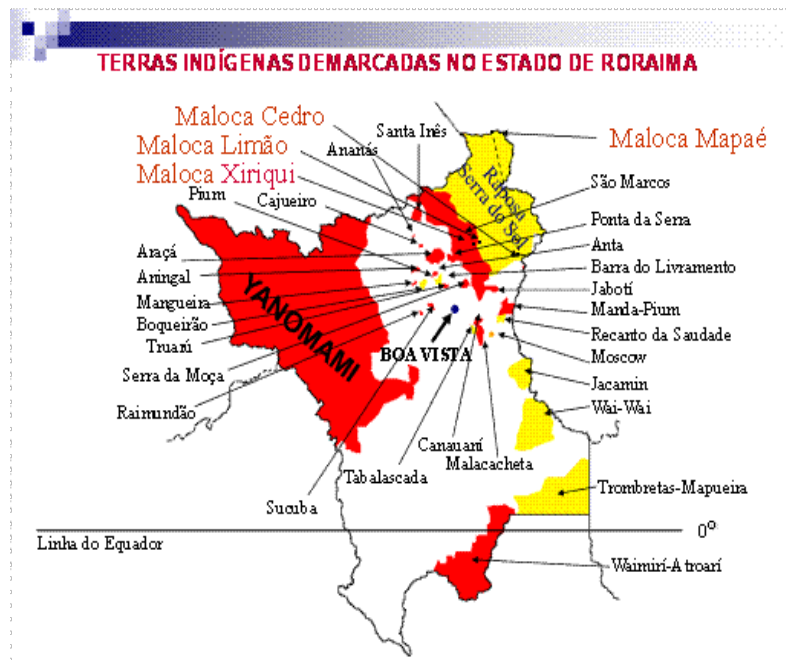
O IFRR constrói o seu PDI com a participação ativa dos servidores, corpo discente, representantes do setor produtivo, sociedade civil organizada e órgãos governamentais, por meio de workshop, audiências públicas, contribuições on-line e urnas que foram disponibilizadas nos Campi, para manifestação espontânea acerca da implantação do Instituto. Ressalta-se que foram acolhidas todas as sugestões demandadas, subsidiando desta forma os rumos que serão tomados para a implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

A área de abrangência do Instituto constitui-se através da atuação de seus Campi:

- Campus Boa Vista – localizado na região central do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá, Normandia, Alto Alegre, Mucajaí, Iracema;
- Campus Novo Paraíso – localizado na região sul do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Caracarái, Cantá, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe, Rorainópolis;

- Campus Amajari – localizado na região norte do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã, Alto Alegre.

A área de abrangência do IFRR inclui também o atendimento às comunidades indígenas das diferentes etnias, cuja localização está definida de acordo com a demarcação e homologação das terras indígenas, conforme mapa abaixo<sup>1</sup>:



### 2.1.1 Contexto geográfico

O Estado de Roraima, situado no extremo Norte do Brasil, possui uma área de 224.298,98 km<sup>2</sup>, tem uma extensa área de fronteira sendo ao Norte com a República Bolivariana da Venezuela, ao Sul com os Estados do Amazonas e do Pará, ao Leste com a República Cooperativista da Guiana e ao Oeste com o Estado do Amazonas e com a República Bolivariana da Venezuela. É ocupado por 412.783 habitantes, donde resulta uma densidade demográfica de 1,84 hab./km<sup>2</sup>. Cerca de 63%, 260.930 habitantes, da população está concentrada na capital, Boa Vista, por ser este o centro dinâmico do Estado e ofertar uma maior quantidade de bens e serviços públicos e privados.

De acordo com Agostinho<sup>2</sup>, nos anos 1970 e início dos anos 1990 foi grande a exploração de ouro nas terras do Estado, principalmente na área indígena Yanomami, o que deu ao Estado um *boom* no crescimento populacional em decorrência da grande migração de pessoas de várias áreas do país para explorar o minério. Tal situação proporcionou à capital Boa Vista uma explosão de sua população urbana, contribuindo sobremaneira para o surgimento de um cinturão de pobreza na cidade.

<sup>1</sup> Disponível em [http://www.ecoamazonia.org.br/Docs/demarcacao/imagens/equilibrio\\_federativo\\_clip\\_image006.gif](http://www.ecoamazonia.org.br/Docs/demarcacao/imagens/equilibrio_federativo_clip_image006.gif). Acesso em 24/06/2009.

<sup>2</sup> Disponível em [http://www.ecoamazonia.org.br/Docs/Tese\\_Doutorado/index.php#sumario](http://www.ecoamazonia.org.br/Docs/Tese_Doutorado/index.php#sumario). Acesso em 18 de maio de 2009.

### 2.1.2 Contexto histórico e cultural

Desde 1535, com as primeiras expedições espanholas, até meados do século XVIII, as terras de Roraima, bem como todo noroeste da América do Sul, foram percorridas por inúmeros contingentes de aventureiros em busca de metais e pedras preciosas. A partir da identificação da foz do Rio Branco (provavelmente em 1639), inicia-se o lento processo de ocupação da região abrangida por este rio, a primeira metade do Século XVII se caracteriza pelas *Entradas* das tropas portuguesas, ou de empreendimentos privados, em busca de índios para execução de trabalhos escravos além de recursos minerais, drogas do sertão, peixe seco, tartarugas e peles de animais.

Por volta de 1750 a presença de Espanhóis, Holandeses, Ingleses e Franceses na vasta região do hoje extremo Norte do Brasil, acirra as preocupações portuguesas com a segurança local, em 1775 a fundação do Forte São Joaquim, contíguo a Vila de São Felipe, na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera que formam aí o Rio Branco. É um marco da ocupação da região uma vez que a partir deste se estabelecem *Reduções* ou *Vilas* ao longo do Rio Branco, com duplo objetivo: Econômico, para organizar a captura e manutenção de indígenas como escravos; e Geopolítico pela ocupação permanente e ordenada da região. Nesta mesma linha e observando as potencialidades dos campos naturais, Portugal opta pela implantação do gado bovino como estratégia de fortalecimento da região, segue daí a implantação das Fazendas Nacionais como estratégia de ocupação.

Anteriormente pertencente ao Estado do Amazonas, como município de Boa Vista do Rio Branco (1890) foi transformado em Território Federal do Rio Branco em 1943, passou a ser chamado Território Federal de Roraima em 1962 e tornou-se Estado em 1988 com a promulgação da Constituição Federal.

No século XX, a partir dos anos 40, e em particular nas décadas de 60 e 70, observou-se em Roraima um grande fluxo imigratório, principalmente oriundo dos Estados do Nordeste, em busca de terras para criação de gado, produção de grãos e agricultura de subsistência. A principal característica desses imigrantes era a condição sócio-econômica baixa, aliada à falta de escolaridade e de formação profissional.

Nas décadas de 70 e 80, o movimento de imigração continuou, mas pouco a pouco foi revelando um outro perfil das pessoas que aqui chegavam. Além daqueles com o perfil descrito no parágrafo anterior, foi crescente o índice de profissionais com formação em Nível Superior, geralmente oriundo das regiões Sul e Sudeste. Nesse particular, o programa “Projeto Rondon” da Universidade Federal de Santa Maria – RS que manteve um campus avançado no Estado, foi de fundamental importância. Por outro lado, a condição jurídica do então Território Federal e a grande falta de mão de obra especializada, aliadas às vantagens do “emprego federal” foi a grande descoberta dos imigrantes com formação superior.

Este fato ficou muito evidente, quando após a transformação do Território em Estado, houve uma verdadeira revoada de “servidores públicos federais” solicitando redistribuição para outras Unidades Federadas, com muita frequência para seus Estados de origem. Este fenômeno teve um efeito imediato no perfil acadêmico e sócio-econômico da população que permaneceu no Estado.

Na década de 80, embora não registrada por dados censitários, a população em Roraima foi fortemente aumentada pelo fluxo de garimpeiros, bastante expressiva entre 1985 e 1990.

No período de 1980/1991, registrou-se o auge do garimpo na região, quando se verificou um fluxo populacional desordenado em direção ao Estado. Já no período 1991/96, com o fechamento dos garimpos e as demarcações das áreas indígenas, houve reversão do processo migratório, que alterou os níveis do desenvolvimento demográfico de Roraima.

O fenômeno do garimpo trouxe como consequência o agravamento da situação sócio-econômica da população do Estado, que se tornou mais pobre, apesar das grandes quantidades de ouro e diamantes que daqui foram retirados.

Atualmente a população do Estado é formada por uma mistura de raças (índio, branco, negro) e por cidadãos oriundos de todos os Estados e regiões do Brasil. Esta realidade apresenta uma grande diversidade cultural, que apesar de positiva, tem um viés que dificulta o surgimento do sentimento regionalista e de uma cultura local própria. Posto que, vias de regra, os imigrantes procuram preservar suas tradições e cultura de origem.

### 2.1.3 Contexto sócio econômico

O Estado de Roraima passa por profundas modificações em suas bases de desenvolvimento com o estabelecimento de quatro ocorrências fundamentais que apontam para mudanças em sua estrutura sócio econômica, a saber:

- a) Definição da Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol – com o fim do impasse que se arrastou por décadas fica determinada a saída de todos os não indígenas da área;
- b) Repasse das Terras Públicas da União para o Estado – a partir da Medida Provisória n.º 454 e o Decreto n.º 6.754, de 28 de janeiro de 2009, inicia-se o processo de repasse de seis milhões de hectares. Assim a almejada definição fundiária fica estabelecida propiciando segurança aos produtores de maneira geral, organizando e legalizando os Projetos de Assentamento e possibilitando a Regularização Fundiária de propriedades rurais. Possibilitando melhor acesso ao crédito e demais programas de desenvolvimento.
- c) Área de Livre Comércio ALC, em Boa Vista e Bonfim – a exemplo da Zona Franca de Manaus, busca potencializar a importação de bens a partir da isenção de impostos e tributos;
- d) Zona de Processamento de Exportação ZPE, em Boa Vista – tem como objetivo estimular as indústrias a se instalarem na região e a exportarem, através do abono e da isenção de impostos. Ela será controlada pela Receita Federal.

No que se refere ao contexto econômico, segundo o Governo do Estado de Roraima, o PIB – Produto Interno Bruto do Estado de Roraima ocupa o último lugar no ranking nacional, com o valor de R\$ 3.660 milhões em 2006, o que representa uma participação de 0,15 % no PIB do Brasil e 3,05 % no total da Região Norte. (SEPLAN, 2009)

O crescimento real anual referente ao período de 2006/2005 ficou em 6,3%, atrás somente dos Estados do Ceará (8,0%), Espírito Santo (7,7%), Pará (7,1%) e Paraíba (6,7%), sendo que nesse ano, o Brasil cresceu 4,0% e a Região Norte 4,8%. Com esse resultado, Roraima obteve a segunda maior taxa de crescimento da Região Norte.

Em relação a 2005, o setor de Serviços cresceu 7,0%, participando assim, em 81,5% da economia estadual.

As atividades econômicas de maior crescimento nesse setor foram o “Comércio, Manutenção e Reparação” com 22,7%, com destaque para o Comércio Varejista de Equipamentos de Informática, incentivado pela redução dos preços dos produtos de informática e de comunicação, facilidade de acesso ao crédito e pelo aumento desses produtos no consumo das famílias. Nesse ano, também se verificou o crescimento dos Serviços de Manutenção e Reparação, notadamente de veículos automotivos.

A segunda atividade de maior crescimento foi a “Saúde e Educação Mercantil” com 14,9%, devido ao aumento de matrículas realizadas nas faculdades do setor privado.

Em seguida, vem as “Instituições Financeiras, Seguros e Previdência Complementar” com 12,3%, impulsionada pela oferta de empréstimos e financiamentos, principalmente o empréstimo consignado.

Os “Serviços Prestados às Famílias” cresceu 7,1%, principalmente as atividades relacionadas com serviços de cabeleireiros e outros serviços de beleza, cuja participação na atividade chega, em média, a 47,0%.

O setor Secundário, com a participação de 10,9% no valor adicionado do Estado, cresceu 3,5%, impulsionado pela “Construção Civil” que obteve um crescimento de 7,1% em relação ao ano anterior. A Indústria de Transformação teve uma queda de -2,4% em relação a 2005.

A Agropecuária, que representa 7,7% do valor adicionado estadual, apresentou uma queda de -6,8% em relação ao ano anterior, causada pela diminuição de -6,8% da produção de arroz e -15,4% da produção de soja.

O setor público tem 48,8% de participação no valor adicionado total do Estado. O Produto Interno Bruto per capita foi de R\$ 9.075, subindo uma posição com relação a 2005, ficando atrás do Estado do Amazonas, apenas. Também no ranking nacional, Roraima subiu uma posição, saindo da 14ª para 13ª posição, ficando 28,5% abaixo da média nacional e 13,4% acima da média regional.

A variação nominal do PIB per capita de 2006 com relação a 2005 foi de 11,7%, enquanto a população foi de 403.344 habitantes, apresentando uma variação de 3,1%, em relação ao ano anterior.

#### **2.1.4 Potencialidades do Estado**

O Plano Pluri Anual – PPA, do Governo do Estado de Roraima, para o período de 2008 a 2011, define três grandes pilares para o desenvolvimento do Estado:

- Eficiência e Transparência na Gestão Pública;
- Inclusão Social; e
- Crescimento Sustentável.

Considerando que o PPA, foi construído de forma participativa e com forte aporte técnico pode-se admitir, para a definição das ações do IFRR, a dimensão Crescimento Sustentável, bem como suas diretrizes e estratégias, a seguir relacionadas, como referência de potencialidades do Estado:

### **a) Crescimento sustentável**

Esta dimensão tem como objetivo estratégico o aumento do PIB, na busca da inserção da economia estadual na corrente do comércio inter-regional, tendo por base a aplicação de ciência e tecnologia e, por pressuposto, o equilíbrio ambiental.

#### **Diretrizes:**

- Incentivar o Agronegócio e a Agricultura Familiar, planejando a criação de pólos de produção; agregando valor ao produto e aumentando a renda; fixando o homem no meio rural de acordo com as normas ambientais; garantindo o direito à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional da população de Roraima.
- Incentivar a industrialização, o turismo, as relações fronteiriças e o comércio exterior e a exploração mineral regulamentada.
- Promover o planejamento e o ordenamento territorial com base no ZEE.
- Formular, promover e executar as Políticas de Meio Ambiente, mediante conhecimento, defesa, preservação, uso, conservação e recuperação dos recursos naturais.
- Ampliar e melhorar a infra-estrutura para o desenvolvimento do Estado.
- Formular, promover e executar as Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, mediante estímulo, fomento, apoio, promoção, produção e difusão do conhecimento, visando o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental para a melhoria da qualidade de vida da população.

#### **Estratégias:**

##### **I. Para o Agronegócio e Agricultura Familiar**

- Revitalização, privatização ou terceirização do parque agroindustrial estatal;
- Incentivo a criação de novas agroindústrias da iniciativa privada;
- Criação de linhas de crédito rural para pequenos e médios produtores, com menos burocracia e mais agilidade;
- Incentivo à produção de alimentos orgânicos como forma de agregar valor aos produtos agrícolas;
- Fortalecimento da implantação de sistemas agro florestais;
- Operacionalização do Sistema de Informações de Mercado;
- Incentivo à diversificação na produção;
- Apoio ao setor extrativista vegetal e pesca artesanal
- Articulação junto às Instituições de financiamento (FNO, PRONAF e DRS/BB), visando agilizar a liberação de crédito;
- Criação da Agência de Defesa Agropecuária;



- Promoção da saúde animal e vegetal e inspeção de seus produtos e subprodutos;
- Apoio às comunidades indígenas e ribeirinhas;
- Incentivo à recuperação das áreas degradadas;
- Organização e expansão das cadeias produtivas / APL / DRS e outras formas de cadeias produtivas;
- Apoio à comercialização da produção do agronegócio e da agricultura familiar;
- Reestruturação da rede de assistência técnica e extensão rural;
- Capacitação do corpo técnico e de produtores;
- Investimentos em educação ambiental aplicados ao agronegócio e agricultura familiar;
- Estabelecimento de acordos de cooperação técnica com órgãos e organizações públicas, privadas e sociais para troca de informações, estudos, pesquisas e experiências;
- Incentivo a criação da política de segurança alimentar e nutricional;
- Apoio aos projetos de incubadoras e empresas juniores das universidades;
- Incentivo e parceria com consórcios de segurança alimentar e nutricional;
- Gestão integrada de intervenção no território;
- Criação de condições para redução dos custos de produção dos produtos essenciais da agricultura;
- Estudo e articulação junto a organismos nacionais e internacionais, a viabilização da remuneração monetária ao proprietário que conservar sua área de floresta nativa ou plantada através do sistema de crédito de carbono;
- Apoio à produção e processamento de culturas voltadas para a produção de biocombustível (dendê, girassol, mamona, cana-de-açúcar, pinhão manso, soja, etc.);
- Implantação do Pólo de Indústrias do Baixo Rio Branco;
- Criação do código florestal de Roraima;
- Apoio e incentivo à produção de recursos pesqueiros, de maneira sustentável;
- Criação de mecanismos legais, para proibir o plantio de sementes transgênicas como forma de proteger o ambiente e garantir melhores preços.
- Fortalecimento das ações das cooperativas e associações.

## **II. Para a indústria, mineração, comércio, turismo e serviços**

- Gestão para regulamentar o câmbio em moeda nacional em Roraima e permissão para implantação de casas de câmbio;
- Estímulo à diversificação da pauta exportadora;

- Gestão para acelerar a regulamentação e implantação das áreas de livre comércio, ZPE'S e porto seco e extensão dos benefícios fiscais totais da ZFM para os estados da Amazônia ocidental;
- Estudo de viabilidade dos circuitos de abastecimento, distribuição e comercialização, para dinamizar o setor produtivo do estado de Roraima;
- Intensificação de parcerias das instituições governamentais com os setores produtivos;
- Apoio à consolidação do pólo moveleiro e implantação dos pólos de confecções e artesanatos;
- Gestão para revisão dos acordos de transporte de passageiros e cargas com Venezuela e Guiana;
- Gestão para implantação da infra-estrutura aduaneira em Bonfim;
- Incentivo aos intercâmbios sociais, culturais e econômicos com os países fronteiriços;
- Fortalecimento da estrutura gerencial de turismo no estado de Roraima (criação de uma estrutura com autonomia);
- Implantação do programa de regionalização e de inventariação do turismo de Roraima;

### **III Para a melhoria e ampliação da infra-estrutura turística no Estado:**

- Valorização, promoção científica e turística da Linha do Equador;
- Elaboração e implantação do PLANDETUR – Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado de Roraima;
- Implantação do programa de iniciação escolar para o turismo como disciplina transversal em consonância com a proposta pedagógica curricular do estado.
- PRODETUR/NORTE – Programa de Desenvolvimento do Turismo para a Região Norte;
- Acordo de cooperação técnica-científica com as instituições de ensino no estado;
- Incentivo ao ecoturismo nas áreas de proteção ambiental;
- Incentivo às pesquisas minerais, visando à implantação de unidades produtivas no Estado;
- Incentivo a implantação de mini-distritos industriais no interior do Estado;
- Consolidação da infra-estrutura e fortalecimento da gestão com parcerias público/privada do distrito industrial de Boa Vista;
- Fortalecimento e apoio as agroindústrias;
- Regulamentação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

### **IV. Para o meio ambiente, planejamento e ordenamento territorial:**

- Regulamentação do ZEE-RR;

- Ampliação da escala do ZEE-RR de 1:250.000 para 1:100.000, tendo como base as Bacias Hidrográficas do Estado de Roraima;
- Apoio a elaboração e implantação dos Planos Diretores Urbanos dos Municípios;
- Criação e Gestão de Unidades de Conservação estaduais e municipais;
- Reformulação e Fortalecimento de Sistemas de Controle e Monitoramento Ambiental;
- Criação e Regulamentação de Legislação Ambiental;
- Promoção da Educação Ambiental;
- Promoção da Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (Hídricos, Florestais, Minerais e Animais);
- Reformulação e operacionalização do Conselho Estadual de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia (CEMAT);
- Fortalecimento dos instrumentos de aplicação da Legislação Ambiental;
- Promoção da gestão dos resíduos sólidos no Estado com vista à conservação dos recursos naturais;
- Fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e repressão aos crimes ambientais, no âmbito estadual, com ênfase na criação de um posto de fiscalização na foz do Rio Branco;
- Criação de mecanismos de proteção eficientes para as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade.

#### **V. Para a infraestrutura e urbanismo:**

- Projeto, restauração, implantação e pavimentação de vicinais e obras de asfaltamento com foco em regiões produtivas;
- Projeto, restauração, implantação, pavimentação e supervisão de rodovias estaduais, federais e obras de asfaltamento;
- Infraestrutura portuária com a concepção do sistema multimodal;
- Construção e/ou homologação de aeródromos;
- Repotencialização da Pequena Central Hidrelétrica – PCH, de Jatapu;
- Interiorização da energia de Guri e Luz para Todos;
- Projeto e implantação do sistema de telecomunicações de dados, voz e imagem através de fibra ótica, para todo o Estado;
- Otimização e expansão da rede de água e esgoto de Boa Vista e demais Municípios;
- Construção e ampliação de terminais rodoviários;
- Ações sobre a construção da hidrelétrica do rio Cotingo;
- Construção, recuperação e adaptação de prédios públicos, garantindo direito à acessibilidade;

- Apoio à criação e implementação dos planos diretores para os municípios;
- Criação de fórum para discutir com a sociedade, alternativas de geração de energia elétrica em curto, médio e longo prazo.

## **VI Para a ciência, tecnologia e inovação**

- Criação de mecanismos legais institucionais, através de Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, que promovam as bases de implementação, fomento e articulação das ações de ciência, tecnologia e inovação, na forma de um fundo estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I);
- Fomento as ações de CT&I voltadas a atender o desenvolvimento socioeconômico e ambiental no Estado de Roraima;
- Implantação e fortalecimento de infraestrutura básica que permita o desenvolvimento dos programas de pesquisa científica propiciando a inovação científica, tecnológica e a oferta de serviços e informações tecnológicas;
- Difusão das ações de ciência, tecnologia e inovação junto à sociedade, visando a sua popularização e oportunizando o acesso ao conhecimento gerado através de programas específicos;
- Estímulo à formação e capacitação de RH através de programas de auxílio a pesquisadores nos níveis de graduação e pós-graduação e profissionalização tecnológica que estejam no âmbito do sistema acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) e das políticas públicas dos diferentes níveis de governo;
- Desenvolvimento e modernização do Sistema Sócio econômico e ambiental do Estado com base científica e tecnológica;
- Apoio e fomento a estudo e pesquisa visando o conhecimento, proteção e conservação dos recursos naturais através de seu uso sustentável;
- Incentivo a estudos e pesquisas de energias alternativas limpas, bem como modelos para sua utilização sustentável;
- Fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa, prioritariamente, do Estado;
- Incentivo à implantação de incubadoras de empresas.

## **2.2. Princípios Filosóficos e Teóricos Metodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas do IFRR**

### **2.2.1 Currículo, ensino e aprendizagem**

O IFRR concebe a educação como um processo que liberta o homem, tornando-o sujeito de sua própria aprendizagem e produtor de conhecimento a partir de suas próprias experiências e valores (humanos, políticos, socioeconômicos, culturais e religiosos) com sólida base científica e

tecnológica, formando-o para o mundo do trabalho (Cunha et al, 2006)<sup>3</sup>. Nesta perspectiva, o currículo precisa ser visto como um processo que privilegia a formação do homem na sua totalidade, de forma crítica, reflexiva e integrada ao contexto sócio, político, econômico e cultural, tornando-o um ser autônomo e empreendedor, capaz de atuar em uma sociedade em constantes transformações.

Segundo Forquin (1993)<sup>4</sup>, um currículo é um programa de estudos ou um programa de formação que deve ser considerado em sua globalidade, coerência didática e continuidade temporal, isto é, de acordo com a organização seqüencial das situações e das atividades de aprendizagem às quais dá lugar.

O currículo possui várias dimensões: o formal, onde se encontra o acordo estabelecido entre a comunidade acadêmica durante o processo de elaboração curricular; e o currículo vivido, que recebe grande influência do dia-a-dia, apesar de esta não se encontrar prescritas no currículo escrito. Ambos, o formal e o vivido, constituem um ambiente simbólico, material e humano que se modifica constantemente e envolve questões de ordem técnica, política, ética e estética. Essas dimensões que perpassam a formulação curricular constituem o que se denomina currículo oculto e é, por seu intermédio, que diferentes mecanismos de poder penetram a escola.

Para Pacheco (2003)<sup>5</sup>, o currículo é um projeto, um artefato social, cultural e político, cuja construção está inserida numa dinâmica e complexa conversação que diz respeito não somente a professores e a alunos, e sim a toda a sociedade como atores curriculares, comprometidos histórica, social e culturalmente com um projeto de formação que se encontra em permanente reconstrução. Por ser um documento de trabalho em permanente elaboração o currículo só se torna possível com o rompimento com os processos uniformes e estandardizados de decisão curricular, devendo ser formulado e desenvolvido de maneira flexível, dando resposta ao pluralismo social e cultural, sem renunciar à universalidade de muitos traços culturais e de certos objetivos básicos.

Essa noção de currículo inscreve-se nas teorias contextuais, ligadas à teoria de ação do sujeito, aos modelos abertos e a uma abordagem dinâmica e processual que resulta da inter-relação das expectativas coletivas, intenções curriculares e realidade curricular, com vistas a responder a situações concretas. Nesta perspectiva, o currículo deve ser compreendido como uma prática de significados, que revela o poder, a diversidade e a identidade existente em cada projeto curricular (Pacheco, 2003).

A construção do Projeto Pedagógico Institucional e dos planos de cursos, além dessa noção de currículo, seguem as orientações norteadoras das Diretrizes e dos Referenciais Curriculares Nacionais para os Cursos pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que definem os princípios, critérios e competências gerais do bacharel ou licenciado e que defendem a existência de uma matriz curricular com funções sociais, políticas e educativas discutidas com base na existência de uma instituição que veicula um conhecimento que é oficial e formal.

<sup>3</sup> CUNHA, G. Maranguape; LEITINHI, C. Meirecele & HOLANDA, Patrícia. H. C. *Construindo Matrizes Curriculares: problemas e perspectivas*. Sobral: Ed. UVA, 2006.

<sup>4</sup> FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

<sup>5</sup> PACHECO, José. *Teorias curriculares: políticas, lógicas e processos de regulação regional das práticas curriculares*. Disponível em <<http://www.dre.raa.pt/Curriculo%20Regional/Comunicações/JAPacheco.doc>>

O IFRR enseja desenvolver uma definição clara do currículo em função do reconhecimento de um conjunto de aprendizagens básicas. Para tanto, a fim de enfrentar as dificuldades e ambigüidades do processo ensino-aprendizagem, a Instituição concebe que o currículo deve se fundamentar em princípios dinâmicos e flexíveis, valorizando a integração dos saberes em detrimento de práticas disciplinares atomizadas que integram pensamentos, sentimentos e ações.

É importante salientar ainda, que o IFRR insere nos projetos pedagógicos de seus cursos um paradigma científico, onde o aluno possa acessar, sistematizar e produzir conhecimentos científicos para o entendimento da realidade. O foco da educação desloca-se assim de uma pedagogia tradicional e dogmática para uma pedagogia que explique a dinâmica da sociedade capitalista como um todo, partindo do princípio de que o trabalho, como elemento fundador da sociedade, é o meio necessário para a conquista da cidadania.

Em suma, o IFRR propõe uma educação profissional e um ensino superior ampliado e a construção de um currículo respaldado em valores e práticas democráticas, que leve em conta a dinâmica e as contradições do mundo do trabalho, os contextos econômicos, políticos, sociais e ambientais, as transformações técnicas e organizacionais, os saberes gerados nas atividades de trabalho, os laços coletivos e de solidariedade, os valores, histórias e saberes da experiência adquiridos ao longo da vida..

### 2.2.2 Concepção de ensino aprendizagem

Coerente com a concepção de **Formação Prática Reflexiva** o processo ensino aprendizagem está orientado na perspectiva de três focos: o aprender, o aprender a ensinar e o aprender a ser.

Partimos do pressuposto que o conhecimento é determinado por interesses e produzido socialmente; o que nos levou a adotar, uma pedagogia crítica que possibilite um ensino participativo, centrado nas relações, pautado em questionamentos, solução de problemas, problematização do conhecimento e diálogo contínuo entre professores, formadores e alunos. É um ensino que possibilitará aos alunos e professores expressarem suas percepções e experiências da vida cotidiana, de forma crítica e reflexiva, aliada ao conhecimento da tradição cultural. A mediação didática a ser feita no processo ensino aprendizagem deverá ter caráter orientador, exigindo um ensinar e um aprender que não se centraliza na figura do professor e sim nas situações de interação professor aluno.

Portanto a aprendizagem que está pautada no currículo, é de natureza sócio interacionista, de dimensão contextualizada. Ela ocorre vinculada à apropriação dos significados culturais, exigindo o desenvolvimento de capacidades e habilidades específicas.

### 2.2.3 Diretrizes pedagógicas

- Primar pela formação de um profissional crítico reflexivo;
- Garantir a interdisciplinaridade e contextualização nos currículos do IFRR
- Respeitar os princípios da diversidade, equidade, multiculturalidade

- Promover a implantação de cursos observando os arranjos produtivos culturais, sociais e locais;
- Adotar mecanismos de manutenção de eficiência e qualidade na implementação das propostas curriculares;
- Garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno nos diferentes cursos de formação;
- Estabelecer sistema de acompanhamento e avaliação de egressos;
- Garantir a categoria trabalho como princípio educativo;
- Ofertar EP segundo perfis profissionais identificados nos diferentes eixos tecnológicos previstos nos catálogos dos cursos técnicos e tecnológicos;
- Fomentar o princípio da verticalização do ensino conforme eixos tecnológicos;
- Garantir a articulação entre ensino, pesquisa, inovação tecnológica e a extensão na organização e execução do currículo nos diferentes níveis de ensino;
- Criar e implementar programas de extensão e ação comunitária para fortalecimento do compromisso social.

### 2.3 Políticas de Ensino

Tendo em vista seus objetivos e finalidades o IFRR procura cumprir com sua Missão Institucional consolidando uma política de ensino, pesquisa e extensão que se caracteriza pela atenção aos princípios educacionais e pedagógicos definidos na LDBEN, Lei nº 9394/96 e demais documentos complementares emanados do MEC e CNE, pela atenção à realidade local, pelo respeito aos princípios e direitos constitucionais e que se concretiza através de ações que levem a efeito:

- Na área da Educação Básica - curso de ensino médio integrado à formação profissional;
- Na área da Educação Profissional – cursos de formação, atualização e qualificação nos três níveis (formação inicial e continuada, formação técnica de nível médio e superior), além da prestação de serviços, assessorias e consultorias.
- Na Educação Superior – cursos na área de formação de professores, cursos superiores de tecnologia e bacharelados;
- Na Área da Extensão – atividades e campanhas de educação preventiva, realização de exames e outras ações na área da saúde, através do envolvimento direto dos alunos em processo de formação. Exerce outras formas de atendimento à comunidade na área esportiva, social e cultural.
- Na Área da Pesquisa, Inovação Tecnológica – a organização e implantação do Núcleo de Pesquisa Tecnológica, com a finalidade de fomentar, buscar o apoio financeiro, orientar e coordenar as ações de pesquisas a serem desenvolvidas tanto por alunos quanto por docentes, seja em função do desenvolvimento do ensino, ou no contexto de alguma ação específica.
- Na Área da Pós-graduação – organização e implantação de cursos de pós-graduação *Lato e Strictu Sensu*

#### a) Educação a Distância

Estudos demonstram que a técnica é a viabilizadora da mediação pedagógica na educação à distância. Essa modalidade de ensino desempenha um papel importante na formação do cidadão deste século. Neste aspecto, autores como Belloni (1999), Aparici (1988) definem tipos diferenciados de Educação a Distância – EaD.

A EaD apresenta características de flexibilidade de espaço e tempo que podem se adaptar às diversas demandas. É considerada uma metodologia voltada para atender adultos com compromissos familiares e profissionais, uma vez que permite a continuação dos estudos sem o abandono de outras atividades, pois, de acordo com o Moore (1996), o grande diferencial da EaD está em proporcionar ao aluno a opção de escolher o próprio local e horário de estudo, possibilitando assim, ganhos em tempo e adequação no atendimento a demandas específicas, que não estejam contempladas a contento em estruturas educacionais tradicionais. Embora e dependendo do tipo de curso e mídia a ser utilizada nos cursos de EaD os custos serão consideravelmente elevados em virtude da aquisição de equipamentos e com o desenvolvimento de metodologias e materiais que irão auxiliar a aprendizagem. Entretanto, tais custos poderão ser diluídos à medida que a quantidade de alunos aumentarem e a extensão na abrangência da população atendida tanto na formação educacional quanto técnica, bem como, o IFRR oferecer outros tipos de cursos considerando a verticalização do ensino e as demandas regionais.

O Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 1º caracteriza a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. O citado decreto prevê ainda, a aceitação de transferência e aproveitamento de estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

Os cursos a serem ofertados na modalidade à distância neste IFRR abrangerão desde a formação inicial e continuada ao ensino superior deverão contemplar uma fase inicial estimada inicialmente em 50-60 horas, uma espécie de “módulo-acolhimento” ou “nivelamento”, objetivando o entendimento do que seja esta modalidade de ensino, assim como, dando conta do processo de alfabetização digital, uso da plataforma de ensino virtual, fortalecimento dos processos de leitura e escrita, e principalmente da responsabilidade e responsabilização do estudante e inclusive prevendo a construção de plano de estudos e etc, com a finalidade de evitar ou pelo menos minimizar a evasão e o abandono escolar.

Em relação à estrutura da gestão pedagógica dos cursos está previsto a criação de um Núcleo de Educação a Distância composto por um conjunto multidisciplinar de profissionais no IFRR, que atenderão ao ensino, bem como, a extensão, com a seguinte proposta de estrutura:

a) Núcleo de Desenvolvimento e Suporte: responsável por projetar, implementar e dá manutenção ao ambiente virtual de aprendizagem do NEaD, rede de dados, videoconferências, bem como pesquisar novas tecnologias e mídias que venham a agregar novas ferramentas a esta modalidade de ensino, bem como distribuição de material didático.

b) Núcleo de Tecnologia Educacional: responsável pela organização didático-pedagógico para EaD, tendo como objetivos:

- Pesquisa e orientação visando à elaboração de material didático;



- Pesquisa de metodologias de educação à distância;
- Domínio da legislação educacional referente à Educação a Distância;
- Acompanhamento e avaliação institucional do curso e de suas etapas de execução
- Avaliação de aprendizagem (elaboração, aplicação e correção de provas presenciais e tarefas à distância);
- Interação com parceiros e responsáveis pelos laboratórios de informática e demais laboratórios pedagógicos.

c) Núcleo de Sistema Tutorial: responsável pela captação, seleção e formação contínua e continuada do corpo de tutores, bem como:

- Captação de tutores
- Organização e coordenação da tutoria.
- Capacitação interna do corpo docente e tutores vinculados ao NEaD/IFRR;
- Elaboração de material didático;
- Equipe de tutorial presencial e a distância.

Este Instituto tem como uma de suas diretrizes o processo de avaliação e de acompanhamento para esta modalidade de ensino, a garantia da qualidade dos cursos a serem oferecidos na EaD, considerará os diferentes níveis de avaliação: avaliação institucional, avaliação dos cursos, avaliação da aprendizagem e curricular tanto dos docentes quanto dos alunos. E no que refere - se à avaliação institucional, a Comissão Própria de Avaliação será envolvida para que realize esta avaliação dos cursos a distância em suas diferentes dimensões, conforme preconiza o SINAES.

Além do quê, serão construídos e definidos parâmetros e indicadores específicos para avaliação destes cursos considerando-se as orientações do INEP e de outras instituições, em especial ao MEC.

Diretrizes básicas para EaD no IFRR:

- Ampliar o acesso dos habitantes de Boa Vista e demais localidades à educação profissional em seus diferentes níveis e modalidades;
- Possibilitar estudos para a apropriação local de novas tecnologias na educação;
- Desenvolver programas em sintonia com as novas necessidades do mundo do trabalho, através de parcerias com instituições locais, regionais e nacionais;
- Desenvolver estratégias de apoio ao ensino, utilizando recursos tecnológicos na modalidade à distância ou semipresencial;
- Criar ambientes de aprendizagem em EaD, visando o desenvolvimento de projetos aprovados nos demais Departamentos, Gerências e Coordenações;
- Apoiar na elaboração de projetos em EaD, desenvolvimento e adaptação de material didático para Web, uso de multimídia na elaboração de material didático.

## **b) Programa de Educação Profissional Integrado à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**

O PROEJA é uma política inovadora na história da educação brasileira, que traz como concepção estratégias de inclusão e a expansão da oferta de cursos de formação profissional, principalmente no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O PROEJA no IFRR se coaduna com a política nacional para a educação de jovens e adultos trazendo uma proposta educacional na perspectiva da inclusão social emancipatória. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral.

O atingimento da premissa pedagógica traz os seguintes postulados:

- O reconhecimento, respeito e diálogo com o saber do aluno trabalhador;
- O respeito ao tempo e espaços de aprendizagem diferenciados;
- A contínua construção coletiva de conhecimentos.

O IFRR é parte integrante e atuante nas dinâmicas sociais, atentas às vocações produtivas e potencialidades de desenvolvimento regional, compromissadas com ações de sustentabilidade sócio-cultural – econômica – ambiental no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Diretrizes do PROEJA:

- Promover o acesso com qualidade, o respeito às diferenças na construção do currículo, a igualdade de oportunidade de estudos;
- Capacitar os servidores em diferentes campos do conhecimento que possam gerar e gerir novas alternativas e ações para o PROEJA;
- Dotar o IFRR com as condições necessárias para oferta de cursos do PROEJA observando os aspectos de ensino, pesquisa, inovação tecnológica e extensão;
- Fomentar as estratégias de atendimento às demandas dos diversos segmentos da sociedade, a importância das diferentes experiências que possam subsidiar os componentes das propostas pedagógicas;
- Desenvolver estudos e viabilizar condições para ampliação de número de vagas e a criação de novos cursos na modalidade PROEJA;
- Promover programas de formação docente, com currículos adequados às necessidades, interesses e peculiaridades da clientela do PROEJA;
- Promover a construção de processos pedagógicos inovadores e importantes para uma educação voltada para a realidade do PROEJA;
- Estimular e acompanhar experiências nas áreas da pesquisa, extensão, inovação tecnológica e tecnologias sociais, e sistematizar os seus resultados, divulgando em âmbito nacional e internacional, ampliando assim a capacidade de pesquisa e de difusão dos conhecimentos;
- Criar estratégias atendimento descentralizado atingindo pólos e outras unidades municipais através da formação inicial e continuada;

- Sistematizar concepções político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuidade do processo de formação inicial e continuada.
- Estabelecer as normas que orientem e determinem o acesso aos cursos do PROEJA, prioritariamente alunos que ainda não concluíram o ensino médio.

### **c) Educação do Campo**

Educação é um direito social e não uma questão de mercado. A educação enquanto organizadora e produtora da cultura de um povo e produzida por uma cultura – a cultura do campo - não pode permanecer seguindo a lógica da exclusão do direito à educação de qualidade para todos e todas.

A educação recria o campo porque por meio dela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas de pertença a terra. Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos na luta e em luta como um direito social, porque possibilita a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo, buscando saídas e alternativas ao modelo de desenvolvimento rural vigente.

O campo é concebido como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui em espaço de criação do novo e do criativo e não, quando reduzido meramente ao espaço da produção econômica, como o lugar do atraso, da não-cultura. O campo é acima de tudo o espaço da cultura.

A decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apóie o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais foi resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil. As análises apontam para o fato de que as políticas públicas implementadas nas últimas décadas não conseguiram melhorias substanciais na qualidade de vida da população. A maior evidência dessa afirmação é o aumento da pobreza, da concentração fundiária e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas.

Nesse processo a educação é um vetor estratégico para o desenvolvimento territorial sustentável, é uma força mobilizadora capaz de articular as inovações que se pretendem para a transformação da realidade produtiva, ambiental, política e social.

Assim, a identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores/as famílias, assalariados/as, assentados/as, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro.

Essa concepção está expressa no Parágrafo Único, do Art. 2º, da Resolução CNE/CEB nº 01/2002:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Desta forma, o IFRR adota como princípios da educação do campo:

- I) O Princípio Pedagógico do papel da escola enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana;
- II) O Princípio Pedagógico da valorização dos diferentes saberes no processo educativo;
- III) O Princípio Pedagógico dos espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem;
- IV) O Princípio Pedagógico do lugar da escola vinculado à realidade dos sujeitos;
- V) O Princípio Pedagógico da educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável;
- VI) O Princípio Pedagógico da autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino.

Diretrizes para a Educação do Campo:

- Promover o acesso com qualidade, o respeito às diferenças regionais na construção do currículo, a igualdade de oportunidade de estudos e a equidade entre os gêneros;
- Capacitar os servidores em diferentes campos do conhecimento que possam gerar e gerir novas alternativas e ações no campo, estabelecendo sempre a terra como mediadora deste;
- Dotar o IFRR com as condições necessárias para oferta de educação do campo nas várias modalidades de ensino, pesquisa e extensão;
- Estimular e ampliar participação colegiada das comunidades do campo no direcionamento das atividades, na gestão e no controle social da qualidade da educação;
- Fomentar as estratégias de atendimento às demandas dos movimentos sociais e das comunidades do campo, a importância das diferentes experiências que possam subsidiar os componentes da proposta pedagógicas;
- Desenvolver estudos e viabilizar condições para ampliação de número de vagas e a criação de novos cursos;
- Promover programas de formação de educadores, com currículos adequados às necessidades, interesses e peculiaridades dos sujeitos do campo;
- Promover a construção de processos pedagógicos inovadores e importantes para uma educação voltada para a realidade dos sujeitos do campo;
- Estimular e acompanhar experiências nas áreas da pesquisa, extensão, inovação tecnológica e tecnologias sociais, e sistematizar os seus resultados, divulgando em âmbito nacional e internacional, ampliando assim a capacidade de pesquisa e de difusão dos conhecimentos;
- Articular e atuar junto aos diferentes órgãos públicos e privados, aos movimentos sociais e organizações não-governamentais, visando à implementação da política de Educação do Campo.

#### **d) Educação Indígena**

No Brasil, as bases legais para a educação escolar indígena foram estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, a partir da instauração dos princípios do reconhecimento,

valorização e manutenção do pluralismo cultural e lingüístico, nas relações entre o Estado, sociedade brasileira e povos indígenas.

Em relação a educação escolar, os direitos constitucionais consagrados são a garantia do uso das línguas indígenas no ensino fundamental e o reconhecimento dos processos próprios de aprendizagem. Assim, tais direitos abrem espaço para o reconhecimento e valorização dos mecanismos de produção e reprodução sociocultural dos povos indígenas, com relevo para os recursos de memória oral face às práticas letradas que caracterizam o funcionamento institucional da sociedade nacional e a educação escolarizada.

Através do Decreto Presidencial Nº 26/1991 transferiu a responsabilidade pela oferta de educação escolar em comunidades indígenas da FUNAI para o Ministério da Educação, atribuindo a este último a coordenação das ações referentes à educação escolar indígena, a serem executadas pelas Secretarias de Educação, em articulação com o órgão indigenista.

A Portaria Interministerial nº 559, do Ministério da Justiça e Ministério da Educação, de abril de 1991, detalhou princípios e objetivos para a nova política de educação escolar indígena, com foco em mecanismos operacionais para efetivar os direitos decorrentes do reconhecimento da diversidade cultural e lingüística e do direito à participação das sociedades indígenas.

A LDB de 1996, regulamentou o reconhecimento da diversidade sociocultural no âmbito educacional, elencando entre os princípios norteadores do ensino:

- O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- A gestão democrática do ensino; e
- A valorização da experiência extra-escolar.

Além disso, a LDB afirma a autonomia dos docentes e estabelecimentos de ensino para a formulação do projeto político-pedagógico, ancorados nas perspectivas das comunidades onde esses agentes educativos se inserem, sob padrões de maior associação e compromisso.

O Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CEB nº 14, com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, a Resolução CNE/CEB n 03/99, com as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. No que tange ao Parecer CNE/CEB nº 14 orienta os sistemas de ensino quanto às concepções e tratamento a ser dispensado às escolas indígenas a partir do disposto na LDB. O ponto de partida das análises contidas no texto foram os complexos processos de *educação indígena* conduzidos pelas comunidades na formação de suas crianças e jovens a partir de padrões, modelos e perspectivas próprias. A educação escolar deve necessariamente dialogar com essas perspectivas, conformando o que se chama de *pedagogia indígena*.

Enquanto a Resolução CNE/CEB n 03/99, estabelece a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas no âmbito da educação básica. Ao fazê-lo, estabelece que os princípios, conceituações e normatizações das diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena se estendem a todas as etapas e modalidades deste nível de ensino.

Em janeiro de 2001, foi promulgado o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172, que dedicou um capítulo à educação escolar indígena, já que o direito dos povos indígenas a uma educação escolar intercultural, específica e diferenciada era uma inovação dentro do sistema de ensino brasileiro, e, portanto, exigia dos órgãos e técnicos responsáveis pela sua gestão um

grande engajamento para a transformação de concepções, práticas e procedimentos administrativos tradicionais, avessos ao reconhecimento da sociodiversidade indígena.

No campo do direito internacional, o governo brasileiro, por meio do Decreto n 5152, de 19 de abril de 2004, ratificou a Convenção n 169, da Organização Internacional do Trabalho. Esse documento tem como conceitos básicos o respeito à diversidade sociocultural e a exigência de participação dos povos indígenas nas decisões legislativas ou poder executivo, na medida em que essas decisões afetam suas vidas, crenças, instituições, bem-estar social e cultural.

Assim, está garantido a esses povos o direito de participarem na formulação, implementação e avaliação de programas, projetos e ações que os atinjam diretamente, ampliando a extensão da participação indígena já disposta em outros textos da legislação brasileira.

No Brasil, encontramos uma grande diversidade de processos de escolarização vivenciados pelos povos indígenas. Muitos povos já possuem uma longa experiência com educação formal ofertada por agências governamentais e não-governamentais outros a iniciaram mais recentemente e outros ainda resistem em aceitar a escola que lhe é oferecida em suas comunidades, temendo o impacto dessa ação sobre a organização tradicional dos processos de aprendizagem e de educação dos sujeitos indígenas.

A educação diferenciada realiza-se como espaço de “fronteira”, erigidos nos contextos dos encontros interétnicos. São exemplos desses encontros os espaços relacionais multifacetados, polifônicos e dinâmicos constituídos por múltiplos agentes – governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais – que ofertam serviços e projetos aos povos indígenas. Os povos indígenas têm se apropriado e re-significado a educação escolar convencional, para colocá-la a serviço de seus projetos sociais e políticos.

A educação profissional integrada à educação indígena deve ser encarada como uma oportunidade para a reflexão e a ação para a autonomia dos povos indígenas em setores essenciais à sua subsistência e para a sua continuidade enquanto povos. Não se trata meramente, pois, de dar acesso aos povos indígenas à modalidade de educação profissional, também se reinvente nesse processo, que esteja aberto para rever os seus métodos e princípios e realmente abrace a sua construção dialógica e interessada no outro.

A educação profissional e tecnológica no país passou por uma mudança recente que, tal como no caso da educação escolar indígena, também é resultado de uma luta, levada à frente por educadores e forças políticas interessadas na construção de novo projeto de sociedade. A educação profissional e tecnológica passa a assumir como princípios a formação integral do cidadão, considerando a diversidade e à inclusão social. É possível traçar-se, então, um paralelo entre as trajetórias da educação profissional e da educação indígena, pelo fato de que ambas vêm os limites de sua destinação marcados por lutas e proposições políticas.

Na sua proposta acadêmica para da educação indígena o IFRR tem como diretrizes:

I- Apoiar e/ou fomentar ações para a valorização do patrimônio cultural e ambiental da região a partir do reconhecimento das potencialidades para a criação de alternativas econômicas sustentáveis baseadas no diálogo entre os conhecimentos tradicionais indígenas e os métodos científicos podem produzir referências técnicas que ajudem na melhoria das condições de vida das comunidades indígenas;

XI - Manter um relacionamento respeitoso com as comunidades indígenas e a intenção de ajudá-las nas suas dificuldades e na defesa de seus interesses e direitos;

XII - Demonstrar interesse na inter-relação entre os saberes próprios relativos ao mundo social e natural e os saberes de outras culturas, para a valorização e ampliação de seu próprio universo cosmológico e suas práticas culturais.

XIII - Fomentar discussões e estudo acerca da construção da educação profissional integrada à educação indígena, considerando a necessidade de uma organização curricular específica e sua permanente avaliação, além da reflexão sobre questões variadas de natureza didática, que subsidiarão as múltiplas escolhas e definições possíveis para a formação de profissionais indígenas voltada para a vida social presente e futura de suas comunidades;

XIV - A educação profissional integrada à educação escolar indígena deverá observar os princípios, já reconhecidos para esta última, de respeito aos saberes indígenas, às suas especificidades lingüísticas, aos processos indígenas próprios de aprendizagem e, sobretudo, à construção do projeto político-pedagógico com as comunidades indígenas.

XV - Expressar o interesse e apoio enquanto Instituição de Ensino, representante do Governo Federal e do Ministério da Educação no Estado de Roraima, em fomentar o processo de implantação e consolidação de educação profissional integrada à educação indígena;

XVI - Participar como Instituição pertencente a rede federal de educação profissional e tecnológica e, em parceria com os sistemas de ensino na proposição de cursos de formação profissional integrada à educação indígena e,

XVII - Divulgar, convidando e estimulando ao debate amplo com os povos indígenas, comunidade acadêmica, sistemas de ensino, organizações indígenas e de apoio aos povos indígenas.

O IFRR dentro da sua proposta pedagógica apresenta algumas possibilidades de organização dos cursos de educação profissional e tecnológica integrados à educação escolar e/ou acadêmica indígena precisam ser formulados considerando-se as diversas realidades. Nesse sentido, quanto aos níveis da educação profissional e tecnológica, poderão compreender:

Formação profissional:

- Inicial e continuada;
- Técnica de nível médio; e
- Tecnológica de graduação e pós-graduação.

A educação profissional e tecnológica vinculada à educação básica permite os seguintes arranjos:

- Formação inicial e continuada com ensino fundamental para jovens e adultos indígenas (PROEJA);
- Formação inicial e continuada com ensino médio – podendo ser para jovens e adultos indígenas (PROEJA) ou para classe etária anterior;
- Formação profissional técnica de nível médio com ensino médio (“ensino médio integrado”) – podendo ser para jovens e adultos indígenas (PROEJA) ou para classe etária anterior.

Assim, o IFRR integrado à rede de Instituições Federais de Educação Tecnológica tem procurado seguir a recomendação de criar um campo de discussão, tendo em vista responder aos desafios acerca da educação intercultural, se possível com a criação de núcleos de pesquisa e extensão para educação intercultural, prevendo-se dedicação exclusiva da equipe coordenadora. Faz-se necessário elaborar e implementar um programa e/ou projeto de pesquisa e extensão, para que haja real inserção nas realidades das comunidades indígenas.

A situação vivenciada pelos povos indígenas nos tempos atuais requer da escola uma nova proposta pedagógica e curricular para atender aos diferentes anseios e necessidades de desenvolvimento econômico nos territórios, para possibilitar a interação com a sociedade ocidental, mas garantindo a diferença indígena. A escola tem sido para os povos indígenas o espaço necessário para interação com o mundo externo.

A educação profissional e tecnológica, como modalidade, deverá estar integrada à educação escolar indígena de forma a assegurar, nos projetos político-pedagógicos, que as competências e habilidades da formação profissional venham ao encontro do desenvolvimento coletivo e melhoria da qualidade de vida, respeitando e valorizando as especificidades sociais e culturais. Logo, deve-se assegurar, no contexto da proposta curricular, a educação profissional associada à pesquisa e estabelecer critérios para o acompanhamento. A pesquisa é instrumento importante para a produção do conhecimento nas áreas definidas coletivamente e para a interação com os conhecimentos indígenas. Além disso, a pesquisa é princípio para a construção da autonomia intelectual. É, portanto, princípio educativo. A formação em serviço nessa modalidade facilitará a consolidação da formação com a atuação do cursista no campo.

Diretrizes para a Educação Escolar Indígena

- Avançar no tratamento das especificidades dos povos indígenas e suas demandas educacionais de maneira sistêmica;
- Implantar o ensino médio integrado para formação de jovens e adultos de acordo com as demandas das populações indígenas, observada a capacidade resolutiva do IFRR;
- Fomentar a realização de cursos de formação de docentes indígenas.

## 2.4 - Políticas de Pesquisa

No que concerne a construção das Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, o IFRR pauta-se nos documentos oriundos das discussões na Rede de Educação Científica e Tecnológica, sobre os novos caminhos da EPT no contexto nacional, regional e local. Está posto, enquanto desafio que a política desenvolvida pelos Institutos deve se diferenciar da política executada pela Instituições tradicionais de Ensino Superior do país no que tange, ao entendimento e desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão. Dentro desta perspectiva a articulação e integração sinérgica entre o ensino, a pesquisa e a extensão deve ser uma preocupação constante do âmbito dos IFs, presente na

... implementação de um projeto educacional que tenha como fim a formação ampla e multilateral do indivíduo, (...) que se tome o trabalho como expressão do estágio de desenvolvimento das relações sociais contemporâneas em que a ciência se faz



operativa e a técnica se faz complexa, reunificando cultura e produção” (KUENZER, 1997).

Neste sentido, o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, no IFRR não pode ser de maneira isolada, fechada em “caixinhas distintas”. Enquanto pilares de sustentação do princípio educativo dentro da nova institucionalidade, Ensino, Pesquisa e Extensão precisam desenvolver políticas e ações conjuntas caminhando dentro de uma perspectiva dialética, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia e atentos aos processo de mudanças no contexto político, econômico, cultural e social peculiares ao Estado de Roraima, do qual sugirá novos fatores determinantes à nossa política educacional no que concerne a atenção aos processos produtivos e nos avanços tecnológicos.

Dentro desta perspectiva, os princípios elencados para Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação não podem ser construídos de maneira dissociada do Ensino e da extensão. Assim, apontamos os princípios gerais e em seguida as Diretrizes que nortearão o desenvolvimento do Ensino da Pesquisa e da extensão.

Princípios gerais para a pesquisa inovação tecnológica:

- Sinergia entre Ensino Pesquisa e extensão, atendendo, de maneira equitativa, as diversas modalidades de ensino;
- Atenção a todos os níveis de Ensino: Pesquisa e Extensão com função transdisciplinar estratégica, perpassando todos os níveis de ensino;
- Sintonia com o contexto externo e com os arranjos o APSCL: Desenvolvimento de pesquisas para o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais e contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional;
- Produção e Transferência de Inovação e Tecnologia: Transferência de tecnologia para a sociedade na forma de: competências científicas e tecnológicas dos egressos e pesquisadores; comercialização de bens intangíveis, devidamente protegidos no âmbito da propriedade intelectual;
- Desenvolvimento de inovações: educacionais, sociais e organizacionais, em parceria com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais;

Articulação entre as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão: Articular as atividades de pesquisa pós-graduação e Inovação e extensão às necessidades da comunidade em todos os domínios sociais para os quais o IFRR tenha potencial de atuação quer seja nos âmbitos tecnológico, artístico, ambiental, cultural, político e educacional.

Diretrizes para a pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica:

A Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, publicada no o Diário Oficial da União, Seção 1, trata, no Capítulo II, Seção II e III, respectivamente, das finalidades e Características e dos objetivos dos Institutos Federais. A respeito, especificamente da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, diz o documento:

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção, cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

VI - ministrar em nível de educação superior:

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (2008: seção II e III, pág. 02)

Considerando as finalidades, características e os objetivos dos Institutos elencados acima, aponta-se as seguintes diretrizes:

- Institucionalizar ações para implantar/consolidar a pesquisa e a pós-graduação;
- Articular a pesquisa em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Capacitar servidores para a pesquisa aplicada;
- Regulamentar as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação;
- Construir a cultura de pesquisa, no contexto dos institutos, onde a pesquisa aplicada e Inovação seja prática permanente como fonte de retro-alimentação curricular;
- Estabelecer as linhas de pesquisa de interesse institucional;
- Desenvolver Programas Institucionais de estímulo a Produção Científica e Tecnológica voltadas para o Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.;
- Estabelecer Indicadores qualitativos e quantitativos de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação em sinergia com Ensino e Extensão.
- Articular e apoiar o relacionamento com agências de fomento, de forma a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados
- Alocar recursos para a pesquisa aplicada, de acordo com os indicadores e com as prioridades institucionais,
- Organizar as atividades de pesquisa, vinculadas às linhas e grupos de pesquisa;
- Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;
- Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de Pesquisa e Pós-Graduação,
- Estimular a socialização e divulgação interna e externa da produção científica do IFRR.

## 2.5 Políticas de Extensão

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, a extensão é concebida como um processo educativo que integra a educação nos âmbitos cultural, social, científico e tecnológico de modo a tornar acessível o conhecimento produzido em seu interior, seja através da sistematização ou ainda pelo estudo do conhecimento universal disponível. Esta concretização dá-se através das seguintes ações e políticas:

- Aproximar o Instituto da sociedade via parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais e não governamentais, contribuindo para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade;
- Promover ações extensionistas na capital e no interior do estado;
- Ofertar programas de capacitação docente nas diversas áreas de interesse do IFRR;
- Realizar estudos de demanda para a oferta de cursos para o atendimento à comunidade seja de atualização científica, de aperfeiçoamento profissional, de especialização técnica e outros;
- Realizar eventos (ciclos de debates, workshops, seminários, palestras, mesas redondas, etc) abordando temas do cotidiano e outros de interesse geral, integrando comunidade acadêmica, entidades externas, órgãos públicos, comunidade em geral;
- Realizar ações conjuntas, interagindo com entidades educacionais e assistenciais, ONGs e outras organizações, em benefício das comunidades atendidas;
- Ampliar a carteira de convênios, objetivando a sistematização de um trabalho em parceria;
- Prestar serviços profissionais e assistenciais através da incubadora de empresas do IFRR;

O planejamento e a organização das atividades extensionistas serão desenvolvidas pelas Diretorias de Extensão de cada Campus, coordenadas pela Pró-reitoria de Extensão, que se responsabilizará pelo planejamento, organização, além das tarefas de identificação de fontes de financiamento e pela busca ou geração dos recursos e investimentos, de conformidade com as suas competências regimentais.

O IFRR fortalece a sua relação com a comunidade através das ações de extensão, participando de ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes e, na medida em que socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, tem a oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete e efetivar o compromisso que assume, através de sua missão, com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da educação.

### Dimensões da extensão

São consideradas como Atividades de Extensão no IFRR as ações que envolvam:

1. Projetos Tecnológicos: Atividades de pesquisa e/ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação.
2. Serviços Tecnológicos: Consultoria, assessoria, prestação de serviços para o mundo produtivo.

3. Eventos: Ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna. Assim especificados, campanha de difusão cultural, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, conselho, debate, encontro, espetáculo, exibição pública, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa redonda, mostra, olimpíada, palestra, recital, semana de estudos, seminário, simpósio, torneio, entre outras manifestações.

4. Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

5. Estágio e Emprego: Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação).

6. Cursos de Extensão (FIC – Formação Inicial e Continuada): Ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.

7. Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: Compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas.

8. Visitas Técnicas e Gerenciais: Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

9. Empreendedorismo: Compreende o apoio a formação empreendedora.

10. Acompanhamento de egressos: Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Diretrizes da extensão:

- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- Buscar interação sistematizada dos Institutos Federais com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacione o saber acadêmico e o saber popular;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;
- Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
- Articular políticas públicas que oportunizem o acesso a educação profissional estabelecendo mecanismo de inclusão.

## **2.6 - Políticas de Gestão**

A Política de Gestão adotada no IFRR tem por base os princípios norteadores para a Gestão estratégica com base no planejamento participativo, tendo como elementos principais a desburocratização, descentralização e desconcentração dos circuitos de decisão, melhorando os processos, a colaboração entre os serviços, o compartilhamento de conhecimentos e a gestão da informação, visando garantir a prestação eficiente, eficaz, efetiva dos serviços públicos. Utilizando-se as instâncias dos conselhos, comitês e outros meios deliberativos que venham a contribuir para a consecução desta política.

## **2.7 - Responsabilidade Social da Instituição,**

### **2.7.1 Políticas de educação inclusiva (Portadores de Necessidades Especiais - PNE)**

É premente e urgente que se busque nas Instituições Federais de Educação Técnica e Tecnológica, estimular o desenvolvimento de ações educacionais que permitam alcançar a qualidade na gestão, removendo as barreiras para uma aprendizagem de qualidade: atitudinais, educacionais, conceituais e arquitetônicas, para que assim, se possa construir a tão sonhada escola inclusiva.

Nesta escola inclusiva, a educação, principalmente a profissional será do alcance de todos, independente de sua deficiência: se social, intelectual ou física.

Esta construção implica numa série de re-visões: de valores éticos, morais, sociais, paradigmáticos, onde todo e qualquer cidadão possa, plenamente, ocupar o lugar que lhe cabe como ser humano e como cidadão.

O IFRR é uma Instituição de Ensino que procura cada vez mais cumprir com seu papel social e reconhece a necessidade de abrir seu espaço educacional para as pessoas portadoras de necessidades especiais, através de ações educacionais articuladas com outras instituições de ensino e setores empresariais e, principalmente, através da colocação dessas pessoas no mercado de trabalho de Boa Vista de maneira justa e digna.

Neste contexto o IFRR criou a Comissão para elaboração do projeto de implantação do núcleo do Programa TEC NEP, tendo como o objetivo primeiro de integrar e incluir as pessoas portadoras de necessidades especiais na educação técnica e no mercado produtivo do Estado.

Este projeto é composto de várias etapas, a saber:

- Apresentação da proposta de criação do Núcleo do TEC NEP no CEFET-RR para a comunidade interna, com a finalidade de sensibilizar para a participação na equipe de trabalho através de uma oficina de sensibilização;
- Nomeação através de portaria da equipe multidisciplinar que irá trabalhar na implantação e implementação do Núcleo;
- Organizar grupos de estudo junto à equipe do Núcleo para análise da legislação pertinente e dos conceitos sobre Educação Especial;

- Elaborar as metas de ação do Núcleo, a curto, médio e longo prazo dentro de um projeto de trabalho, bem como a sua regulamentação interna de funcionamento legal e burocrático.
- Apresentar o projeto de trabalho do Núcleo à Comunidade cefetiana para apreciação e colaboração e submetê-lo a apreciação da Direção Geral e do Conselho Diretor;
- Organizar audiências públicas que envolvam a comunidade interna e externa, bem como as instituições com as quais se deseja conveniar para exposição dos objetivos do Núcleo e suas metas de trabalho;
- Levantar, por meio de pesquisas, as necessidades e o perfil da clientela do Núcleo;
- Elaborar estratégias de sensibilização da comunidade interna do CEFET-RR, com a finalidade de receber os clientes do Núcleo;
- Constituir parcerias com as instituições para a execução das metas;
- Elaborar o planejamento pedagógico das ações a serem executadas a curto e médio e longo prazo;
- Promover a capacitação de docentes e técnicos para o desenvolvimento das metas do Núcleo;
- Implementar adequações arquitetônicas que ainda se fizerem necessárias na estrutura física do IFRR.
- Como suporte as ações de atendimento aos PNEs, o IFRR mantém o Núcleo de apoio aos Portadores de Necessidades Especiais – NAPNE, que desenvolve ações específicas para o atendimento a essa demanda, através de:
  - Apoio Pedagógico para professores e alunos;
  - Disponibilização e ajuda de recursos tecnológicos;
  - Trabalhos de sensibilização da comunidade do IFRR;
  - Capacitação na área da Deficiência Visual- Braille para professores;
  - Inclusão do Componente Curricular: Alternativas de Comunicação nos cursos de Licenciatura em Educação Física e Técnico em Turismo;
  - Quebra de algumas barreiras arquitetônicas;
  - Inclusão e permanência de pessoas com deficiência através Processo Seletivo e Vestibular com reserva de vagas;
  - Contratação temporária de Intérprete-Tradutor em LIBRAS para atender 03 alunos surdos do Curso Técnico Subseqüente em Informática;

Como metas a serem atingidas propõe-se as seguintes ações

- Formação de equipe multiprofissional que atue diretamente no NAPNE;
- Acessibilidade arquitetônica total de acordo com a ABNT,;

- Capacitação e formação continuada de servidores nas áreas da deficiência auditiva, mental, transtornos globais, altas habilidades, múltiplas deficiências; surdocegueira e as síndromes.
- Contratação para o quadro de pessoal efetivo de 2 (dois) Intérpretes-Tradutores em LIBRAS

### **2.7.2 Responsabilidade Social**

O IFRR é a única Instituição Federal de Educação Profissional no Estado. Como Instituição de Educação Superior, junto com a Universidade Federal -UFRR totalizam as Instituições Federais no Estado. Além destas, existe apenas o Instituto Superior de Educação – ISE do Governo do Estado como Instituições Públicas de Educação Superior.

No cenário da Educação Profissional, nos Níveis Técnico e Tecnológico o CEFET-RR é a única Instituição Pública de ensino que atua com a oferta de Cursos de formação.

Portanto, o IFRR, como Instituição de Ensino, integrante da Rede Federal de Educação Tecnológica, vem cumprindo um importante papel social no contexto do Estado, uma vez que os Cursos de formação, atualização e qualificação que oferece são todos programados e desenvolvidos em função de demandas identificadas, sejam através de levantamentos junto ao setor produtivo, ou do atendimento a demandas específicas, mediante a constituição de parcerias e assinatura de convênios.

Para melhor atender às perspectivas de inclusão social, o CEFET-RR implantou Cursos de formação profissional de Nível Técnico, currículo integrado com o Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, destinado a jovens e adultos trabalhadores que não têm formação profissional e nem tiveram oportunidade de cursar o Ensino Médio na idade escolar regular.

Outras ações que têm por objetivo promover a inclusão social são realizadas no atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais com ações na área da Educação Profissional de Formação Inicial e Continuada e na área esportiva – natação.

Como as ações do IFRR têm como premissa maior à contextualização com o cenário regional e local, acredita-se que sua contribuição para o processo de desenvolvimento do Estado é significativa, na medida em que forma os Profissionais, qualifica e atualiza trabalhadores para os diferentes setores do processo produtivo.

#### **2.7.2.1 Inclusão com educação das reeducandas da cadeia pública feminina de Boa Vista.**

O projeto Inclusão com Educação das Reeducandas da Cadeia Pública de Monte Cristo do Município de Boa Vista -Roraima, executado pelo IF-RR tem como objetivo geral Promover a inserção de 80 mulheres sentenciadas no setor produtivo de alimentos. Neste sentido, visa aumentar o grau de escolaridade, qualificar-las na área de processamento de alimentos fomentando a geração de renda e evitando sua re inclusão na cadeia Pública Feminina de Boa

Vista. A qualificação será desenvolvida através da oferta de cursos na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) e de qualificação profissional.

Os objetivos específicos centram-se na oferta da EJA em parceria com o Governo do Estado através da SECD (Secretaria de Educação Cultura e Desporto do Estado de Roraima e Fórum da EJA do Estado). Esta Ação promoverá a elevação de escolaridade das reeducandas. Outro objetivo é a Promoção de cursos na área de informática que será oferecido pelo IF-RR, com a finalidade de incluí-las no mundo digital e deste modo prepará-las para a exigência do setor produtivo. Agreguem-se a estes, a oferta de cursos de culinária, que será ministrado pelo SENAC-RR/ SESI-RR. Esta ação possibilitará a formação empreendedora dessas mulheres; a capacitação em artes cênicas, através de cursos oferecidos pelo IF-RR, buscando melhoria na integração, a autoestima e a auto descoberta de suas potencialidades artísticas; oferta de palestras e /ou oficinas nas áreas de saúde, Meio ambiente, Ética, Trabalho e consumo, auto estima, ginástica laboral, cooperativismo, em parceria com varias instituições. Além disso, pretende-se desenvolver uma cultura empreendedora, através de cursos e palestras oferecidas pelo SEBRAE-RR. O produto destas ações serão aferido através da Avaliação e Reconhecimento da Aprendizagem Prévia (ARAP) que será utilizado como instrumento metodológico.

Deste modo, oferecer um curso de Qualificação Profissional a uma parcela da sociedade que historicamente foi marginalizada pelo mercado de trabalho constitui para o IF- RR mais uma de suas ações voltadas para a inclusão social da mulher no mundo do trabalho.

O Curso Básico de Qualificação Profissional em Cozinha Regional possui uma organização curricular que possibilita imediata inserção no setor produtivo de alimentos não somente local mais em âmbito regional e nacional através da prestação de serviços nessa área de alimentos.

Valorizar os conhecimentos e experiências adquiridas na educação informal constitui um dos diferenciais pedagógicos contemplados pela estrutura curricular. Outro diferencial contemplado insere-se na sistemática de avaliação que terá o portfólio como principal instrumento avaliativo.

Com o propósito de incrementar as ações de responsabilidade social e fomentando inclusão social desenvolvidas pelo IF-RR, apresenta-se o curso Básico de Qualificação Profissional em Cozinha Regional.

### **2.7.3 Programa de formação inicial e continuada de trabalhadores**

O IFRR tem atuado em sintonia com as demandas sociais do mercado de trabalho com oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, promovendo assim a qualificação inicial, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento sócio-econômico regional.

Estes Cursos deverão articular-se preferencialmente com os Cursos de Educação de Jovens e Adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificação de formação inicial ou continuada para o trabalho. A sua oferta será definida no âmbito de cada Gerência Educacional, em função das áreas profissionais trabalhadas, da demanda e das condições ambientais, materiais e humanas. Serão coordenados e certificados pela Coordenação de Serviços e Extensão.



Atualmente, para atender as pesquisas de demanda realizadas, existem os seguintes Cursos:

- Curso de Idiomas (Espanhol e Inglês);
- Cursos de Informática Básica e Avançada;
- Curso de AutoCAD;
- Curso de Montagem e Manutenção de Computadores;
- Curso de Empreendedorismo.

### 3 IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

#### 3.1 Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI

##### 3.1.1 Programação de expansão e abertura de cursos

##### 3.1.1.1 Campus Boa Vista

TABELA 3 – OFERTA DE CURSOS SUBSEQUENTES – IFRR CAMPUS BOA VISTA - 2009/2013

CURSO	Módulo	ANO									
		2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Técnico em Agrimensura	1	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	2	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	3	21	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	4	0	21	0	0	0	0	35	0	35	0
Edificações	1	53	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	2	27	53	35	0	35	0	35	0	35	0
	3	34	27	53	35	0	35	0	35	0	35
	4	0	34	27	53	35	0	35	0	35	0
Eletrotécnica	1	36	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	2	0	36	35	0	35	0	35	0	35	0
	3	0	0	36	35	0	35	0	35	0	35
	4	0	0	0	36	35	0	35	0	35	0
Eletrônica	1	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	2	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	3	15	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	4	0	15	0	0	0	0	35	0	35	0
Enfermagem	1	70	0	0	70	0	70	0	70	0	70
	2	0	70	0	0	70	0	70	0	70	0
	3	28	0	70	0	0	70	0	70	0	70
	4	0	28	0	70	0	0	70	0	70	0
Informática	1	34	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	2	44	34	35	0	35	0	35	0	35	0
	3	0	44	34	35	0	35	0	35	0	35
	4	0	0	44	34	35	0	35	0	35	0



TABELA 3 – OFERTA DE CURSOS SUBSEQUENTES – IFRR CAMPUS BOA VISTA 2009-2013 (CONTINUAÇÃO)

CURSO	Módulo	ANO									
		2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Manutenção automotiva	1	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Controle Ambiental	1	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DE ALUNOS</b>		<b>709</b>	<b>830</b>	<b>636</b>	<b>861</b>	<b>490</b>	<b>910</b>	<b>875</b>	<b>1120</b>	<b>1085</b>	<b>1190</b>

TABELA 4 – OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS A EJA (PROEJA) – IFRR CAMPUS BOA VISTA – 2009 – 2013

CURSO	Módulo	ANO									
		2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Edificações	1	21	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	21	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	21	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	21	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	21	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	21	0	35	0	35
Eletrotécnica	1	0	0	35	0	35	0	0	0	0	0
	2	4	0	0	35	0	35	0	0	0	0
	3	0	4	0	0	35	0	35	0	0	0
	4	0	0	4	0	0	35	0	35	0	0
	5	0	0	0	4	0	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	0	4	0	0	35	0	35
Enfermagem	1	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	21	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	21	0	35	0	35	0	35	0	35
	5	31	0	21	0	35	0	35	0	35	0
	6	0	31	0	21	0	35	0	35	0	35

**TABELA 4 – OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS A EJA (PROEJA) – IFRR CAMPUS BOA VISTA – 2009 – 2013  
CONTINUAÇÃO)**

CURSO	Módulo	ANO									
		2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Informática	1	37	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	37	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	20	0	37	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	20	0	37	0	35	0	35	0	35
	5	9	0	20	0	37	0	35	0	35	0
	6	0	9	0	20	0	37	0	35	0	35
Secretariado	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	5	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0
Análises Clínicas	1	32	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	32	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	12	0	32	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	12	0	32	0	35	0	35	0	35
	5	16	0	12	0	32	0	35	0	35	0
	6	0	16	0	12	0	32	0	35	0	35
Manutenção Automotiva	1	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DE ALUNOS</b>		<b>255</b>	<b>255</b>	<b>357</b>	<b>357</b>	<b>479</b>	<b>475</b>	<b>490</b>	<b>490</b>	<b>490</b>	<b>490</b>

**TABELA 5 – OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO 2009/2013 IFRR CAMPUS BOA VISTA**

CURSO	SÉRIE	ANO				
		2009	2010	2011	2012	2013
Turismo	1	0	0	0	0	0
	2	33	0	0	0	0
	3	27	33	0	0	0
	4	0	27	33	0	0
Secretariado	1	71	70	70	70	70
	2	36	71	70	70	70
	3	60	36	71	70	70
	4	0	60	36	71	70
Informática	1	72	70	70	70	70
	2	39	72	70	70	70
	3	64	39	72	70	70
	4	0	64	39	72	70
Eletrônica	1	35	35	35	35	35
	2	41	35	35	35	35
	3	26	41	35	35	35
	4	0	26	41	35	35
Eletrotécnica	1	34	35	35	35	35
	2	35	34	35	35	35
	3	0	35	34	35	35
	4	0	0	35	34	35
Análises Clínicas	1	0	0	70	70	70
	2	0	0	0	70	70
	3	0	0	0	0	70
	4	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>573</b>	<b>783</b>	<b>886</b>	<b>982</b>	<b>1050</b>

TABELA 6 – OFERTA DE CURSOS SUPERIORES– IFRR CAMPUS BOA VISTA - 2009/2013

CURSO	Módulo	ANO									
		2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Tecnologia Anal. Desenvolvimento Sistemas	1	78	35	70	0	70	0	70	0	70	0
	2	0	78	35	70	0	70	0	70	0	70
	3	33	0	78	35	70	0	70	0	70	0
	4	0	33	0	78	35	70	0	70	0	70
	5	7	0	33	0	78	35	70	0	70	0
	6	0	7	0	33	0	78	35	70	0	70
Tecnologia Gestão Hospitalar	1	36	70	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	36	70	35	0	35	0	35	0	35
	3	33	0	36	70	35	0	35	0	35	0
	4	0	33	0	36	70	35	0	35	0	35
	5	19	0	33	0	36	70	35	0	35	0
	6	0	19	0	33	0	36	70	35	0	35
Tecnologia Saneamento Ambiental	1	37	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	37	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	25	0	37	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	25	0	37	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	25	0	37	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	25	0	37	0	35	0	35
Licenciatura Educação Física	1	35	35	70	0	70	0	70	0	70	0
	2	0	35	35	70	0	70	0	70	0	70
	3	64	0	35	35	70	0	70	0	70	0
	4	0	64	0	35	35	70	0	70	0	70
	5	46	0	64	0	35	35	70	0	70	0
	6	0	46	0	64	0	35	35	70	0	70
	7	51	0	46	0	64	0	35	35	70	0
	8	0	51	0	46	0	64	0	35	35	70
	9	23	0	0	0	0	0	0	0	0	35
Licenciatura Língua Espanhola e sua Literatura	1	36	35	70	0	70	0	70	0	70	0
	2	0	36	35	70	0	70	0	70	0	70
	3	26	0	36	35	70	0	70	0	70	0
	4	0	26	0	36	35	70	0	70	0	70
	5	51	0	26	0	36	35	70	0	70	0
	6	0	51	0	26	0	36	35	70	0	70

TABELA 6 – OFERTA DE CURSOS SUPERIORES– IFRR CAMPUS BOA VISTA - 2009/2013 (CONTINUAÇÃO)

CURSO	Módulo	ANO									
		2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Tecnologia Gestão Turismo	1	40	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	40	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	21	0	40	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	21	0	40	0	35	0	35	0	35
	5	15	0	21	0	40	0	35	0	35	0
Licenciatura em Biologia	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Licenciatura em Ciências	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
Licenciatura em Matemática	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

TABELA 6 – OFERTA DE CURSOS SUPERIORES– IFRR CAMPUS BOA VISTA - 2009/2013 (CONTINUAÇÃO)



CURSO	Módulo	ANO									
		2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Tecnologia em Eventos	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tecnologia em Sistemas Elétricos	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Licenciatura em Artes	1	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bacharelado em Enfermagem	1	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DE ALUNOS</b>		<b>676</b>	<b>813</b>	<b>1035</b>	<b>1014</b>	<b>1341</b>	<b>1301</b>	<b>1575</b>	<b>1400</b>	<b>1715</b>	<b>1680</b>

TABELA 7 – OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU 2009/2013 – IFRR CAMPUS BOA VISTA

CURSO	ANO									
	2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Gestão Pública	0	40	0	0	40	0	0	40	0	0
	0	0	40	0	0	40	0	0	40	0
	0	0	0	40	0	0	40	0	0	40
	0		0		0	0	0	0	0	0
Docência em Educação Profissional e Tecnológica com Ênfase em Educação do Campo	0	0	40	0	0	40	0	0	40	0
	0	0	0	40	0	0	40	0	0	40
	0	0	0	0	40	0	0	40	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Turismo Sustentável	0	0	0	0	40	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	40	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	40	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Docência em Educação Física Escolar	0	0	0	0	40	0	0	40	0	0
	0	0	0	0	0	40	0	0	40	0
	0	0	0	0	0	0	40	0	0	40
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Docência em PROEJA	70	0	0	40	0	0	40	0	0	40
	0	70	0	0	40	0	0	40	0	0
	0	0	70	0	0	40	0	0	40	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		70	150	120	200	200	200	160	160	160

TABELA 8 – OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU 2009/2013 – IFRR CAMPUS BOA VISTA

CURSO	ANO									
	2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Mestrado Informática	0	0	0	0	25	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	25	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	25	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	25	0	0
<b>TOTAL</b>					25	25	25	25		

## 3.1.1.2 Campus Novo Paraíso

TABELA 9 – OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES – IFRR CAMPUS NOVO PARAÍSO – 2009 - 2013

CURSO	Módulo	ANO									
		2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Agricultura	1	0	35	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	35	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	35	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	35	35	0	35	0	35
Aquicultura	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
Zootecnia	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
Informática	1	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>35</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>175</b>	<b>140</b>	<b>245</b>	<b>245</b>	<b>280</b>	<b>280</b>

TABELA 10 – OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS A EJA (PROEJA) – IFRR CAMPUS NOVO PARAÍSO – 2009 - 2013

CURSO	Módulo	ANO									
		2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Agricultura	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
Agropecuária	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	5	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>13</b>	<b>13</b>	<b>58</b>	<b>35</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>105</b>	<b>105</b>	<b>105</b>	<b>105</b>

TABELA 11 – OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO – IFRR CAMPUS NOVO PARAÍSO – 2009 – 2013

CURSO	SÉRIE	ANO				
		2009	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	1	71	35	35	35	35
	2	19	71	35	35	35
	3	48	19	71	35	35
	4	70	48	19	71	35
	5	0	70	48	19	71
	6	0	0	70	48	19
	7	0	0	0	70	48
	8	0	0	0	0	70
Informática	1	0	0	0	35	35
	2	0	0	0	0	35
	3	0	0	0	0	0
	4	0	0	0	0	0
	5	0	0	0	0	0
	6	0	0	0	0	0
	7	0	0	0	0	0
	8	0	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>208</b>	<b>243</b>	<b>278</b>	<b>348</b>	<b>418</b>

TABELA 12 – OFERTA DE CURSOS SUPERIORES– IFRR CAMPUS NOVO PARAÍSO – 2009 – 2013

CURSO	Módulo	ANO									
		2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Tecnologia em Silvicultura	1							35	0	35	0
	2							0	35	0	35
	3							0	0	35	0
	4							0	0	0	35
	5							0	0	0	0
	6							0	0	0	0
Tecnologia em Horticultura	1							0	0	35	0
	2							0	0	0	35
	3							0	0	0	0
	4							0	0	0	0
	5							0	0	0	0
	6							0	0	0	0
<b>TOTAL</b>								35	35	105	105

TABELA 13 – OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – IFRR CAMPUS NOVO PARAÍSO – 2009 – 2013

CURSO	ANO									
	2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Docência em PROEJA	35	0	0	40	0	0	0	0	0	0
	0	35	0	0	40	0	0	0	0	0
	0	0	35	0	0	40	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Docência em Educação Profissional e Tecnológica com Ênfase em Educação do Campo	0	0	0	0	0	40	0	0	40	0
	0	0	0	0	0	0	40	0	0	40
	0	0	0	0	0	0	0	40	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	35	35	35	40	40	80	40	40	40	40

## 3.1.1.3 Campus Amajari

TABELA 14 – OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO – IFRR CAMPUS AMAJARI – 2010 – 2013

CURSO	SÉRIE	ANO			
		2010	2011	2012	2013
Agropecuária	1	175	35	35	35
	2	0	156	32	32
	3	0	0	156	32
	4	0	0	0	156
	5	0	0	0	0
	6	0	0	0	0
	7	0	0	0	0
	8	0	0	0	0
Informática	1	0	0	35	35
	2	0	0	0	32
	3	0	0	0	0
	4	0	0	0	0
	5	0	0	0	0
	6	0	0	0	0
	7	0	0	0	0
	8	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>175</b>	<b>191</b>	<b>258</b>	<b>322</b>

TABELA 15 – OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS A EJA (PROEJA) – IFRR CAMPUS AMAJARI – 2010 – 2013

CURSO	Módulo	ANO							
		2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Agropecuária	1	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	35	0	35	0	35	0	35
	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	35	0	35
<b>Total</b>		<b>35</b>	<b>35</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>105</b>	<b>105</b>	<b>105</b>	<b>105</b>

TABELA 16 – OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES – IFRR CAMPUS AMAJARI – 2010 – 2013

CURSO	Módulo	ANO							
		2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Meio Ambiente	1	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0
Zootecnia	1	0	0	0	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	35
Informática	1	0	0	0	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0
	4	0	0	0	35	0	0	0	35
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>140</b>	<b>105</b>	<b>210</b>	<b>175</b>

TABELA 17 – OFERTA DE CURSOS SUPERIORES – IFRR CAMPUS AMAJARI – 2009 – 2013

CURSO	Módulo	ANO									
		2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Licenciatura em Ciências	1	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>35</b>	<b>35</b>

TABELA 18 – OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – IFRR CAMPUS AMAJARI – 2009 – 2013

CURSO	ANO							
	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
PROEJA	0	0	0	0	40	0	0	0
	0	0	0	0	0	40	0	0
	0	0	0	0	0	0	40	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	0	0	0	0	40	40	40	0

TABELA 19 – Programação de abertura de cursos a Distância

Nome do curso	Modalidade	Nº de alunos por turma	Nº turmas	Abrangência geográfica	Ano previsto para a solicitação	Total de alunos
Licenciatura em Língua Espanhola	Superior	35	5	Roraima	2010	175
Licenciatura em Informática	Superior	35	03	Roraima	2011	105
Tecnologia em Turismo	Superior	35	07	Roraima	2011	245
Técnico Subsequente em Informática	Técnico	35	04	Roraima	2012	105



### **3.1.2 - Programação de abertura de cursos de Extensão (anexo modelo tabela VII)**

Os cursos relacionados abaixo servirão para nortear as ações futuras, porém suas execuções estarão vinculadas às demandas existentes.

#### **3.1.2.1 - Oferta de FIC no Campus Boa Vista**

Guia de Excursão Regional e Nacional  
Guia Internacional e América do Sul  
Guia de Turismo para a 3ª Idade  
Curso Básico de LIBRAS  
Organização, Marketing e Propaganda Turística  
Cozinheiro da Culinária Regional  
Informática Básica e Avançada  
Confeiteiro e Panificação  
Documentação e Avaliação Imobiliária  
Técnicas de Venda  
Redação Técnica e Oficial  
Técnicas de Comunicação  
Etiqueta, Cerimonial e Protocolo  
Atendimento ao Público  
Marketing Empresarial  
Organização de Eventos  
Espanhol Aplicado e Inglês Aplicado  
Instalação e Operação de Recursos audiovisuais  
Documentação e Arquivo  
Manutenção de Computadores  
Operação de Computadores Softwares Livres (Linux)  
Designer Gráfico  
Desenvolvimento para Internet (elaboração de páginas)  
Informática Básica para Deficientes Visuais  
Rede de Computadores (internet e intranet)  
Projetos em Auto CAD 2000  
Pedreiro Ceramista  
Projetos de Instalações Elétricas  
Educação Física Adaptada para Deficientes Físicos  
Técnicas de Comunicação para Apresentação de Trabalhos Orais

Gestão Documental na Administração Pública

Instalador de forro PVC

Arte de falar em público

Técnicas Digitais

Hidrossanitário

Comandos Elétricos para Motores

Eletrônica de Potência

Eletrônica Básica para Mantenedor

Projetos de Subestação Abaixadora

Segurança Eletrônica e Controle de Acesso

Eletricista de rede de distribuição

Sistema de energia alternativa

#### **3.1.2.2 - Oferta de FIC no Campus Amajari**

Guia Regional Especializado em Atrativos Naturais

Utilização e Manejo de Instrumentos de Medição e Localização em Turismo

Condutor Local de Turismo

Noções de Língua Macuxi para o Turismo

Curso Básico de LIBRAS

Relações Humanas para Guiamento Turístico

Cozinheiro da Culinária Regional

Higiene e Manipulação de Alimentos

Panificação

Cerimonial e Protocolo

Redação Oficial

Marketing Pessoal

Instalação e Operação de Recursos audiovisuais

Manutenção de Computadores

Informática Básica e Avançada

Beneficiamento de produtos Agrícolas

Horticultura Orgânica

Manutenção de Máquinas Agrícolas

#### **3.1.2.3 - Oferta de FIC no Campus Novo Paraíso**

Guia Regional Especializado em Atrativos Naturais

Utilização e Manejo de Instrumentos de Medição e Localização em Turismo

Condutor Local de Turismo  
Curso Básico de LIBRAS  
Relações Humanas para Guiamento Turístico  
Cozinheiro da Culinária Regional  
Higiene e Manipulação de Alimentos  
Panificação  
Camareiro  
Cerimonial e Protocolo  
Redação Oficial  
Marketing Pessoal  
Instalação e Operação de Recursos audiovisuais  
Ética e Responsabilidade Social no Serviço Público  
Gestão Documental na Adm Pública  
Beneficiamento de produtos Agrícolas  
Horticultura Orgânica  
Manutenção de Máquinas Agrícolas  
Manejo de pastagem  
Apicultura  
Piscicultura  
Criação de Galinha Caipira

### **3.1.3 Programas de Pesquisa**

Na perspectiva de fortalecimento da área da pesquisa e inovação tecnológica, o IFRR vem mantendo o programa de bolsas de incentivo para alunos matriculados nos diversos cursos, os quais concorrem mediante a apresentação de projetos que devem ser desenvolvidos em até seis meses.

O principal objetivo para a área da pesquisa é estimular o desenvolvimento da pesquisa aplicada e inovação tecnológica, perpassando todos os níveis e modalidades de ensino, dentro das linhas de pesquisa de interesse institucional, através de recursos próprios e de agências de fomento. Desta forma, o Instituto através dos seus setores específicos buscará implementar o apoio aos docentes que apresentarem projetos nas linhas de interesse da instituição, em especial àqueles que estiverem relacionados aos arranjos produtivos, sociais, culturais e locais, em que o IFRR esteja atuando, em especial:

- Programa de iniciação científica com recursos próprios;
- Programa de iniciação científica com financiamento da CAPES e CNPQ;
- Desenvolvimento de pesquisas com financiamento externos;
- Projetos de inovação tecnológica;

## 3.2 Plano para Atendimento as Diretrizes Pedagógicas

### 3.2.1 Perfil de egresso: concepção de formação profissional

A proposta pedagógica do Instituto Federal Roraima está sendo organizada segundo pressupostos da Prática Reflexiva, Pedagogia das Competências e o Modelo Rizomático de Rede de Saberes expressos nas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, propostos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelos Referenciais Curriculares da Rede Federal de Educação Tecnológica.

#### I - Prática reflexiva

A concepção de formação através de uma prática reflexiva tem como elemento fundante a reflexão, exercitada em todos os momentos do processo de formação do professor, assumindo um papel importante na construção da prática docente. É uma concepção que possibilita a organização de um modelo de formação que permite pensar criticamente a teoria e prática do processo ensino aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento pessoal e profissional. Nessa dimensão, a reflexão incide sobre a planificação didática do que se pretende realizar e se faz presente na investigação ação da prática docente.

Coerente com esta concepção surge o perfil do professor, como Intelectual Crítico-Reflexivo, fundamentado na reflexividade crítica, que, segundo Libâneo, in *“Professor Reflexivo no Brasil”*, orienta a formação com as seguintes características:

- Fazer e pensar a relação teoria e prática
- Agente numa realidade social construída;
- Preocupação com a apreensão dos conteúdos;
- Atitude e ação crítica frente ao mundo capitalista e sua atuação;
- Apreensão teóricoprática do real;
- Reflexividade de cunho sócio-crítico e emancipatório.

Essas características exigem uma formação docente que ocorra não só desenvolvendo uma prática didática de sala de aula, mas também uma prática pedagógica na escola, em estreita relação com a prática social.

#### II - Pedagogia das Competências

Formar o ser humano não é só formar para a sociedade e para o mercado. É formar para a felicidade. Isso significa desenvolver nesse ser também as suas potencialidades, os canais de utilização e de expressão artística, de desenvolvimento físico-corporal e a sociabilidade prazerosa. É dar oportunidades a milhões que não as têm de praticar esportes, de conhecer e praticar diferentes tipos de artes, de conviver pela alegria de estar junto.

Formar seres para o mundo do trabalho não poderá jamais significar o mesmo que formar seres para as empresas, porque as empresas têm, na maioria dos casos, como está amplamente divulgado na imprensa, interesses particulares, individuais e individualizantes e, via de regra, contrários aos interesses da maioria da população. Por outro lado, na organização econômica atual, é impossível não dialogar com o mundo empresarial.

É preciso preparar os trabalhadores para esse diálogo, enriquecendo os currículos de formação profissional e encarando a formação por competências pela ótica dos trabalhadores: formação humana ampla, integral para uma sociedade justa. Só poderemos falar em sociedade justa, em mundo do trabalho justo, quando os filhos de todos os cidadãos usufruírem de alimentação, saúde, educação, lazer e esportes, cultura e arte, convivência, afeto, dignidade. É para lutar por esse mundo que deve se voltar toda pedagogia e todo projeto de formação profissional.

Como princípios básicos de uma Pedagogia das Competências, o IFRR admite:

- Formação humana integral, sólida e omnilateral;
- Aprendizagem significativa;
- Valorização dos saberes dos alunos nas atividades educativas;
- Diversificação das atividades formativas;
- Trabalho Coletivo;
- Investigação integrada ao processo ensino aprendizagem

#### **a) Competências Profissionais**

Gallart e Jacinto (1997) observam que atualmente, em todos os debates sobre formação para o trabalho, o termo competência aparece como uma resposta para os problemas concernentes às mudanças tecnológicas e a globalização econômica. No interior das organizações de trabalho, a especialização flexível; o surgimento de setor informal com suas variedades de ocupações, em alguns casos qualificados e semiquilificados, com baixo enquadramento organizacional; a flexibilidade laboral que promove o desempenho alternativo de várias ocupações qualificadas e as mudanças frequentes dos postos de trabalho; as tecnologias microeletrônicas que exigem maiores níveis de abstração e manejo de equipamentos mais elaborados — todos estes foram fatores que convergiram para que cada vez um maior número de ocupações, e de trajetórias ocupacionais, não se adaptassem às rigidezes do antigo sistema fordista.

Para esses pesquisadores podem ser distintos dois grupos de competências necessárias para atender as exigências do mercado de trabalho:

- Competências de empregabilidade, adquiridas de forma sistemática e gradual, resumem-se em habilidades básicas, tais como a capacidade de expressão oral e escrita, matemática aplicada (como capacidade de resolução de problemas), capacidade de pensar (abstrair as características cruciais dos problemas, decidir sobre eles e aprender com a experiência); e
- Competências relacionadas ao uso dos recursos materiais, humanos e financeiros para alcançar objetivos; as competências interpessoais (trabalhar em grupo, ensinar e aprender, liderar, negociar, atender clientes, manejar a diversidade cultural); competências de comunicação (identificar, adquirir e avaliar informações); competências sistêmicas (aproximar a realidade em sua complexidade de relações); competências tecnológicas (conhecimentos e utilização de tecnologias usuais).

Na percepção de Zarifian (1999), é competente quem sabe fazer, tomar iniciativa e assumir responsabilidades, com êxito, tanto no plano individual como de grupo, ante uma situação profissional. Para o autor, assumir a responsabilidade de uma situação profissional é enfrentar todas as obrigações e acontecimentos que possam surgir em determinada

circunstância e adotar todas as iniciativas necessárias. É competente, também, quem sabe apelar, quando se vê superado pela complexidade da situação, quando há colegas de trabalho mais experientes e que podem ajudá-lo a dominá-la, e que, portanto, sabe ativar uma rede de cooperação. A tomada de iniciativa e de responsabilidade somente pode vir do indivíduo: é ele quem controla suas competências para enfrentar a situação.

Zarifian (1999) salienta que cabe ao sistema educativo o papel de constituir conhecimentos e validá-los por meio de diplomas e desenvolver capacidades próprias do indivíduo; cabe à empresa a incumbência de empregar estes conhecimentos, combinando-os com as experiências profissionais e de formação permanente, a fim de desenvolver as competências e validá-las. Portanto, os conhecimentos se constituem e são validados pelos sistemas educativos por meio dos diplomas. As competências são desenvolvidas, utilizadas e validadas pelas empresas de acordo com o tipo de certificado.

Tal como Gallart e Jacinto, Zarifian (2001) considera que toda atividade em situação de trabalho mobiliza uma orientação intelectual, assim como toda atividade escolar depende de um exercício prático no sentido de que implica a transformação, por meio de ações, de um conhecimento ou de uma situação prática. Verifica-se, entretanto, que a ênfase na educação geral e nas competências mais amplas que permitem um bom desempenho no mercado de trabalho e na aprendizagem de ocupações diferentes, pode ofuscar a necessidade permanente de aprendizagens teórico-práticas no interior dos grupos ocupacionais qualificados. Portanto, o exercício em situações de trabalho é fundamental para a concretização da aprendizagem, na medida em que os saberes específicos não sejam uma acumulação de aprendizagens descontextualizadas, e sim que possam ser atualizados na vida diária e em situações profissionais.

Observa-se que, de um modo geral, o saber associado ao trabalho é uma questão complexa, que tem aspectos e dimensões diferentes, por vezes contraditórias, e que pode ser sintetizado nos tipos de relação entre conhecimento explícito e tácito. As organizações cujas atividades dependem do desenvolvimento contínuo dos conhecimentos relacionados com o trabalho estão interessadas em saber se os seus trabalhadores serão capazes de contribuir de maneira significativa para a criação, transmissão e difusão do conhecimento associado ao trabalho. Esta perspectiva tem consequências evidentes para as relações e interações da escola com o mundo do trabalho, a formação profissional e a aprendizagem ao longo da vida. Nessa perspectiva a categoria trabalho passa a ser entendida como princípio educativo.

## **b) Competências individuais**

Para Deluiz (1995), as competências humanas contextualizadas, historicamente definidas, e individual e coletivamente constituídas, desenvolvem a transposição das relações de trabalho, de modo a estabelecer, no currículo, o diálogo dos conhecimentos já formalizados nas disciplinas e nas experiências e saberes gerados nas atividades de trabalho: conhecimentos, valores, histórias e saberes da experiência.

As definições de competência individual atrelada à ação, ou seja, resultando de conhecimentos, habilidades, atitudes e outras características, que emergem diante de um contexto dado e que será o critério de avaliação, mensuração e remuneração, não pressupõem a existência de um critério de avaliação. Além disso, nenhum trabalho conseguiu efetivamente descrever como seriam operacionalizadas as funções de recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento e remuneração com base em competências individuais, sem a referência ao cargo ou a um critério-padrão.

## **c) Competências Coletivas**

O conhecimento coletivo baseado nas habilidades e experiências individuais passou a representar um diferencial competitivo em relação à concorrência, sendo considerado uma competência fundamental para a empresa. O conhecimento coletivo é aprimorado continuamente, criando-se redes informais de pessoas que realizam trabalhos afins, que eventualmente estão dispersas em diferentes unidades de negócio, objetivando acima de tudo, colocar em contato grupos de profissionais expostos a problemas e tentativas comuns de solução que, por meio da troca de experiências e informações, aumentem o conhecimento coletivo.

Zarifian (1999) conceitua a competência coletiva como as capacidades desenvolvidas dos campos da autonomia, tomada de responsabilidade e comunicação social. A autonomia e a tomada de responsabilidade são operadas essencialmente no interior das organizações do trabalho e expressam novas opções de atitudes sociais integradas às competências profissionais. Estas atitudes somente são apreendidas e desenvolvidas se forem assumidas no contexto das situações profissionais e favorecidas pelo sistema educativo, por meio de métodos pedagógicos que favoreçam a iniciativa dos alunos e o desenvolvimento de atitudes.

### **III Modelo rizomático de rede de saberes**

Em complemento a Prática-Reflexiva e a Pedagogia das Competências será aplicado o Modelo Rizomático de Rede de Saberes proposta por Deleuze e Guattari (1980) que propõem a multiplicidade como modelo para a interpretação do real. A Rede de Saberes se configura como as linhas fibrosas de um rizoma que se entrelaçam formando um conjunto complexo entre as várias áreas do saber. Neste contexto, o docente formula hipóteses, objetivos flexíveis e adaptados às necessidades e interesse dos alunos na construção de seus projetos escolares.

Tal proposta curricular como acontecimento, rizoma ou rede, tem o papel de diferenciar, porém sem indicar a direção da diferença. Ou seja, os alunos inserem-se em uma rede de acontecimentos gerenciados por eles mesmos, cabendo à escola e à comunidade propiciar condições para que o aluno participe da rede, discuta idéias, construa um processo de entendimento transformador da época, da criação de instrumentos conceituais adequados à sua análise e pela continuidade das lutas políticas e sociais.

A materialização do que aqui está proposto se dará através da construção do currículo de cada curso.

### **IV Interdisciplinaridade e contextualização**

A concepção de profissional como sujeito cultural e político requer do currículo do curso uma articulação consistente e coerente entre conhecimentos científicos, competências cognitivas e motivações. Mais do que apenas apresentar conteúdos das disciplinas, o objetivo dos Cursos do IFRR é levar o futuro profissional a aprender a conhecer, aprender a ser e aprender a fazer por intermédio da construção de outros paradigmas educacionais.

A interdisciplinaridade, enquanto elemento de inter-relação entre as disciplinas, considerando seus objetivos e metodologias próprias para a estruturação de um conhecimento compartilhado, é o caminho adequado à conquista de uma formação mais crítica, integral e transformadora.

No desenvolvimento curricular a interdisciplinaridade exercerá papel fundamental em proporcionar o diálogo entre as várias áreas do conhecimento, quebrando as barreiras do individualismo sem deixar de respeitar as peculiaridades de cada uma, mas, buscando pontos

de conexão enriquecedores para a interpretação. Tal metodologia tem como objetivo a busca por caminhos de integração do conhecimento científico quebrando o paradigma da desconexão e da fragmentação, da visão ortodoxa e conservadora, herança de um positivismo que pautou a formação pedagógica até o final do século passado, quando a interpretação “por partes” significava uma forma bem mais simples de entender o mundo e seus fenômenos.

O processo de aprendizagem ocorre ao longo da vida do indivíduo, ou seja, a educação é permanente por isso a importância da busca constante de novos instrumentos e mecanismos que superem os limites da educação tradicional. Neste sentido, o IFRR tenta romper as barreiras do comodismo em ousar, pensar e agir diferente, inovar e desenvolver uma visão global, integral, qualitativa, dinâmica e crítica por meio da interdisciplinaridade. A utilização dessa estratégia no processo de ensino/aprendizagem não representa apenas a mera integração de conhecimentos, mas, sobretudo, uma forma de proporcionar uma construção mental e comportamental contínua que ultrapassa os limites da sala de aula incorporando-se no cotidiano do futuro profissional. De acordo com Gadotti<sup>6</sup> a prática pedagógica interdisciplinar exige:

- Integração de conteúdos;
- Passar de uma concepção fragmentária para uma concepção unitária do conhecimento;
- Superar a dicotomia entre ensino e pesquisa, considerando o estudo e a pesquisa, a partir da contribuição das diversas ciências;
- Ensino aprendizagem centrado numa visão que aprendemos ao longo da vida (educação permanente);

Percebe-se que a integração de conteúdo não significa desconsiderar as peculiaridades das disciplinas, mas construir o conhecimento global a partir da interconexão entre seus objetos, o que exige antes mesmo da integração de conteúdos a integração das pessoas envolvidas, denominado por Ivani Fazenda de “projeto de parceria”<sup>7</sup>. Sem a efetiva parceria entre comunidade interna e externa a prática interdisciplinar não prospera, pois um projeto de integração “não pode ficar restrito a alguns professores idealistas, mas deve fazer parte do universo cotidiano de todos os professores, encontrando seu espaço dentro da universidade”<sup>8</sup>. Assim, o trabalho a ser realizado pelo docente deve ser sistematizado, com “profundo conhecimento da estrutura de sua disciplina, de seu objeto, do por que da inclusão da disciplina no currículo”<sup>9</sup>.

A responsabilidade do IFRR está fundamentada na qualidade do curso, no seu projeto pedagógico que prioriza a interdisciplinaridade e a inserção do profissional no mercado de trabalho, com destaque, não pelo simples fato de ter um diploma, mas, sobretudo pela capacidade de argumentação e de percepção construtiva e crítico emancipatório.

Nesta perspectiva, os currículos dos Cursos do IFRR estão estruturado a cada semestre por eixos de conhecimentos (temática integradora) cujas disciplinas apresentam uma temática comum, na intenção de facilitar uma abordagem interdisciplinar dos conteúdos pelos professores responsáveis. A disciplina-chave para o trabalho interdisciplinar está centrada nos projetos integrados, na pesquisa aplicada e nas atividades complementares e de extensão diretamente articuladas ao desenvolvimento de cada Curso, ainda que nelas não se limite.

<sup>6</sup> GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2000, p.222.

<sup>7</sup> FAZENDA, Ivani Catarina, *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

<sup>8</sup> PERRENOUD, Philippe et al. *As competências para ensinar no século XX*, São Paulo: Loyola, 1999, p. 79.

<sup>9</sup> FAZENDA (1999) *op. cit.*, p. 23.



### 3.2.3 Princípios e abordagem metodológica

Muito embora os cursos tenham como função precípua a formação profissional, o que os caracteriza como curso de nível superior é o compromisso com a construção do conhecimento e não apenas a sua transmissão. Neste sentido, a metodologia de ensino, por paradoxal que possa parecer, requer do professor que evite a utilização de procedimentos metodológicos que fazem da ação educativa uma mera rotina pedagógica. Desta forma, o método de ensino não pode ser considerado como um simples instrumento de estruturação pedagógica. Na realidade, o método de ensino deve proporcionar ao educando, sujeito cognoscente, uma forma significativa de construção e de assimilação crítica do conhecimento.

Nesta perspectiva, o IFRR apresenta uma proposta inovadora, tendo em vista as características sócio-econômicas locais e o redimensionamento do papel do Estado que se reflete no grau de atuação na sociedade, com o propósito de formar profissionais com sólida formação teórico-dogmática a serem consolidadas a partir de uma perspectiva humanística e crítica sem deixar de considerar a cientificidade marcado por uma formação crítica e interdisciplinar.

Além dos recursos de exposição didáticas, dos estudos práticos em sala de aula, estudos dirigidos e independentes, seminários, oficinas, debates entre outros, é necessário incluir procedimentos metodológicos que assegurem a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e com os avanços tecnológicos, incluindo, portanto, novas alternativas como os projetos de pesquisa, atividades de extensão e fortalecimento no uso de recursos diversificados, como a televisão, multimídia, internet, visitas técnicas etc. Considerando, entretanto, que esses recursos tecnológicos não podem se configurar como um fim em si mesmo, mas como um instrumento facilitador do processo de construção e assimilação do conhecimento, um mecanismo capaz de desenvolver no aluno a cultura investigativa, metodológica e uma postura criativa que lhe permita avançar frente ao desconhecido.

Nessa construção pedagógica interdisciplinar as disciplinas propedêuticas são articuladas ao longo do curso. As demais disciplinas são ministradas tendo como pontos comuns temas transversais propostos pelo corpo docente e discente, trabalhada de maneira inter e multidisciplinar, rumo a transdisciplinaridade.

A cultura interdisciplinar desenvolve capacidades e habilidades que, certamente, auxiliam o acadêmico a pensar e agir com criatividade, articulando as áreas diferenciadas de saberes na busca das soluções necessárias para o desenvolvimento da sua área de atuação profissional, dentro da perspectiva globalizada e complexa do novo século.

Ressalta-se ainda, que a referida metodologia está apoiada nos pressupostos construtivistas e crítico emancipatório, a qual permite ao estudante aprender a partir de estudos de casos ou problemas, que pode ser real ou simulado, o que possibilitará ao estudante interagir com o problema, obter dados, formular hipóteses, tomar decisões e emitir julgamentos, propiciando ao aluno experiência práticas em tempo relativamente curto. Essa abordagem metodológica possibilita ao aluno:

- Adquirir experiências no processo de construção do conhecimento, assumindo a responsabilidade pela definição dos tópicos e subtópicos do domínio a ser explorado, decidindo, dessa forma, sobre o nível de abrangência e profundidade que deseja alcançar, sobre métodos de estudo e estratégias a serem utilizadas para a solução de problemas;
- Gerar experiências e múltiplas representações dos fenômenos e problemas estudados, possibilitando a avaliação de soluções e decisões alternativas, já que no mundo real

difícilmente existe apenas uma abordagem ou uma única solução correta para um problema;

- Vivenciar aprendizagem em contextos realistas e relevantes, mais autênticos em relação às tarefas da aprendizagem, possibilitando-o vivenciar a complexidade dos fenômenos de forma mais real, aumentando a capacidade de transferência das experiências do processo de aprendizagem para o seu dia-a-dia;
- Utilizar múltiplas formas de representação além dos meios tradicionais, para enriquecer o olhar sobre a realidade dos problemas estudados, na medida em que cada meio tem sua especificidade e linguagem e, portanto, oferece um olhar específico e parcial da realidade;
- Desenvolver a auto-conscientização sobre o processo de construção de conhecimento, a compreensão de como ocorre o processo de aprendizagem e tomada decisões e a capacidade de explicar por que e como um determinado problema foi resolvido, isto é, possibilitar a formação de uma atitude “reflexiva” em relação aos fenômenos e problemas do mundo real.

Nessa proposta metodológica, é fundamental a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da interação e cooperação com os outros, cujo significado é o de compartilhar objetivos com a intenção de criar algo novo através da colaboração. Nesse sentido, enfatiza-se a interação estudante-professor ou estudante-estudante para modelar ou apoiar a compreensão e o desempenho.

### 3.2.2 Seleção e concepção dos conteúdos

Parte-se do pressuposto de que o conhecimento não é neutro, isto é, não alheio a valores e a interesses; o conhecimento é uma construção humana, portanto é uma construção histórica, valorativa e contextualizada.

Libâneo (1993) discute a questão dos conteúdos na sua dimensão crítico social, reconhecendo o seu caráter científico, histórico e social aliado às exigências teórico práticas de cada tipo de formação. O autor afirma que a dimensão crítico social dos conteúdos, corresponde à abordagem metodológica na qual os objetos do conhecimento (fatos, conceitos, leis, habilidades e métodos) são apreendidos nas suas propriedades e características próprias e ao mesmo tempo, nas suas relações com outros fatos e fenômenos da realidade incluindo especificamente as ligações e nexos sociais que os constituem como tal.

Conceber o conteúdo, nesta perspectiva, foi uma opção feita pela comunidade interna e externa na organização do currículo que se quer, evitando-se repetir os modelos educacionais reducionistas □ comportamentalista e/ou funcionalista □ que ressaltam apenas os saberes necessários para a execução de atividades profissionais segundo as exigências de mercado. Além disso, é possível dissociar o currículo por competências de uma perspectiva não crítica de educação, sintonizada principalmente com os processos de inserção social e de controle de habilidades a serem desenvolvidas e, por conseguinte, de controle do trabalho docente e de favorecimento do efficientismo social.

Isto implica que o professor formador saiba pensar os conteúdos de ensino de forma contextualizada e holística. O IFRR ao organizar o currículo de seus cursos definiu as matrizes teórico conceitual, sócio construtivista, crítica e emancipatória por entender o currículo como artefato cultural que não realiza uma tradução linear das atividades profissionais na execução dos projetos pedagógicos baseados em competências e sim se preocupa com:

- A estruturação do conhecimento de acordo com um pensamento interdisciplinar – as competências, numa perspectiva integrada, pressupõem a mudança de estruturação do conhecimento de uma lógica disciplinar para uma lógica de conjuntos interdisciplinares;
- O desenvolvimento de capacidades que mobilizem as competências – trata-se de um desafio, uma vez que a correspondência entre capacidades e competências não é direta e buscar a integração das competências implica ir além do trabalho traduzido em tarefas e atividades; exige investigar a natureza do trabalho e o significado deste para o sujeito que o realiza;
- Incentivo à resolução de problemas novos – criar um ambiente construtivista e crítico emancipatório de aprendizagem que dê apoio a múltiplas perspectivas ou interpretações da realidade, elaboração do conhecimento e atividades baseadas na experiência;
- Diversificação dos meios de desenvolvimento de competências – considerando as diferentes dimensões dos saberes agir, ser e fazer, utilizar diferentes meios e estratégias de ensino que promovam, entre outros, uma aprendizagem ativa, com liberdade para criar, visando ao desenvolvimento de raciocínios mais elaborados e estimulando uma atitude constante de questionamento;
- Contextualização do educando quanto à historicidade dos produtos de seu trabalho – permitir ao aluno compreender que as mudanças decorrem de variáveis sociais, políticas e econômicas para que a aprendizagem se torne mais significativa; e
- Favorecimento de uma atitude de predisposição para com a profissão – importância da auto-estima para o desenvolvimento da aprendizagem.

O IFRR percebe que todo modelo de educação profissional deve pautar-se pela concepção de que o desenvolvimento global do ser humano está diretamente relacionado com a qualidade de vida que ele usufrui em seu cotidiano: direitos essenciais à educação, trabalho, cultura e convivência humana. Formar o indivíduo para o mundo do trabalho não significa o mesmo que formar o homem para as empresas, para os interesses particulares contrários aos interesses da maioria da população. Por outro lado, na organização econômica atual, é impossível não dialogar com o mundo empresarial. É preciso preparar os trabalhadores para esse diálogo, enriquecendo os currículos de educação profissional e encarando a formação humana ampla, integral, para uma sociedade justa (Lopes, 2005).

Estes aspectos pressupõem a valorização do próprio ser humano, uma consciência maior na conduta pessoal e uma responsabilidade coletiva, além da individual na formação da cidadania. É, pois, com esteio neste conceito de educação, arrimado no entendimento essencial do trabalho e da comunicação, que se conjectura um caminho para o desenvolvimento das competências que podem permitir se conquistar a emancipação.

### **3.2.3.1 Integração entre teoria e prática**

A integração entre a teoria e a prática será trabalhada no âmbito das disciplinas, organizada em uma perspectiva interdisciplinar e contextualizada. Os momentos de prática serão utilizados como um meio complementar e integrado ao desenvolvimento das unidades de ensino, tendo como objetivo:

- Aprofundar o conhecimento técnico e científico;
- Oferecer o curso em um contexto real de sociedade;

- Estimular o autoconhecimento, o espírito investigativo, as relações pessoais;
- Servir de estratégia para o estreitamento das relações com a comunidade e a sociedade no âmbito das disciplinas e não somente no momento do estágio supervisionado.

Adota como princípio da articulação entre a teoria e prática o desenvolvimento de atitudes pautadas em valores como ética, compromisso social, compartilhamento, solidariedade e respeito às diferenças entre os seres, além de incentivar ações em equipe.

A metodologia utilizada para sua execução se pauta pela articulação do ensino, da pesquisa e da extensão no desenvolvimento do próprio curso. Criando canais de interlocução entre o IFRR, o curso e a sociedade, essa integração permitirá uma reciprocidade de conhecimentos – o da produção acadêmica para a comunidade e as demandas reais da comunidade subsidiando a formação do aluno.

As atividades que integram teoria e prática serão realizadas sempre em função de sua possibilidade, necessidade e coerência curricular:

- No âmbito da disciplina, em atividades específicas e próprias de cada unidade curricular;
- Em momentos coletivos, em atividades interdisciplinares organizadas para o desenvolvimento dos projetos integrados, com o objetivo de aprofundar o estudo relativo ao eixo central da temática que organiza o currículo do semestre;
- Nas atividades complementares;
- No âmbito das atividades de pesquisa, de extensão e em visitas técnicas.

A prática integrada à teoria permite a reflexão crítica da ação científica de conceitos universalmente reconhecidos, permitindo sua reprodução, (re) criação, sua negação e a produção de novos conhecimentos a partir de outros já existentes e, ainda, permite o tratamento do conteúdo de determinada disciplina em todas as suas dimensões – conceitual (saber), procedimental (saber-fazer) e atitudinal (saber-ser).

### **3.2.4 Processo de Avaliação**

Para aferir a eficiência e eficácia do processo de ensino aprendizagem, O IFRR adota um sistema multidimensional de avaliação que inclui, entre outros, os seguintes aspectos:

- I. Avaliação da aprendizagem do aluno;
- II. Avaliação das estratégias de ensino;
- III. Avaliação do desempenho docente;
- IV. Avaliação do plano de curso e do currículo.

A avaliação da aprendizagem é entendida como um meio para verificação dos níveis de assimilação do conhecimento, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades que se expressam através das competências requeridas para a qualificação profissional nas diversas áreas do conhecimento e habilitações correspondentes. Desta forma para o Instituto avaliar é construir saberes e conhecimentos, valorizando as construções feitas pelos atores envolvidos nesse processo.

A avaliação das estratégias de ensino é entendida como o mecanismo para diagnosticar e identificar, no desenvolvimento do currículo, os meios, instrumentos, mecanismos e recursos que melhor se ajustam à confirmação da aprendizagem do aluno.

A avaliação do desempenho docente assume função diagnóstica para favorecer ao professor, a percepção da eficácia, eficiência e os impactos de seu trabalho no planejamento, organização, aplicação e avaliação de suas atividades docentes, em função da especificidade do curso em que trabalha.

A avaliação do currículo escolar é entendida como o instrumento que no processo de contextualização com o mundo do trabalho e a realidade concreta, favorece a percepção dos pontos de distorção e evidencia a necessidade de reformulações, adequações e melhorias na definição das competências e habilidades objeto de estudos, além da redefinição de objetivos educacionais, perfis profissionais e outros aspectos inerentes ao processo de formação do cidadão.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem tem como parâmetro os princípios da proposta pedagógica e curricular, a função social e os objetivos da escola, os objetivos da área de conhecimentos e as respectivas competências e habilidades gerais e específicas. Compreende todas as dimensões do comportamento humano, nos aspectos cognitivo, afetivo e psicomotor e assume as funções diagnóstica, formativas e somativa.

Como faz parte das atribuições do IFRR trabalhar como modalidades de ensino diferentes, a Avaliação de Aprendizagem do Aluno apresenta particularidades para cada modalidade.

#### **3.2.4.1 Processo de Avaliação no Ensino Superior**

A avaliação nos cursos superiores do IFRR é feita de forma continuada levando em consideração a avaliação de rendimento do aluno, do desempenho professor e do currículo.

A verificação da aquisição de competências pelo acadêmico nos diferentes módulos dos Cursos Superiores se dá através de diferentes formas como: trabalhos em equipes, pesquisas, desenvolvimento de projetos; instrumentos escritos; produção científica (artigos, resenhas, *papers*, memoriais, etc.), trabalhos e provas individuais; observações práticas (laboratórios, trabalho de campo, relatórios etc.).

Assim, a avaliação dos acadêmicos é concebida como uma prática processual composta por investigação diagnóstica, contínua, cumulativa, sistêmica e compartilhada em cada competência dos módulos.

#### **3.2.4.1 Processo de Avaliação nos Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes**

A aprendizagem do aluno é avaliada, com a utilização dos seguintes instrumentos:

- I. Observação diária;
- II. Realização de tarefas individuais e/ou em grupos;
- III. Provas orais e/ou escritas;
- IV. Resolução de problemas e/ou exercícios;
- V. Desenvolvimento de projetos e experimentos;
- VI. Apresentação de relatórios, memoriais descritivos, dissertações, seminários;
- VII. Atividades práticas de: laboratório, campo, microestágios, prestação de serviços à comunidade.

São levados em consideração também, pelos professores, no processo de avaliação da aprendizagem do aluno, além do conhecimento específico, os seguintes aspectos:

- I. Comportamento e disciplina;
- II. Assiduidade e pontualidade;
- III. Princípios éticos e morais;
- IV. Espírito de solidariedade, companheirismo, respeito ao outro e ao bem comum.

Na avaliação da aprendizagem dos alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA e Cursos Técnicos na modalidade subsequente, são observadas, as seguintes normas gerais:

- I. Predomina o procedimento da avaliação contínua e de processo, segundo as etapas de desenvolvimento das atividades;
- II. O registro dos resultados da avaliação é feito em função do conjunto de competências, habilidades e/ou componentes curriculares objeto de estudos no módulo, ou período;
- III. Os resultados da avaliação são expressos em notas, parciais ou finais, que variam de zero (0,0) a dez (10,0);
- IV. Para cada conjunto de competências e habilidades, ou componente curricular, o professor utiliza pelo menos dois instrumentos diferentes de avaliação, gerando cada um, um resultado parcial, a ser registrado conforme o item II;
- V. O procedimento de avaliar a aprendizagem do aluno no Curso Técnico é uma responsabilidade coletiva do corpo de professores que atendem ao mesmo, não sendo permitida a ação unilateral e individualizada;

Considera-se aprovado no ensino Técnico, o aluno que no final do Período, Módulo ou, conjunto de competências e habilidades obtiver Média Final 6,0 e frequência igual ou superior a 75% do total de aulas efetivamente dadas, em cada componente curricular.

### **3.2.5 Atividade prática profissional, complementares e de estágio**

As atividades Complementares têm por finalidade propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao currículo pleno, uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo curso, oferecendo aprofundamento de seus estudos por meio de uma visão mais ampla do recorte do conhecimento específico de sua formação. Essas têm como principais objetivos:

- Integrar os conhecimentos do aluno com a realidade de seu meio e do trabalho de sua área / curso;
- Articular a Instituição e os cursos com as organizações profissionais, movimentos sociais, sindicais, entre outras;
- Servir como um meio de reconhecimento das atividades de pesquisa, possibilitando ao aluno sua identificação com os processos de investigação;
- Valorizar as manifestações culturais dando-lhes suporte científico para a preservação e a difusão da cultura e do meio ambiente local;
- Estreitar as relações dos diversos setores do IFRR, da comunidade local e das organizações públicas e privadas.

Essas atividades serão ajustadas entre o corpo discente e as Coordenações de Cursos, que tornará pública as atividades admitidas e a carga horária definida para cada atividade, de sorte a permitir a livre escolha pelo aluno.

As atividades que se caracterizam como complementares à formação são:

- Projetos de pesquisas especiais articuladas ao curso;
- Monitoria;
- Atividades de intercâmbio;
- Projetos de extensão;
- Projetos de inovação tecnológica;
- Módulos temáticos (com ou sem avaliação);
- Seminários, simpósios, congressos, conferências e outras atividades organizadas com fins de difusão de temas diversos ligados a área do Curso;
- Disciplinas cursadas opcionalmente pelo aluno em cursos afins à formação e submetidas à avaliação da Coordenação do Curso;
- Cursos de educação continuada – português, espanhol, inglês e temas livres relacionados à formação do aluno.
- Vocação do Curso e Conteúdos Curriculares.
- 

### **3.3 Inovações Significativas quanto a Flexibilidade dos Componentes Curriculares**

O desenho curricular proposto tem a intenção de ser desenvolvido de modo a não isolar os componentes curriculares dirigidos à formação básica, profissional e prática.

A articulação dos componentes curriculares se faz realidade não apenas durante o estágio supervisionado, mas desde o início de cada Curso, com as atividades desenvolvidas durante os momentos de realização dos Projetos Integradores, que têm como objetivo central o estudo e a abordagem prática da temática destacada para cada semestre – temática integradora.

A abordagem de uma temática integradora tem um caráter de transversalidade nas disciplinas, mas, ao mesmo tempo, busca garantir a materialização da essência dos Cursos. São temáticas que devem ser destacadas no contexto das disciplinas, ainda que caiba a uma ou outra mais especificamente desenvolver a sua sistematização.

O currículo é flexível por não exigir pré-requisitos para a matrícula das disciplinas e pela diversificada possibilidade de integralização dos Cursos por meio das atividades-acadêmico-culturais, que permitam ao aluno a decisão pelo prolongamento de sua formação, aprofundando seus estudos por meio de diferentes alternativas curriculares.

### **3.4 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos**

O IFRR busca fazer com que os alunos ingressados nos mais diferentes cursos possam alcançar a integralização dos mesmos. Dentre as estratégias constantes nas matrizes curriculares, bem como na organização didática vigente tem-se:

- Aproveitamento de conhecimentos anteriores mediante processo de avaliação – proposto para os alunos detentores de saberes adquiridos através de estudos ou no mundo do trabalho, para assim acelerarem a formação técnica;
- Certificação de competências – proposta para trabalhadores que necessitam regularizar situação funcional para ingresso em postos de trabalho;
- Adequação curricular – realizada quando da recepção de alunos de outras instituições públicas, principalmente em casos de transferência *ex-officio*, possibilitando assim que o mesmo não perca as oportunidades para formação
- Participação em eventos – propõe-se aos alunos dos diversos cursos a participação em eventos científicos, artísticos e culturais, como forma de contribuir par uma formação omnilateral. A participação em eventos científicos é computada para a carga horária de atividades práticas ou de estágio, possibilitando assim que o aluno apreenda novos saberes e conhecimentos.

### 3.5 Avanços Tecnológicos

O IFRR propõe aos alunos e servidores a participação integralizada em ações junto à comunidade, que fomentem a construção de novas práticas de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando desta forma o aproveitamento de conhecimento de todos os segmentos ligados direta ou indiretamente ao Instituto.

Essas ações ocorrem através da participação em projetos, desenvolvimento de produtos e de atividades como:

- Inter rede;
- Projeto PIBICT;
- Semanas acadêmicas;
- Fóruns de discussão profissional;



## **4 CORPO DOCENTE**

### **4.1 Requisito de Titulação**

Os requisitos exigidos para o cargo é possuir habilitação específica obtida em licenciatura plena ou habilitação legal equivalente e para o cargo de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico o candidato deverá ser detentor do título de doutor ou de Livre-Docente.

### **4.2 Experiência Acadêmica no Magistério e Experiência Profissional não Acadêmica**

A experiência acadêmica no magistério do IFRR se dá a partir de sua atuação na execução de:

- Cursos de Formação Inicial e Continuada;
- Cursos Técnicos de Nível Médio;
- Cursos de Graduação (licenciatura e tecnologia);
- Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.

A experiência profissional não acadêmica se dá através de atividades de consultoria e prestação de serviços tecnológicos.

### **4.3 Critérios de Seleção e Contração**

O ingresso na classe de Professor do Ensino Médio, Técnico e Tecnológico dá-se somente através de concurso público de provas objetiva, didática e títulos.

### **4.4 Política de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho**

#### **4.4.1 Política de Qualificação**

A política de qualificação docente está contemplada no Plano de Desenvolvimento e Valorização dos Recursos Humanos (PDVS), que é constituído em três grandes programas, a saber: Programa de capacitação de Servidores, Programa de Integração Organizacional e Programa de Valorização dos Talento Humanos. Este tem como princípios a ética, a transparência, a cidadania e o envolvimento de todos os servidores do IFRR. Tem como

concepção filosófica a idéia de que o servidor é um ser de múltiplas dimensões, tais como: econômica, social, cultural, ética, ecológica e política.

As atividades/projetos do PDVS objetivam, principalmente, implantar um processo permanente de melhoria qualitativa do trabalho organizacional, através da valorização e do Desenvolvimento de Talentos Humanos da Organização – docentes e técnicos administrativos, capacitando-os para o melhor desempenho de suas funções criando condições de incentivo e adequação funcionais com vistas à elevação dos níveis de motivação e compatibilidade dos profissionais ao cargo.

Cada programa é constituído por um conjunto de ações cuja responsabilidade, e acompanhamento estão a cargo do Departamento de Recursos Humano. Estes programas visam à implementação de processos permanentes da melhoria qualitativa do trabalho organizacional, através da valorização e do desenvolvimento de talentos humanos do IFRR.

Os 03 (três) Programas que compõem o PDVS são subdivididos em projetos os quais prevêm as seguintes metas:

- Diagnóstico das necessidades reais do público alvo;
- Definição de ações prioritárias;
- Elaboração de propostas alternativas;
- Execução das ações e;
- Avaliação de resultados.

Além do anteriormente exposto, está em fase de conclusão o Plano de qualificação Docente- PLANFOR, onde garante as saídas periódicas dos docentes do IFRR para capacitação, bem como os parâmetros para estas saídas, além de que estabelecer como meta prioritária do IFRR a capacitação de seu pessoal docente no âmbito de uma política institucional que enfatize a qualificação e a atualização sistemática dos recursos humanos do Instituto para o exercício pleno e eficiente de suas atividades, nos seguintes níveis formativos:

I - Pós doutorado;

II - Cursos de pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado);

III - Cursos de pós-graduação Lato Sensu;

IV - Estágio, intercâmbio, aperfeiçoamento

#### **4.4.2. Plano de Carreira**

A carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é regulado pela Lei nº. 11.784, de 22 de setembro de 2008, que trata do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico com as seguintes classes D I, D II, DIII, D IV e D V. Cada classe com quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a D IV, que possui nível único e a D V que possui apenas três níveis, designados pelos números de 1 a 3.

#### **4.4.3 Regime de trabalho**

O artigo 112 da Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008, destaca que “aos titulares dos cargos de provimento efetivo do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será aplicado um dos seguintes regimes de trabalho:

- I - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;
- II - tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em 2 (dois) turnos diários completos; ou
- III - dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho em 2 (dois) turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

Parágrafo único. Aos docentes aos quais se aplique o regime de dedicação exclusiva permitir-se-á:

- I - participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de Magistério;
- II - participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino ou a pesquisa;
- III - percepção de direitos autorais ou correlatos; e
- IV - colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela Instituição Federal de Ensino para cada situação específica, observado o disposto em regulamento (Lei 11.784, 2008)”.

#### **4.4.4 Acompanhamento do Desenvolvimento do Servidor na Carreira**

##### **4.4.4.1 Estágio Probatório**

Ao entrar em exercício, o docente nomeado para cargo de provimento permanente ficará sujeito a estágio probatório por um período de trinta e seis meses, durante o qual sua aptidão, capacidade e compromisso com o projeto institucional serão objeto de avaliação para a permanência no cargo, com observância dos seguintes fatores:

A avaliação de desempenho do docente em estágio probatório tem por finalidade permitir à administração obter informações sobre a capacidade laboral do docente, bem como sua integração e participação no projeto institucional, a fim de conferir-lhe estabilidade no cargo para o qual foi nomeado mediante aprovação em concurso público.

Para efetivação do processo avaliativo são utilizados no mínimo os seguintes instrumentos:

a) Ficha de desempenho preenchida pelo chefe imediato, contendo os seguintes elementos de análise

a.1- Planejamento: Plano de ensino do professor que deve conter os elementos essenciais: objetivos, procedimentos, recursos, avaliação e bibliografia.

a.2- Execução: a chefia imediata deve avaliar como o professor trabalha os objetivos previstos e como comunica estes objetivos aos alunos.

2) Conteúdos programáticos:

Observar se atendem aos objetivos propostos, se são adequados ao nível da turma, se estão bem distribuídos ao tempo, se apresentam seqüência lógica e encadeada e se apresentam correção de linguagem.

3) técnicas e atividades:

Se favorece o alcance das atividades e se são adequados ao nível proposto.

#### 4) Técnicas utilizadas

Se procura motivar o aluno para o que vai ensinar, se movimento-se adequadamente no espaço de ensino e se utiliza adequadamente os recursos visuais, se usa exemplos significativos, formula pergunta que dinamizam a aula e se utiliza expressões reforçadoras e se conclui a aula propondo tarefas.

#### 5) Avaliação

É feita sistematicamente. Na avaliação periódica dos conteúdos ministrados são homoganeamente explorados. Na correção das avaliações o professor sempre valoriza o raciocínio do aluno.

##### b) Ficha de desempenho preenchida pela Coordenação em que atua

Nesta ficha os critérios de avaliação se distribuem nos seguintes itens:

I- assiduidade;

II- disciplina;

III- capacidade de iniciativa;

IV- produtividade;

V- responsabilidade.

O acompanhamento das atividades do docente sob estágio probatório será realizado inicialmente pelo Diretor imediato e pelo Coordenador do curso onde o docente ministra a maior quantidade de aulas/disciplinas e encaminhado em forma de relatório à Comissão de Estágio Probatório.

No sexto semestre, quatro meses antes do término do período probatório, a Comissão de Estágio submeterá à homologação do Reitor a avaliação de 05 (cinco) semestres do desempenho do docente, que será completada no sexto semestre, ao término do estágio.

Será considerado inapto ou incapaz para o exercício do cargo permanente o docente que receber nota inferior a sete na média final da avaliação;

##### c) Ficha de avaliação dos alunos

Os alunos do professor avaliado recebem uma ficha na qual irão atribuir valores de 0 a 10 pontos para as atividades desenvolvidas pelo professor, nesta consideram a assiduidade, se o professor cumpre o tempo de atendimento aos alunos, se o professor mantém o clima tranquilidade e segurança durante as aulas, se o professor acompanha os trabalhos dos alunos, se estes trabalhos e provas tem boa apresentação, se são redigidos com clareza, se o professor preocupa-se com a aprendizagem e não apenas com aprovação e reprovação, se o professor tem bom diálogo com os alunos, se o professor desenvolve os conteúdos de maneira clara e adequada, se o professor estimula à pesquisa e se o professor valoriza todos os momentos de participação do aluno.

Pela Emenda Constitucional 19 no seu Art. 41, parágrafo 4º diz: “... *que é condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatório a avaliação especial de e por Comissão Instituída para esta finalidade.*”

Assim o IFRR deve formalizar uma Comissão por tempo determinado para avaliação do estágio probatório e avaliação de desempenho do docente, para posteriormente a CPPD executar as avaliações por mérito.

#### 4.4.4.2 Avaliação de Desempenho e Progressão Funcional

A progressão por desempenho será feita após o cumprimento do interstício de dezoito meses no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho.

Para progredir por mérito, o docente tem que alcançar uma média maior ou igual a sete pontos na avaliação.

#### 4.5 Procedimentos para Substituição Eventual e Definitiva

Poderá haver contratação de Professor Substituto, através de concurso público ou chamada pública, por prazo determinado para substituições eventuais de docente das carreiras de Magistério, nos casos de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para tratamento de saúde ou licença à gestante. Há a possibilidade de acréscimo do corpo docente do Instituto através da recepção de professor equivalente.

#### 4.6 - Cronograma de Expansão do Corpo Docente Considerando o Período de Vigência do PDI.

O IFRR possui 181 docentes em seu quadro de servidores, composto conforme segue:

##### QUADRO 2 – Quanto à Classe

Cargo	Quantidade			
	Boa Vista	Novo Paraíso	Previsão Amajari <sup>10</sup>	Total
Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	144	17	20	181

##### QUADRO 3 – Quanto ao Regime de Trabalho

Contrato	Quantidade			
	Boa Vista	Novo Paraíso	Previsão Amajari	Total
20 horas	04			
40 horas	03			
Dedicação Exclusiva	137	17	20	
Total	144	17	20	181

##### QUADRO 4 – Quanto à Titulação

Titulação	Quantidade			
	Boa Vista	Novo Paraíso	Previsão Amajari	Total
Médio Técnico	01			01
Graduação	12	05	20	37
Especialista	73	11		84
Mestre	56	01		57
Doutor	2			2
Total	144	17	20	181

##### QUADRO 5 – Quanto ao posicionamento nos níveis das respectivas classes

<sup>10</sup> O Campus Amajari está em fase de implantação, por este motivo existe a previsão de 20 docentes para contratação inicial, todos com no mínimo título de graduado e regime de trabalho DE.

Nível	Quantidade			Total
	Boa Vista	Novo Paraíso	Previsão Amajari	
D I	14	06	20	40
D II	33	10		43
D III	74	01		75
D IV	20			20
D V	03			3
<b>Total</b>	<b>144</b>	<b>17</b>	<b>20</b>	<b>181</b>

O IFRR conta ainda com 35 professores substitutos, destes 29 desempenham suas atividades no Campus Boa Vista e 06 em Novo Paraíso. Quanto ao regime de trabalho, todos são contratados em regime de 40 horas.

A necessidade de expansão do quadro de docentes está em construção, considerando a definição do termo de metas a ser assinado entre o IFRR e o MEC/SETEC.

## 5 CORPO TECNICO/ADMINISTRATIVO

### 5.1 Critérios de Seleção e Contratação

O ingresso para se tornar servidor do quadro Técnico Administrativo no IFRR dá-se somente através de concurso público de provas objetiva e de títulos.

O corpo técnico-administrativo do IFRR rege-se pelo Regime Jurídico Único (Lei nº. 8.112/90) que absorve todos os cargos distribuídos nos 05 (cinco) níveis de classificação, e que pertencem ao Quadro Permanente.

### 5.2 Plano de Carreira, Regime de Trabalho e Política de Qualificação

Os servidores técnicos administrativos são regidos pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico administrativos em Educação através da Lei nº. 11.091/2005 a qual expõe a reestruturação dos cargos técnicos administrativos pertencentes ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Empregos – PUCRCE (Lei nº. 7.596/87). Importante ressaltarmos que esta reestruturação reforça o papel do técnico administrativo como membro de uma instituição educacional; portanto o seu trabalho precisa estar orientado em função disso e consequentemente voltado para a promoção de uma educação de qualidade.

O desenvolvimento na carreira ocorre por meio das progressões por mérito profissional e por capacitação, sendo assim, imprescindível a definição de uma política mais ampla atrelada ao Plano de Carreira e que garanta a formação inicial e continuada, contemplando desde o ensino fundamental e médio (formação básica) até a graduação e pós-graduação.

**TABELA 20 – Distribuição atual do corpo administrativo quanto à titulação- IFRR/2009**

ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO	NUMERO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS POR CAMPUS			
	BOA VISTA	NOVO PARAÍSO	AMAJARI	TOTAL
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	04	-	-	04
ENSINO FUNDAMENTAL	10	-	-	10
ENSINO MÉDIO	58	15	-	73
ENSINO SUPERIOR	56	05	-	61
APERFEIÇOAMENTO	0	-	-	0
ESPECIALIZAÇÃO	25	02	-	27
MESTRADO	01	-	-	01

<b>TOTAL</b>	<b>154</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>176</b>
--------------	------------	-----------	----------	------------

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

De acordo com os dados fornecidos pelo Departamento de Gestão de Pessoas da Instituição quanto a Escolaridade/Formação a Instituição quanto a escolaridade e formação dos servidores técnicos administrativos, o IFRR propões as seguintes diretrizes:

- Incentivar a formação em cursos técnicos;
- Incentivar a formação em cursos superiores;
- Propor a realização de Especialização em Gestão Pública;
- Incentivar os servidores a realizarem cursos de especialização para o aumento gradativo do número de técnicos administrativos com essa titulação;
- Incentivar os servidores a realizarem cursos de mestrado para o aumento gradativo do número de técnicos administrativos com essa titulação.

Para a consecução dos objetivos desse plano o Departamento de Gestão de Pessoas adota como estratégias:

- Estabelecimento de parcerias com instituições reconhecidas com competência na formação de recursos humanos, através de convênios, intercâmbios ou contratos respeitadas à legislação vigente;
- Incentivo a capacitação profissional através de cursos que favoreçam o aperfeiçoamento profissional;
- Incentivar a participação em atividades de curta duração: cursos de atualização, congressos, seminários, conclaves, simpósios, encontros e similares;
- Realização de atividades de valorização profissional e qualidade de vida para os servidores, buscando-se, para isso, aproveitar os recursos humanos e estruturais de que dispõe a Instituição, em parceria com as entidades representativas dos servidores.

A filosofia que permeia este documento é a de que a estrutura de funcionamento da área de recursos humanos deve ser voltada não somente para o treinamento das habilidades dos servidores, mas, fundamentalmente, para que sejam desenvolvidas todas as suas potencialidades.

### **5.3 Cronograma de Expansão do Corpo Técnico Administrativo**

A necessidade de expansão do quadro de servidores técnicos administrativos está em construção, considerando a definição do termo de metas a ser assinado entre o IFRR e o MEC/SETEC.



## **6. CORPO DISCENTE**

### **6.1 Formas de Acesso**

A forma de acesso a todos os cursos de formação no Ensino Técnico e no Ensino Superior se dá através da aprovação do candidato em processo seletivo organizado pelo IFRR. Em algumas situações esse processo seletivo objetiva selecionar candidatos dentre uma clientela específica. Isso ocorre nos casos em que o IFRR constitui parceria e firma convênios com outras Instituições.

O ingresso, para o primeiro ano, módulo, ou etapa de qualquer curso, poderá ser realizado mediante Processo Seletivo, que é um Exame de Classificação, ou qualquer outra forma que o IFRR venha adotar, inclusive através de convênios com outras instituições ou sistemas de ensino, desde que, atendam aos Requisitos de Acesso identificados no Plano de cada Curso.

Para concorrer às vagas disponibilizadas nos cursos oferecidos pelo IFRR, o candidato deverá atender às seguintes determinações legais:

I – para os cursos de nível Básico, destinados à qualificação, requalificação, atualização ou reprofissionalização de trabalhadores, os pré-requisitos mínimos serão definidos em cada um dos projetos. Respeitando-se o preceito legal de que esses cursos devem ser ofertados a trabalhadores independentemente do nível de escolaridade;

II – para os cursos de Qualificação Profissional de Nível Técnico, os candidatos deverão comprovar escolaridade mínima correspondente ao Ensino Fundamental;

III - para os cursos de Formação/Habilitação de Nível Técnico, os candidatos deverão comprovar escolaridade mínima correspondente ao Ensino Médio, ou serem concluintes do mesmo;

IV - para o ingresso nos cursos de nível Tecnológico, correspondentes a cursos de nível superior na área tecnológica, os candidatos deverão comprovar escolaridade mínima correspondente ao Ensino Médio;

V – para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, destinado à formação comum indispensável para o exercício da cidadania e ao fornecimento de meios para progressão no trabalho e em estudos posteriores, será exigida a conclusão do Ensino Fundamental ou, escolaridade correspondente;

VI – para os cursos de Formação Pedagógica, ou de Formação de Professores, as condições para inscrição serão definidas nos respectivos Planos de Cursos.

Para cada período letivo, o IFRR organizará a sistemática de ingresso de novos alunos, em projeto específico aprovado pela Direção Geral de cada Campus.

### 6.1.1 Formas de acesso nos cursos superiores

O ingresso nos Cursos Superiores do IFRR far-se-á mediante realização de:

- I. Concurso Vestibular, realizado semestralmente ou anualmente e aberto aos candidatos oriundos do Ensino Médio ou equivalente, e do Ensino Superior, de acordo com a legislação em vigor;
- II. Através de transferências ex-offício, conforme Lei 9.536 de 11.12.1997.
- III. Aproveitamento dos resultados do ENEM, em sua totalidade ou de acordo com as definições tomadas pelas instâncias Colegiadas do IFRR.

O processo seletivo só terá validade para o período expressamente referido no edital de sua convocação.

Quando da realização do Concurso Vestibular caberá a uma Comissão Permanente de Concursos e Vestibular - CPCV, designada pelo reitor do IFRR a organização e execução do mesmo.

Atualmente existem distintas formas de ingresso nas instituições de ensino superior. Algumas instituições efetuam a seleção de candidatos a partir de avaliação dos conteúdos estudados no ensino médio:

Vestibular - é o processo seletivo tradicionalmente utilizado para ingresso no ensino superior brasileiro, que compreende provas que deverão cobrir os conteúdos das disciplinas cursadas no ensino médio (língua portuguesa e literatura brasileira, matemática, biologia, física, química, história e geografia), uma língua estrangeira moderna (inglês, francês, espanhol, alemão) e uma prova de redação. Os alunos são convocados através de edital e os exames podem ser realizados pela própria IES ou por instituição especializada em realização de concursos ou processos seletivos.

Realizado no princípio de cada semestre, o Vestibular é a forma mais tradicional de acesso ao ensino superior. Assim como em todas as outras formas de acesso, o candidato deve ter concluído o Ensino Médio.

ENEM - é o Exame Nacional do Ensino Médio, realizado pelo INEP, ao qual os alunos concluintes ou egressos do ensino médio poderão submeter-se voluntariamente. Abrange o conteúdo estudado em todo o ensino médio, através de questões objetivas que procuram integrar as várias disciplinas do currículo escolar e de uma redação, tentando identificar processos de reflexão e habilidades intelectuais adquiridos pelos alunos. Mais de 300 IES do País estão utilizando os resultados do ENEM como parte do processo seletivo de acesso ao ensino superior.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que avalia o desempenho dos estudantes durante os três últimos anos do colégio, se tornou uma das formas mais utilizadas nos processos seletivos para ingresso no Ensino Superior. A partir de 2010, o IFRR acompanhará essa tendência.

Análise do Histórico Escolar - Outra forma de ingresso é por meio da Análise do Histórico Escolar para os cursos de Pós-Graduação.

### 6.2 – Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

No que se refere aos programas de apoio ao estudante, dentro de suas limitações orçamentárias o IFRR mantém em funcionamento:

- O Programa de Alunos Bolsistas, cuja finalidade é atender aos alunos que apresentam maior grau de carência socioeconômica. Para tanto, os critérios de adesão ao programa

são definidos pelo Serviço Social, que inclui: o preenchimento da ficha de inscrição, entrevista, a análise da renda familiar per capita e visitas domiciliares. O valor da bolsa pago mensalmente corresponde a 50% do valor do salário mínimo e a quantidade de alunos bolsistas depende da disponibilidade orçamentária e financeira. Como contrapartida, esses alunos bolsistas no turno oposto ao horário das aulas desenvolvem atividades específicas, nos vários setores do IFRR;

- O Programa de Alunos Estagiários, cuja finalidade é oportunizar a prática do estágio profissional com o desenvolvimento de atividades em setores específicos do IFRR, segundo o perfil profissional exigido pelo Curso, sem nenhum custo para a instituição;
- O Programa de Fardamento Escolar, tendo como critério de seleção o perfil sócio-econômico do aluno, foi implantado em 2007 e tem por finalidade garantir o fardamento escolar para que o aluno beneficiado possa permanecer freqüentando as aulas. A quantidade de alunos a serem beneficiados depende da disponibilidade orçamentária e financeira do IFRR;
- O Programa de Bolsa de Assistência Estudantil PROEJA: O IFRR, através do Governo Federal/ SETEC/MEC, desde 2008, vem contemplando os alunos matriculados nos Cursos do PROEJA e que apresentam freqüência em sala de aula e um rendimento satisfatório, são contemplados com a bolsa no valor de R\$ 100,00 mensal. A finalidade da bolsa é fomentar o desenvolvimento da Educação Profissional para assistência ao estudante do PROEJA, com vistas a contribuir para a permanência desse aluno na escola.
- O Programa do Livro Didático: o IFRR foi contemplado desde o ano de 2007 no programa de livro didático do MEC para todos os alunos do 1º ano do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas Disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Em 2009, todos os alunos dos 1º, 2º e 3º anos foram contemplados com os livros didáticos das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Química, Física, Geografia, História e Biologia. Também receberam e foram contemplados com este programa, os alunos matriculados nos módulos I das turmas de PROEJA.
- A partir do segundo semestre de 2009 o IFRR, através de recursos descentralizados da SETEC, apoiará com o recurso de R\$ 100,00, todos os alunos matriculados no Campus Novo Paraíso, para o custeio da alimentação, uma vez que o regime de estudos naquele Campus é integral; nesse mesmo período os alunos daquele Campus que estiverem estudando em regime de alternância serão beneficiados com uma bolsa de R\$ 200,00, também para o custeio da alimentação deles.

### **6.3 – Estímulos à Permanência: programas de nivelamento, atendimento psicopedagógico**

Como mecanismos de estímulo à permanência do aluno e superação de suas dificuldades de aprendizagem, o IFRR adota as seguintes práticas:

- Em todos os cursos técnicos o plano foi elaborado contemplando no módulo I, uma etapa de fundamentação, onde o aluno é contextualizado com a realidade da área profissional e da profissão que escolheu;
- Nos cursos técnicos há a exigência da adoção de mecanismos de recuperação da aprendizagem, para aqueles alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem;

Ainda com relação ao aproveitamento escolar, está garantido na Organização Didática e nos planos dos cursos o direito ao prosseguimento de estudos na situação de “aprovado com dependência” ao aluno que no final do módulo, ou período ficar reprovado em até dois componentes curriculares.

O Programa de Nivelamento será um dos programas de apoio aos discentes que será implementado pelo IFRR para propiciar ao aluno dos cursos integrados a modalidade EJA da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental em seus estudos técnicos. O propósito principal do nivelamento será oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

O objetivo geral do programa de nivelamento é oferecer a oportunidade aos alunos de participar de revisões de conteúdos das disciplinas fundamentais do ensino médio e das disciplinas cursadas em semestres anteriores no curso.

Como meta a ser alcançada pelo IFRR estar-se elaborando o projeto de Aluno Monitor, para cada área/curso, com vistas a estimular o aluno ao exercício prático do aprendizado que está tendo em sala de aula, contribuindo para o aumento das competências atitudinais quanto à profissão que o mesmo escolheu para exercer após sua formação.

### **6.3.1 Atendimento psicopedagógico**

O IFRR, através da CAES e dos Departamentos de Ensino, conta com uma equipe de profissionais, que tem como objetivo o atendimento a alunos dos cursos ofertados pelo IFRR que apresentem quaisquer tipos de problemas referentes à aprendizagem. O serviço está disponibilizado para diagnóstico e terapêutico de problemas de ordem pedagógica, além de problemas de ordem afetiva que são encaminhados para Atendimento Psicológico e Social.

### **6.4 – Organizações estudantil**

O IFRR tem como premissa o exercício da prática democrática. Assim, tem sido boa a convivência institucional com as entidades de representação estudantil (Grêmio Estudantil e Diretório Acadêmico). Os alunos têm representatividade no Conselho Diretor e quando da realização dos procedimentos de avaliação institucional e encontros pedagógicos os alunos são sempre envolvidos com direito a voz.

### **6.5 Acompanhamentos dos egressos**

A Diretoria de Extensão – DIREX, através da COSSIE-E, realiza Pesquisa para Acompanhamento de Egressos tendo por objetivo acompanhar e avaliar aspectos relacionados à inserção dos ex-alunos no mercado de trabalho, com o intuito de reorientar o ensino desenvolvido, de forma a adequá-lo às necessidades e novas exigências do mercado de trabalho, e propor ações direcionadas ao estabelecimento de uma relação mais estreita dos egressos com o IFRR.

#### **6.5.1 Projeto de acompanhamento de egressos**

Considerando a importância da opinião de formandos e ex-alunos para identificação das práticas de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como para perceber omissões e

equivocos que estejam sendo cometidos, o IFRR realiza a pesquisa de satisfação do formando e faz acompanhamento de seus egressos.

Para tanto esta IFE criou a Coordenação de Estágios e de acompanhamento de egressos, vinculado à Diretoria de Extensão – DIREX do IFRR.

As atividades deste núcleo possibilitam a avaliação contínua da Instituição, considerando inclusive o desempenho profissional dos ex-alunos, oportunizando adicionalmente, a participação dos mesmos em outras atividades oferecidas pela IFE.

São objetivos específicos da Coordenação de Estágios e de acompanhamento de egressos:

- a) Manter os registros atualizados de alunos egressos
- b) Avaliar o desempenho da instituição, através da pesquisa de satisfação do formando e do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- c) Promover o intercâmbio entre ex-alunos;
- d) Promover encontros, cursos de extensão, reciclagens e palestras direcionadas a profissionais formados pela Instituição;
- e) Condecorar os egressos que se destacam nas atividades profissionais;
- f) Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho.

Toda a política de egressos do IFRR estará calcada na possibilidade de potencializar as competências e as habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional.

A Instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

A Coordenação de Estágios e de acompanhamento de egressos tem uma estrutura administrativa e um funcionamento regular, constituído por profissionais atuantes nas atividades do IFRR.

O Departamento de Informática, Marketing e Comunicação do IFRR (DTI e CCS) desenvolverá instrumentos de avaliação que farão parte da política de egressos. Um é para pesquisar o grau de satisfação do formando e o outro direcionado aos egressos.

## **7 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

### **7.1 - Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão**

A organização geral do IFRR compreende:

#### **7.1.1 Reitoria**

##### **a) Gabinete**

Compete ao Gabinete:

- I. Providenciar e controlar a correspondência oficial.
- II. Organizar a agenda do Reitor.
- III. Coordenar as atividades administrativas e os trabalhos pertinentes no Gabinete.
- IV. Organizar as reuniões de conselhos.

##### **b) Pró-Reitorias**

#### **7.1.2 Pró-Reitoria de Ensino**

A Pró-Reitoria de Ensino é dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão que planeja, superintende, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, articuladas à Pesquisa, à Extensão e ao Planejamento.

É o órgão auxiliar de direção superior incumbido de planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino de Educação Básica, Profissional e Graduação do IFRR, exerce suas competências através das seguintes Departamentos:

- Departamento de Ensino Técnico e Graduação.
- Departamento de Programas Educacionais.
- Departamento de Políticas Públicas, Acessibilidade e Diversidade.

#### **7.1.3 Pró-Reitoria de Extensão**

A Pró-Reitoria de Extensão, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão, relações com a sociedade e interação com o processo produtivo,

articuladas ao ensino e à pesquisa. É o setor responsável em promover o intercâmbio entre o IFRR e a comunidade externa.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) tem como missão contribuir na elaboração e execução de políticas públicas de inclusão social que tenham a cidadania e o cidadão como suas principais referências, sendo um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os projetos de extensão da Instituição, disseminando a produção do conhecimento através de trocas de saberes, democratizando o conhecimento com a comunidade, buscando parcerias para a viabilização dos projetos de extensão.

A PROEX se coloca como eixo nucleador de integração Ensino – Extensão e Pesquisa, sob o norte de ações institucionais voltados aos sistemas sociais, empresariais e governamentais e não governamentais, seja na esfera municipal, estadual e federal quanto em todos os organismos privados.

Desta forma, buscando desenvolver com qualidade a Educação Profissional, o IFRR tem mantido diálogo com o setor produtivo através de visitas e encontros com empresários, mas principalmente efetivando parcerias significativas com empresas afins aos Cursos, instituições públicas, privadas e organizações não-governamentais.

Entende-se que o processo de aprendizagem passa pelo aprender fazendo e que a formação educacional deve estar em consonância com o mundo do trabalho e suas aspirações de inovações, essas parcerias efetivadas têm oportunizado além das realizações acima descritas, a vivência prática de atividades em situações reais de trabalho, o intercâmbio de conhecimento entre Escola – Empresa e Empresa – Escola, a realização de Cursos, desde os de Formação Inicial e Continuada, até os Superiores, a utilização de Laboratórios, a prestação de serviços e consultorias tecnológicas, além de outras ligadas à participação ou realização de eventos técnicos, científicos, culturais ou esportivos.

#### **7.1.4 Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica**

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, pós-graduação e Inovação tecnológica, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, integrada ao ensino e à extensão, bem como promove ações de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica.

A Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Roraima é a representante legal desta instituição com relação à pós-graduação, à pesquisa e a Inovação tecnológica perante aos órgãos oficiais de educação e fomento, tais como FORPOG, FOPROP, INEP, CNE, CAPES, CNPq, FINEP, SESU/MEC e SETEC/MEC.

Como meta proposta para esta Pró-Reitoria deverão ser implantados durante a vigência deste PDI o Núcleo de Inovação Tecnológica e o Núcleo de Pesca, os quais atuarão na implementação das políticas de inovação tecnológica, bem como fomentar o desenvolvimento regional observados os arranjos produtivos sociais, culturais, políticos e econômicos locais.

#### **7.1.5 Pró-Reitoria de Planejamento e Administração**

Setor da administração superior ligada a Reitoria é responsável pelo planejamento macro institucional, abrangendo todos os campi em todos os níveis: estratégico, intermediário e operacional. É responsável por coordenar e acompanhar física e financeiramente os planos e programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia, eficiência e efetividade. Essa atividade é retroalimentada através de relatórios como um processo cíclico e prático para garantir a continuidade de situações, resultados e soluções nas tomadas de decisões.

### **7.1.6 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional**

Ao ser implantada, essa Pró-Reitoria deverá desempenhar as funções relacionadas ao acompanhamento de expansão e avaliação das atividades e ações do IFRR.

### **7.1.8 Auditoria Interna**

Os trabalhos desenvolvidos pela Unidade de Auditoria Interna objetivam, em última instância, a adequação da gestão de riscos operacionais, dos controles internos administrativos e do processo de governança proporcionando uma razoável garantia de que tais processos funcionam de acordo com o planejado, fazendo recomendações para a melhoria das operações da Instituição, em termos de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade do desempenho organizacional.

O fortalecimento da gestão consiste em fornecer julgamentos imparciais, com independência e objetividade, no intuito de agregar valor aos processos de trabalho, contribuindo para o cumprimento das metas previstas, a execução dos programas de governo e do orçamento anual da Instituição, a comprovação da aderência aos normativos internos e a avaliação dos resultados, consubstanciados em indicadores de desempenho quanto à economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade da gestão, relativamente às variáveis: tempo, custo, quantidade, qualidade, acesso etc.

O exercício da auditoria interna tem foco administrativo, recursos humanos e materiais, orçamentário, contábil, financeiro e programas para atingir as finalidades regimentais, cuja execução pressupõe a disponibilidade de equipe multidisciplinar.

A atividade de auditoria interna é de alta relevância estratégica e se constitui em um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento de processos de trabalho, avaliação de resultados e proposição de ações saneadoras para os possíveis desvios da gestão, contando com o suporte multidisciplinar necessário de recursos humanos e materiais. Os trabalhos de auditoria interna são executados por profissionais denominados auditores internos, e tem como característica principal o assessoramento diferenciado à alta administração da Instituição, buscando agregar valor à gestão.

Todos os sistemas, processos, operações, funções e atividades da Instituição estão sujeitos às avaliações por amostragem dos auditores internos, na conformidade do planejamento anual dos trabalhos de auditoria.

O auditor interno faz uma avaliação equilibrada das circunstâncias relevantes e os seus julgamentos não devem ser influenciados por interesses particulares ou por opiniões alheias.

O auditor interno comunicará previamente ao Titular da Unidade de Auditoria Interna qualquer situação em que exista, ou possa razoavelmente inferir-se, conflito de interesses ou



de idéias preconcebidas sobre pessoas, unidades organizacionais ou sistemas administrativos a serem auditados.

Os empregados transferidos para a Unidade de Auditoria Interna não poderão auditar as atividades que previamente tenham executados em outra unidade organizacional da Instituição até que decorra o período de 1 (um) ano.

Resguardada a independência da Unidade de Auditoria Interna, será prestado apoio ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal no fornecimento de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, com a disponibilização, para fins de consulta, dos papéis de trabalho utilizados e/ou produzidos, aí incluídos os programas de auditoria e os elementos comprobatórios respectivos, bem como no atendimento das solicitações de trabalhos específicos, observadas a conveniência e oportunidade internas, bem como o disposto no art. 14 do Decreto-lei n.º 200, de 25/02/1967, no sentido de que o trabalho administrativo deve ser racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciarem como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco.

A Unidade de Auditoria Interna, quanto à vinculação hierárquica, está subordinada à Reitoria, sendo vedado delegar a vinculação à outra autoridade hierarquicamente inferior.

Essa vinculação tem por objetivo proporcionar à Unidade de Auditoria Interna um posicionamento suficientemente elevado de modo a conferir-lhe independência organizacional e permitir-lhe desincumbir-se de suas responsabilidades com abrangência.

A independência técnica da atuação da Unidade de Auditoria Interna deverá ser assegurada pela sua subordinação direta à Reitoria, e também, pela supervisão por parte do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A Unidade de Auditoria Interna sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, sem prejuízo, todavia, à sua liberdade quanto à fixação anual do escopo dos trabalhos auditoriais. Essa vinculação técnica visa proporcionar qualidade dos trabalhos e efetividade nos resultados das auditagens.

As atividades da Unidade de Auditoria Interna devem guardar similitude operativa àquelas exercidas pelos órgãos/unidades integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal; em que pese à diferença de enfoques e clientes, por estar inserida na estrutura organizacional do IFRR e por caracterizar-se pela alta especialização, devendo adotar ações específicas e tempestivas na verificação da aderência às normas e diretrizes internas, conforme posicionamento do Tribunal de Contas da União.

A Unidade de Auditoria Interna, em suas atividades técnicas e na medida das possibilidades, deve atuar em sintonia com a metodologia operativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no que tange à tecnicidade da auditoria interna governamental, e do Tribunal de Contas da União.

#### **7.1.10 Campi**

Com uma estrutura organizacional multicampi, cada Campus está estrategicamente constituído por Diretorias e Departamentos, os papéis e atribuições específicas dos diversos setores estão definidas no Regimento Interno.

O IFRR possui em sua estrutura dois Campi em funcionamento e a previsão de abertura de mais um em 2010.

### **Campus Boa Vista**

O Campus Boa Vista, antiga Unidade Sede, é o maior Campus do IFRR, atualmente conta com 2.346 alunos matriculados. Oferece seis cursos superiores, sendo duas licenciaturas e quatro cursos de tecnologia; dez cursos técnicos subseqüentes; sete cursos técnicos integrados ao ensino médio; sete cursos técnicos integrados à educação de jovens e adultos (PROEJA); e mantém em funcionamento um curso de Pós-Graduação em Docência no PROEJA.

A estrutura prevista para o Campus Boa Vista que já está em implementação, está constituída por:

- Direção Geral é responsável pela gestão do Campus em todos os aspectos, participando inclusive nas decisões ligadas à execução orçamentária do IFRR.
- Diretoria de Ensino Técnico – DIRET, que é a responsável pela política educacional e pedagógica, orientando e assessorando os departamentos Educacionais.
- Diretoria de Graduação – DIGRAD, que é a responsável pela política educacional e pedagógica dos cursos de Graduação, orientando e assessorando as coordenações de cursos.
- Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – DIPESP, que é a responsável pela política educacional e pedagógica dos cursos de Pós-Graduação e da Pesquisa, orientando e assessorando as coordenações de cursos.
- Departamentos Educacionais, que têm sob sua responsabilidade a gestão do desenvolvimento do ensino em relação aos cursos que coordena, contando para tanto com o apoio das Coordenações e do corpo docente.
- Diretoria de Administração e Planejamento – DAPLAN, responsável por gerir as atividades meio do Campus, tem sob sua responsabilidade o Departamento de Administração, o Departamento de Planejamento Contabilidade e Finanças, a Coordenação de Gestão de Pessoas e a Coordenação de Tecnologia da Informação.
- Departamento de Administração – DEPAD, vinculado a DAPLAN, tem sob sua responsabilidade: coordenação de manutenção, coordenação de protocolo e arquivo, coordenação de transporte; este Departamento faz a gestão e acompanha a execução das atividades ligadas às coordenações vinculadas, tais como fiscalização dos contratos terceirizados, manutenção dos prédios e equipamentos do Campus; utilização otimizada dos meios veículos do campus.
- Departamento de Planejamento Finanças e Contabilidade – DPFC, tem sob sua responsabilidade: a coordenação de patrimônio e a coordenação de almoxarifado. Responsável pela gestão da utilização racional dos recursos que o Campus possui, além de desempenhar papel fundamental no planejamento e avaliação da execução orçamentária do Campus.

### **Campus Novo Paraíso**

O Campus Novo Paraíso está localizado no Km 512 da BR 174, no município de Caracará, atualmente conta com 256 alunos matriculados. Oferece o curso técnico integrado ao ensino médio e o curso técnicos integrados à educação de jovens e adultos (PROEJA),

ambos voltados para agropecuária; mantém em funcionamento um curso de Pós-Graduação em PROEJA, o qual é Coordenado pela DIPESP do Campus Boa Vista.

Na estrutura administrativa, ainda em organização, está previsto:

- Direção Geral;
- Departamento de Ensino;
- Departamento de Extensão;
- Departamento de Pesquisa e Produção;
- Departamento de Planejamento e Administração.

### **Campus Amajari**

Entrará em funcionamento a partir de 2010, sua estrutura administrativa prevista, é semelhante a de Novo Paraíso.

## **7.2 - Organograma Institucional e Acadêmico**

Os organogramas do IFRR estão dispostos no anexo deste documento.

## **7.3 Órgãos Colegiados**

O Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, como órgãos colegiados possui o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, ambos serão presididos pelo Reitor do IFRR.

O Colégio de Dirigentes é de caráter consultivo, está composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o IFRR. O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

O estatuto do IFRR disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

## **7.5 - Autonomia do IFRR**

De acordo com a legislação em vigor, o Ministério da Educação é o órgão mantenedor do IFRR, que enquanto autarquia federal goza de autonomia administrativa, financeira e pedagógica para o planejamento e desenvolvimento de suas ações.

## **7.6 Relações e Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas**

Para o cumprimento de sua missão e alcançar a visão de futuro propostas, o IFRR mantém uma carteira de convênios de acordo e cooperação técnico pedagógica com instituições Governamentais e Não Governamentais, nacionais e estrangeiras.

Na atualidade estão estabelecidas as seguintes parcerias:

#### QUADRO 8 – Parcerias estabelecidas pelo IFRR

<b>Nome da Empresa</b>
A L B NERY ME-VÊNUS CYBER LAN
A.P.M. DA ESCOLA HILDEBRANDO F. BITTENCOURT
ACADEMIA ESTAÇÃO DO CORPO
ADELAIDE TRANSPORTE LTDA
ALMEIDA E SALES LTDA-ME (SAVANA TURISMO)
ANDRADE GALVÃO ENGENHARIA LTDA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VIAGENS DE RORAIMA – ABAV/ RR
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE RORAIMA – ADF – RR
ATLÉTICO RORAIMA CLUBE
AUTO ESCOLA SUPREMA
BIOTECH COMÉRCIO LTDA.
BRITO TURISMO LTDA
BVCELL COM. E TELEFONIA LTDA.
C.F.C - CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES ALFA LTDA
CAPITAL CONSULTORIA CONTABIL E EMPRESARIAL LTDA
CARDAN IMP EXP COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA
CASA DO ELETRICISTA COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA
CENGE CONSTRUÇÕES LTDA
CENTER
CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA COLMÉIA LTDA
CENTRO DE FORM. DE CONDUTORES RALLY LTDA.
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA -CIEE
CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHAS NOVA QUERENCIA-CTG
CENTRO EDUCACIONAL MACUNAIMA
CENTRO EDUCACIONAL PITAGORAS
CENTRO EDUCACIONAL SOCIEDADE DA CRIANÇA
CLÍNICA DOS MOTORISTAS DE RORAIMA
CNN-CONST. NORTE E NORDESTE LTDA.
COEMA PAISAGISMO, URBANIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
COFESP-CENTRO DE ORIENTAÇÃO FÍSICA ESPECIALIZADA LTDA ME
COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES JURITY LTDA
CONSTRUGEO CONTRUÇÕES E GEOMÁTICA DO NORTE DO BRASIL
CONSTRUTORA C.W. MONTEIRO LTDA.
CONSTRUTORA ITAOCA LTDA EPP
CONSTRUVIAS LTDA
DATA PLUS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
ELETRÔNICA SANDRO
EMPREC-EMPREENDIMIENTOS CONTRUÇÕES E COMERCIO LTDA
EMPREENDIMIENTOS SANTIAGO LTDA
EMPRESA ASIG

EMPRESA B MOSLER SERVIÇOS MANEJAMENTO DE ANIMAIS
EMPRESA COMANDOS ENGENHARIA LTDA
EMPRESA E LIRA MESQUITA ME
ESCOLA ANJO DA GUARDA
ESCOLA E CRECHE BARULHINHO
ESCOLA ESTADUAL PRINCESA ISABEL
ESCOLA UNIVERSIDADE DA CRIANÇA LTDA
EXAMME SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS LTDA.
FACE ENGENHARIA LTDA
FORT EMPREEDIMENTO E TECNOLOGIA LTDA
FOX INFORMÁTICA
FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ED. TECNOLÓGICA DO CEFET - AM
GOVERNO DO ESTADO DE RR/SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO-SEPLAN
GRÊMIO ATLÉTICO SAMPAIO - GAS
H.R. DOS R. COSTA COM. E REPRESENTAÇÕES
IDAAM – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DADOS DA AMAZÔNIA
INCONSTRUIR INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO DE RORAIMA LTDA
INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL-RR
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
L. H. DA SILVA GAMA – GAMA VEÍCULOS
LB CONSTRUÇÕES LTDA
M & M MAXIMO TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO LTDA
M.M J SERVIÇOS AGRICOLAS LTDA
M.N.O GOMES DA SILVA –EPP (COMPUTEC)
MACUXI EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA EPP
META MESQUITA TRANSPORTES AÉREOS LTDA
MONTE CABURAI RORAIMA TURISMO-LTDA
MONTELES E OLIVEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME
NATIVAS VIAGENS E TURISMO LTDA
NORTE ELETRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
OURO VERDE FLORESTAL MANAGEMENT-OVERMAN
P. I. P. DE DEUS - ME
PARALELLA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
PRATICA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
PRÉ-ESCOLAR REIZINHO
PREFEITURA DO CANTÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACARAÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍZ DO ANAUÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ALTO ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DO UIRAMUTA.
PREMOL INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
PRÓSSERV-COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
RENOVO ENGENHARIA LTDA.
RORAIMA ADVENTURES
RT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME DELTA INFORMÁTICA

S. DA SILVA ANDRADE ME
S.A.S PM (SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)
S.M. MEGLIATO VIDRAÇARIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPOSTOS DE RORAIMA.
SECRETARIA DA FAZENDA
SECRETARIA DE SAÚDE-SESAU/RR
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS- SEBRAE)
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC
SEST SENAT - SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE
SINDICATO DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE NÍVEL MÉDIO DO ESTADO DE RORAIMA-SINTEC-RR
SJE - SISTEMA ELETRO ELETRONICOS LTDA
SOUZA E SILVA LTDA
STEINCON CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO
STIU/RR - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA
TAUMANAN TURISMO
TONY T.R. MENDONÇA
TRANSVIG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
UFRR-UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA-UERR
UYRAPURU COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE LIMITADA.
V. G. PRAXEDES CONRTABILIDADE
VIA NORTE ENGENHARIA LTDA.
VIVER CONSTRUTORA LTDA
WILD GEOPROCESSAMENTO TOPOGRÁFICO LTDA

**FONTE: PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - IFRR**

## **8 AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

### **8.1 Metodologia, Dimensões e Instrumentos a Serem Utilizados no Processo de Auto-avaliação**

A metodologia da auto-avaliação no IFRR basea-se em dois princípios norteadores: o da globalidade, que envolve todas as dimensões da instituição e o da legitimidade, que significa o reconhecimento da importância da realização desta avaliação por parte da comunidade acadêmica .

Nesse sentido, o processo avaliativo deverá considerar as avaliações no âmbito da Reitoria, Pró-Reitorias e Campi, realizadas em seus respectivos encontros e reuniões, possibilitando que a comunidade escolar participe a partir da socialização da realidade, conhecimento e análise da instituição em sua globalidade, propondo medidas para seu aperfeiçoamento, com vistas à melhoria da instituição como um todo.

Como forma de validação da auto-avaliação serão utilizadas as seguintes dimensões definidas pelo SINAES:

Dimensão 1: A missão e o plano de desenvolvimento institucional

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade

Dimensão 5: As políticas de pessoal

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição

Dimensão 7: Infraestrutura física, biblioteca e recursos de informação

Dimensão 8: Planejamento e avaliação

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira

O instrumento a ser aplicado é elaborado através de discussões realizadas em subcomissões. Na atualidade propõe-se a seguinte escala de avaliação para todas as dimensões a serem avaliadas:

Não é atendido

Atendido em até 25%

Atendido em até 50%

Atendido em até 75%

Atendido em 100%

Não se aplica

A metodologia adotada na auto-avaliação do IFRR, conforme preconiza o SINAES, busca atingir todos os segmentos, formados por professores, alunos, técnicos administrativos, de forma global e integrada, caracterizando-se, ainda, como um processo de apreensão do conhecimento, diálogo entre saberes e atores e de intervenção na realidade.

A avaliação institucional consiste na avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão e está a cargo da CPA (Comissão Própria de Avaliação), instituída através de portaria da Reitoria. É composta por docentes, pessoal técnico administrativo, acadêmicos e representantes da sociedade civil organizada. Esta CPA tem como função a autoavaliação institucional nos seus aspectos de estrutura física, estrutura gerencial, corpo docente, corpo discente e currículo.

## **8.2 Formas de Participação da Comunidade Acadêmica, Técnica e Administrativa, Atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA**

Com a proposta de ser o mais transparente possível, além de considerar as análises desenvolvidas pelos diversos setores, para o cumprimento da auto-avaliação institucional, serão aplicados questionários de forma *on line*, visando verificar as percepções de professores, alunos, técnicos administrativos e gestores, que, ao emitirem julgamento sobre a prática da instituição possam estar se auto-avaliando. Bem como possibilita a participação da comunidade externa no processo de avaliação.

O questionário contempla as dez dimensões estabelecidas pelo SINAES, para aplicação estão previstas as seguintes etapas:

- sensibilização, preparação e divulgação;
- desenvolvimento;
- auto-avaliação;
- consolidação do relatório global de auto-avaliação.

O IFRR preocupado em garantir que as atividades de auto-avaliação possam retratar realmente o status em que se encontra, adota o critério de escolha dos membros da CPA a partir do interesse espontâneo dos servidores e alunos em querer coordenar o processo da auto-avaliação, submetendo em assembléia geral dos servidores e entre representantes dos alunos o referendado da escolha dos membros da comissão, para posteriormente baixar portaria de nomeação.

## **8.3 - Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações**





Computadores	Microcomputadores com processador Core 2 Duo, 2 Gb de memória, HD de 160 Gb, Unidade de DVD-RW e monitor de 17”;	159	50	50	50	50	50
	Microcomputadores com processador Pentium IV, 512 MB de memória, HD de 40 Gb e monitor de 15”	8	0	0	0	0	0
	Microcomputadores com processador Pentium IV, 512 MB de memória, HD de 40 Gb e monitor de 15”	2	0	0	0	0	0
	Microcomputador 486–is-slc ITAUTEC e monitor de 15”	1	0	0	0	0	0
	Note book	12		07	02	02	02
Projetores	Projektor multimídia 1600 lumens	16	5	5	5	5	5
Retroprojetores	Aparelhos de 2000 e 2500 lumens, voltagem 110v	32	2	0	0	0	0
Televisores	Televisor 29”	18	0	0	0	0	0
	Televisor 20”	05	0	0	0	0	0
	Televisor 14”	10	0	0	0	0	0
	Televisor 54”	01	0	0	0	0	0
	Televisor de 42 Polegadas LCD	18		10	5	5	5

Outros	Amplificadores de som	19	0	0	0	0	0
	Aparelho de som micro system	11	3	4	4	4	4
	Aparelho DVD	15	0	5	5	5	5
	Caixas de som amplificadas	30	0	0	0	0	0
	Câmera fotográfica digital	18	0	2	4	4	4
	Câmera e equipamento para vídeo conferencia	03	0	2	0	2	0
	Antena parabólica	04	0	0	0	0	0
	Filmadora	03	0	2	0	4	0
	Projetor de slide	05	0	0	0	0	0
	Vídeo cassete	10	0	0	0	0	0

### 9.3. – Laboratórios específicos

**TABELA 22 - Laboratório de materias de construção civil**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÃO	QUANT	2009	2010	2011	2012	2013
Aferidor p/ verificação de flexibilidade das agulhas de Le Chatelier	04		04		04	
Agitador de peneira elétrico 110/220Volts p/ 06 peneiras 08"x02"	03		03	03		
Agitador manual para proveta de E.A	01		03	03		
Agitador p/ peneira diâmetro 08"x02" eletromagnético 220 Volts	01		03	03		
Aparelho de casa grande c/ cinzel e gabarito	12			03	03	
Aparelho de ponto amolecimento de anel e bola	01			03	03	
Aparelho de VICAT completo	02		03	03		
Aparelho para sondagem a percussão 3 <sup>1/2</sup> x 30 m	01				03	03
Aparelho para umidade tipo SPEED	05		03	03		
Balança analítica eletrônica capacidade 1000g sensível a 0,01g	01			02		
Balança elet. de precisão carga max. 500 g sens. 0,01g	01		02			
Balança eletrônica analítica capacidade 40 Kg	01				01	
Balança eletrônica analítica capacidade 5Kg sensível a 0,01g	02		01			
Balança eletrônica capacidade 2Kg sensível a 0,01	01			01		
Balança eletrônica de precisão c/ capacidade de 1Kg	01		01			
Balança eletrônica de precisão c/ capacidade de 5Kg	01				01	
Balança eletrônica hidrostática capacidade 5Kg sensível a 0,1g	01			01		
Balança eletrônica sensível a 0,001g capacidade 500g	01		01		01	
Balança eletrônica sensível a 0,01g capacidade 1500g	01			01		01
Banho Maria elétrico capacidade p/ 15L	01		01		02	
Betoneira capacidade 120L	01			01		
Betoneira capacidade 320L	01					
Capeado de C.P. 5x10cm	02					
Capeador p/ corpo de prova de concreto diâmetro 15x30cm	02		03	03	03	03
Carro de mão c/ pneu	02		03	03	03	03
Conjunto equivalente de areia	02		03	03	03	03
Conjunto p/ ensaios triaxiais dinâmicos em solos e mat. betuminosos	01		03	03	03	03
Conjunto Slump-Test	03		03	03	03	03
Destilador c/ capacidade 21L	01					
Dispersor elétrico p/ solos	01		01		01	
Esclerômetro modelo N	02			02		
Estufa p/ esterilização e secagem temperatura até 200°C	04					

Fogareiro elétrico 220 Volts	01			01		01
Forma p/ moldagem de corpo de prova de argamassa 05x10cm	10		20		20	10
Forma p/ moldar corpo de prova de concreto diâmetro 15x30cm	50		20	20		20
Forma tronco cônico p/ determinação de índice de consistência	03		08		08	
Impressora Jato de Tinta Mod. 840HP	01					
Máquina p/ ensaio de abrasão Los Angeles	01			01		
Mesa vibratória para agregado graúdo c/ motor trifásico de 02cv	01				01	
Misturador mecânico de argamassa	01				01	01
Penetrometro Universal	01		01		01	
Permeabilímetro de Blaine	04			01		01
Permeômetro p/ solos	02		01		01	
Placa aquecedora c/ termostato p/ 220 Volts, med. 0,30 x 0,30 cm	01			01		
Prensa elétrica 220 Volts capacidade 100 toneladas leitura digital	01					
Prensa elétrica CBR	01					
Prensa hidráulica manual capacidade 100 toneladas	01					
Prensa hidráulica p/ romper C.P de argamassa 05x10cm	01					
Prensa manual CBR	01					
Prensa manual sem manografo para solos	01					
Serra p/ mármore elétrica (MAKITA)	01		01		01	
Serra policorte p/ disco de 12' c/ motor trifásico	01		01		01	
Talha elétrica capacidade 500Kg	01			01		

TABELA 23 - Laboratório de mecânica dos solos

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	2009	2010	2011	2012	2013
Aferidor p/ verificação de flexibilidade das agulhas de Le Chatelier	08		04		04	
Agitador de peneira elétrico 110/220Volts p/ 06 peneiras 08"x02"	06		03	03		
Agitador manual para proveta de E.A	01		03	03		
Agitador p/ peneira diâmetro 08"x02" eletromagnético 220 Volts	02		03	03		
Aparelho de casa grande c/ cinzel e gabarito	12			03	03	
Aparelho de ponto amolecimento de anel e bola	01			03	03	
Aparelho de VICAT completo	04		03	03		
Aparelho para sondagem a percussão 3 <sup>1/2</sup> x 30 m	01				03	03
Aparelho para umidade tipo SPEED	05		03	03		
Balança analítica eletrônica capacidade 1000g sensível a 0,01g	01			02		
Balança elet. de precisão carga max. 500 g sens. 0,01g	01		02			
Balança eletrônica analítica capacidade 40 Kg	02				01	
Balança eletrônica analítica capacidade 5Kg sensível a 0,01g	04		01			
Balança eletrônica capacidade 2Kg sensível a 0,01	01			01		
Balança eletrônica de precisão c/ capacidade de 1Kg	01		01			
Balança eletrônica de precisão c/ capacidade de 5Kg	01				01	
Balança eletrônica hidrostática capacidade 5Kg sensível a 0,1g	02			01		
Balança eletrônica sensível a 0,001g capacidade 500g	02		01		01	
Balança eletrônica sensível a 0,01g capacidade 1500g	02			01		01
Banho Maria elétrico capacidade p/ 15L	01		01		02	
Betoneira capacidade 120L	02			01		
Betoneira capacidade 320L	01					
Capeado de C.P. 5x10cm	04					
Capeador p/ corpo de prova de concreto diâmetro 15x30cm	04		03	03	03	03
Carro de mão c/ pneu	04		03	03	03	03
Conj. de peneiras quadradas 50x50x10cm c/ aberturas (101 a 9,5mm)	02		03	03	03	03
Conjunto equivalente de areia	04		03	03	03	03
Conjunto p/ ensaios triaxiais dinâmicos em solos e mat. Betuminosos	01		03	03	03	03
Conjunto Slump-Test	06					
Destilador c/ capacidade 21L	01		02			
Dispensador elétrico p/ solos	01					
Esclerômetro modelo N	04					

Esfera para ensaio de Los Angeles	12					
Estufa p/ esterilização e secagem temperatura até 200°C	04					
Fogareiro elétrico 220 Volts	02					
Forma p/ moldagem de corpo de prova de argamassa 05x10cm	20	02	02	02	02	
Forma p/ moldagem de corpo de prova de argamassa 05x10cm		02	02	02	02	
Forma p/ moldar corpo de prova de concreto diâmetro 15x30cm	100			01		
Forma PVC 10 cm x 20 cm para corpo de prova	04					
Forma tronco cônico p/ determinação de índice de consistência	06		02		02	
Funil de vidro	04	02		02		
Funil em alumínio	08		02		02	
Funil para frasco de areia	03					
Guincho com capacidade para 500 kg	01	01			01	
Impressora HP 840	01					
Impressora Jato de Tinta Mod. 840HP	02					
Jogo de peneiras □ 8"x2" c/ aberturas de (50 a 0,075mm)	06					
Mão de Grall	15					
Máquina p/ ensaio de abrasão Los Angeles	02					
Máquina para confecção de blocos	01		02	02	02	02
Marreta de 3 kg	03		02	02	02	02
Mesa para escritório com dimensão de 1,40 m x 0,8 m	03				01	
Mesa para impressora	02					
Mesa para microcomputador	02			02		02
Mesa vibratória para agregado graúdo c/ motor trifásico de 02cv	01		02		02	
Microcomputador completo Petium 4	02			02		02
Microcomputador Multimídia AMD K7 ATHLON 850 MHz 128 MB-RAM c/ Monitor tela plana 17"	02					
Misturador mecânico de argamassa	02		01			01
Molde para ensaio de Full time	06					
Molde para ensaio de pasta normal e tempo de pega	04					
Nível	01			02		
Pá	01					
Paquímetro analógico de 30 cm e resolução de 0,02 mm	03					
Peneira para granulometria	92					
Penetrometro Universal	01					
Permeabilímetro de Blaine	04					
Permeâmetro p/ solos	02		02	02	02	02
Picnômetro de 300 ml	10		02	02	02	02
Picnômetro de 50 ml	04				01	
Picnômetro de 500 ml	20					
Pinça metálica	06			02		02
Pincel	05		02		02	
Pipeta	07			02		02
Placa aquecedora c/ termostato p/ 220 Volts, med. 0,30 x 0,30 cm	01					
Placa de vidro 10 cm x 10 cm	10		01			01
Placa de vidro 20 cm x 20 cm	09					
Placa de vidro 30 cm x 30 cm	20		02			
Pressa elétrica 220 Volts capacidade 100 toneladas leitura digital	02					
Pressa elétrica CBR	01					
Pressa hidráulica manual capacidade 100 toneladas	02					
Pressa hidráulica p/ romper C.P de argamassa 05x10cm	02					
Pressa manual CBR	01					
Pressa manual sem manografo para solos	01	02	02	02	02	
Proveta de 1000 ml	10	02	02	02	02	
Proveta de 25 ml	05			01		
Proveta de 250 ml	07					
Proveta de 500 ml	07		02		02	
Proveta não graduada	05	02		02		
Prumo de centro	01		02		02	02

Prumo de face	01					02
Raios-X para fissuras em estruturas	01	01			01	
Régua cortante	07					
Régua metálica de 30 cm de comprimento e graduada em milímetro	02			02		02
Régua metálica de 60 cm de comprimento e graduada em milímetro	06		02		02	
Relógio comparador para CBR	05			02		02
Repartidor de amostra	06					
Serra p/ mármore elétrica (MAKITA)	01		01			01
Serra policorte p/ disco de 12' c/ motor trifásico	01			01		
Sonda de Tetmyer	02		02		02	
Talha elétrica capacidade 500Kg	01					01
Talhadeira de aço com dimensão de 1" x 6"	03		05	05		
Termômetro de vidro com escala de 0 a 100°C	03		10		05	
Trado manual	02					
Tripé para ensaio de CBR	04		02		02	
Vibrador para concreto	01					
Videocassete	01					
Viscosímetro	01					

**TABELA 24 - Laboratório de topografia e cartografia**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	2013
Tripé de Madeira (Nível Mom)	06		02			
Tripé de madeira (Teodolito)	05				01	
Tripé CST BERGER	04		01			
Tripé de alumínio (pequeno)	05			01		
Tripé CST BERGER	04		01			
Tripé de Alumínio (Estação total Topcon)	01				01	
Tripé de Alumínio (Estação Total Leica)	01			01		
Tripé de Alumínio (Teodolito Eletrônico)	02		01		01	
Tripé de Alumínio (GPS Topcon)	02			01		01
Trena de fibra de vidro 50 m/ 20m	16		01		02	
Trena Cromada com trava e nível 5 m	07			01		
Trena com fibra de vidro 50 m Tramontina	01					
Cabo de 20 m	05					
Mira de encaixe 4m Trident	05		03	03	03	03
Mira dobrável 3m modelo 323	06		03	03	03	03
Mira com código de barra	04		03	03	03	03
Mira de Alumínio	02		03	03	03	03
Tripé de Alumínio pequeno	03					
Tripé Laranja de alumínio	04	02				
Rolo com planta do estado	02			01		
Barracas para 5 pessoas Náutica	08	01				
Caldeirão de alumínio 25 l	05		01			
Barraca para 10 pessoas	02	01				
Planímetro	01			01		
Teodolito mom 10"	05		01			
Curvímetro eletrônico RUN, CST.	08	01		01		
GPS Garmim 12xl	06		01		01	
Bolsa para transportar o par de GPS trimble	01	01		02		
GPS Topcon (par)	01		01			
Prisma com bolsa para transporte Topcon	05					
Par de GPS Topcon	01					
Par de Gps Trimble	01	03	03	03	03	
Nível mecânico MOM	06	03	03	03	03	
Nível a laser Topcon	02	03	03	03	03	
Nível eletrônico Topcon (danificado)	02	03	03	03	03	
Teodolito Wilt T2	02		02		02	

Esterioscópio de espelho Sokia	02			02		
Teodolito Digital	06		02		02	02
Prisma com bolsa para transporte Topcon	04					02
Estação total Topcon	02				01	
Coletora com bolsa e 4 cabos l264 Topcon	02					
Declinatória para estação total Topcon	04			02		02
Prisma Roeloffs para teodolito Vilt (filtro solar).	02		02		02	
Ocular de cotovelo para Teodolito ou estação	05			02		02
Prisma CST/ suporte pra prisma	02					
Estação total 6"	02		01			01
Estação total 7", 2500 m , Leica com carregador Leo,par de prisma	02					
Bateria Bt 52	02	02		02		
Suporte para prisma unitário	02		02			
Suporte para prisma triplo	02	02		02	02	
Prisma com bolsa para transporte Topcon	04				02	
Estação total Topcon	02			01		
Coletora com bolsa e 4 cabos l264 Topcon	02					
Declinatória para estação total Topcon	04		02		02	
Prisma Roeloffs para teodolito Vilt (filtro solar).	02	02		02		
Prisma para estação total Leica	04		02		02	
Ocular de cotovelo para Teodolito ou estação	05					
Prisma CST/ suporte pra prisma	02	01			01	
Estação total 6"	02		02		02	
Estação total 7", 2500 m , Leica com carregador Leo	02			02		
Bateria Bt 52	02		02		02	
Suporte para prisma unitário	02					
Suporte para prisma triplo	02				01	

**TABELA 25 - Laboratório de instalações elétricas prediais**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	2013
Alicate amperímetro analógico modelo ET-3000	06			03	03	03
Armário em mad.de lei c/03 portas	01					
Ar cond. de 30.000 botos 220v	02		02			
Banco de madeira de lei envernizado	18				01	
Chave de faca blind.30A/600v	01		01			
Conj.p/demonst.exp.c/circ.eletromag	01			01		
Escada de alum.c/11degraus	02		01			
Escada de ferro c/05degraus	10				01	
Extintor de incêndio de pó químico de 12kg	01			01		
Extintor de incêndio CO <sub>2</sub> de 06 kg	01		01		01	
Mesa de madeira cerejeira – Professor	01			01		01
Mesa p/microcomputador /tampa aux. p/teclado	01		01		02	
Microcomputador 40MHZ blue tech Monitor TATUNG	01			01		
Moto bomba de 3/4HPc/motor elétrico trifásico	01					
Morsa p/bancada até 2" num 4	01					
Morsa p/bancada até 2" p/eletroduto.	03		03	03	03	03
Multímetro digital	06		03	03	03	03
Paquímetro universal 150 mm	02				01	
Paquímetro universal 200 mm	02		01			
Poste tubo de ferro galvanizado 4m alt. diâm 3"	10			01		
Quadro de distr. de sobrepor c/barr.trif. +NEUTRO	10		01			
Painel didático com medidor de QUILOWATT HORA monofásico	01				01	
Escada com treze degraus em madeira	02			01		
Boxes didáticos para prática em instalações elétricas prediais	10		01		01	
Conjunto didático com caixa e reservatório de água com moto-bomba e chave automática	01			01		01
Bancada em madeira com dimensão de 3 m por 0,8 m para prática de	03		01		02	

tubulação elétrica						
Caixas de ferramenta para prática de instalações elétricas prediais (fiação)	10			01		
Caixas de ferramentas para prática de tubulação elétrica sobreposta	10					
Quites de matérias e componentes elétricos para desenvolver 50 práticas com 35 alunos	10					
Armário em aço para colocação do material escolar de 35 alunos	01					

**TABELA 26 - Laboratório de eletricidade e medidas elétricas**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	2013
Alicate amperímetro analógico modelo ET-3000	06				01	
Alicate amperímetro digital modelo ET 3200 A	06		01			
Amperímetro simples 01-02 A	04			01		
Amperímetro analógico 0-30 A CA	01		01			
Analizador de espectro	02				01	
Ar cond. de 30.000 btos 220v SPLIT	01			01		
Banco de ferro com assento cilíndrico em madeira e revestido com fórmica de cor cinza	18		01		01	
Bancada com dimensão de 4,0 m, 05 gavetas e 04 portas, revestida com fórmica de cor cinza	02			01		01
Bancada com dimensão de 6,0 m, 05 gavetas e 04 portas, revestida com fórmica de cor cinza	01		01		02	
Cadeira tipo universitária SSD	01			01		
Década modelo CU 410 A	03				01	
Decibelímetro com display	05		01			
Fonte Digital FSCC 3006 CD	04			01		
Fonte de RLC-LCR 815 D	03		01			
Frequencímetro analógico Tipo HP	04				01	
Frequencímetro digital MF 7110	06			01		
Frequencímetro digital FD-990	02		01		01	
Frequencímetro portátil de painel 110 v	01			01		01
Gerador de áudio	04		01		02	
Gerador de barras	05			01		
Gerador de funções	04				01	
Gerador de função 2 MHZ TR-04 58	04		01			
Luxímetro digital com display	03			01		
Megômetro-MI 5500	04		01			
Medidor de força - cosenosímetro - Mono/Trif	04				01	
Medidor de potência reativa - VAR	04			01		
Medidor de resistência Tipo HDE - ohmímetro	04		01		01	
Medidor LC Tipo EMG – 14300	04			01		01
Microcomputador IS PENT 75 TOPCI Monitor ITAUTEC/SUGA	02		01		02	
Miliamperímetro cc e ca 500 ma CC	04			01		
Miliamperímetro cc e ca 500 ma CA	02				01	
Módulo de med. de ângulo disp tir. pulso 6	02		01			
Multiteste dig. Visor LCD 3" (leit. até 1999)	07			01		
Multiteste analógico modelo YF-303-B Q	06		01			
Multímetro Automotivo digital	08				01	
Osciloscópio analógico	04			01		
Osciloscópio digital	05		01		01	
Paquímetro universal 150 mm	03			01		01
Paquímetro universal 200 mm	01		01		02	
Painel de comando p/ gerador elet. trif.3 cv	04			01		
Ponte wheatstone - proc. USA	03				01	
Quadro magnético branco com 2.00 x 1.15 m	01		01			
Sistema did. autom.data aquisição SAD-MAE	01			01		
Sistema 90 – labor didático elet.c/painel.aquis.ger.sinais	01		01			
Tacômetro digital de 0-1800 RPM	02				01	



Testador de circuito integrado	04			01		
Ventilador de teto c/ 3hélices de ferro	06		01		01	
Voltímetro de painel 0-600v	04			01		01
Wattímetro CA e CC monof. de 0-250w, 0-250v	02		01		02	
Bateria de 50 AH – 12 v	02			01		
Escrivaninha de 1,2 m por 0,9 m	01					
Quadro branco para pincel atômico com dimensão de 2,20 m por 1,0 m	01					
Painel didático para ensaio elétricos em circuitos, com fontes e instrumentos de medidas	04				01	
Painel demonstrativo de componentes elétricos e eletrônicos	01		01			
Conjunto de interfonia com 12 canais e 12 interfones	01			01		
Automatizador para portão eletrônico, completo com cremalheira de 3 m	01		01			
Mine – câmera para sinal NTSC	02				01	
Fechadura elétrica de 24 volts para portão	04			01		
Década de indutância MA 2705	04		01		01	
Medidor de potência reativa de 0 a 2000 VAR	05			01		01
Medidor de potência reativa de 0 a 1200 VAR	04		01		02	
Módulo de estação de rádio modelo AVA 1112/2	01			01		
Módulo de estação de rádio modelo ROE –A	01				01	
Impressora marca EPSON modelo FX 2170	01		01			
Tacômetro digital – modelo DT 2234 – A	01			01		
Regulador de tensão de 5 KVA – 220 volts	01		01			
Voltímetro de painel com fundo de escala de 250 volts	03				01	
Voltímetro de painel com fundo de escala de 150 volts	03			01		
Wattímetro de painel com fundo de escala de 2000 Watts	03		01		01	
Fonte AC/DC com alimentação de 110/220 volts e saída de 0 a 50 volts	03			01		01
Micro-ohmímetro	02		01		02	
Gerador eletrostático com esfera de 30 cm de diâmetro	03			01		
Condensador de placas paralelas com diâmetro de 20 cm	01					
Mesa para impressora	02					
Mesa para computador	01					

TABELA 27 - Laboratório de eletrônica

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	2013
Armário de aço com 02/portas	01				01	
Armário em mad.de lei c/03 portas	01		01			
Central de ar condicionado. de 30.000 BTUS 220v - SPLIT	01			01		
Banco de madeira de lei envernizado	18		01			
Bancada c/tampa em madeira forrado c/ fórmica	06				01	
Estante em aço c/dupla face c/10 prat.	01			01		
Estante em aço fechada s/porta c/6 prateleiras	02		01		01	
Extintor de incêndio de pó químico de 12kg	01			01		01
Fonte Power Supply de lab. DC 0-30v	05		01		02	
Fonte de tensão de corrente contínua com ajuste de 0 a 15 volts	03			01		
Frequencímetro digital FD-990	08				01	
Gerador de áudio	04		01			
Gerador de função completo TR-0458	04			01		
Mesa de madeira cerejeira – Professor	01		01			
Mesa de madeira escura	01				01	
Osciloscópio analógico modelo universal de 20 MHZ	04			01		
Quadro magnético na cor branca de 2,2 m por 1,0 m	01		01		01	
Fonte de tensão DC – POWER SUPPLY com ajuste de 0 a 30 volts	02			01		01
Televisor didático de 14” – colorido, com sistema PAL-M e NTSC	09		01		02	
Caixas de ferramentas com quantidade suficiente para atender 18 alunos na aula prática	06			01		
Conjuntos didáticos, para ensaio com eletricidade estática.	06				01	
Conjuntos didáticos, para ensaio com eletricidade dinâmica.	06		01			

Kit para teste de CI (circuito integrado)	01			01		
Multímetros analógico de 20 M	06		01			
Kits de componentes eletrônicos, para ensaio de circuitos magnéticos.	06				01	
Kits de componentes eletrônicos, para ensaio de circuitos capacitivo.	06			01		
Kits para solda convencional em placas de circuito impresso	06		01		01	
Micro-computador didático	01			01		01
Mesa para computador	01		01		02	
Ponto de rede estrutura, com acesso à INTERNET	01			01		

**TABELA 28 - Laboratório de elementos de automação e acionamentos**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	2013
Armário de aço com 05 prateleiras	03				01	
Armário em mad.de lei c/03 portas	01		01			
Ar cond. de 30.000 btos 220v	02			01		
Banco de madeira de lei envernizado	20		01			
Bancada c/tampa em madeira forrado c/ fórmica	05				01	
Conj.p/demonst.exp.c/circ.eletromag	02			01		
Década de indutores modelo CU 410 A	02		01		01	
Década de resistência modelo WR 415	03			01		01
Extintor de incêndio CO <sub>2</sub> de 06 kg	01		01		02	
Simuladores de defeito, para ensaio de circuito de comandos elétricos	04			01		
Quadro magnético na cor branca com dimensões de 2,20 m por 1,00 m	01				01	
Mesa para professor, com dimensão de 1,40 m por 0,8 m construída em madeira	01		01			
Cadeira de palhinha	01			01		
Microcomputador 486-is-slc ITAUTEC – completo	01		01			
Kits didáticos para ensaio de circuito de comando e força	06				01	
Motores didáticos tipo trifásicos de indução de 1 CV – 220/380 volts com 6 saídas	06			01		
Motores didáticos tipo monofásicos de indução de 1 CV – 110/220 volts com 6 saídas	06		01		01	
Kits de componentes elétricos, para montagem didática de chaves de partida de motores.	06			01		01
Kits didáticos de ferramentas, para montagem de chaves de partida de motores elétricos	06		01		02	
Multímetro digital DM 2020	06			01		

**TABELA 29 - Laboratório de hardware**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	2013
Bancadas didáticas	20	20	15			
Monitor 14"	14	14				
Bancos em madeira	21	21	20			
Computadores para simulação de manutenção	12	12	20	20	20	20
Kit ferramentas para manutenção	20	20	60	60	60	60
Kit simulação informatizada	10	10	20	20	20	20
Kit simulação circuitos eletrônicos	10	10	20	20	20	20
Osciloscópio	02	02	10	10	10	10
Multímetro	02	02	10	10	10	10

**TABELA 30 - Laboratório de física**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	2013
NÚCLEO DE FERRITI PARA CONSTRUÇÃO DE TRANSFORMADOR MONOFÁSICO	9	9	-	-	-	-
BANCO ÓPTICO JUNIOR ZOLLIN REF: 8205	1	1	-	-	-	-
LÂMPADA TIPO REUTER REF: 8405	1	1	-	-	-	-
OSCILADOR VARIÁVEL (AUTO-FALANTE)	2	2	-	-	-	-
OSCILADOR FIXO (AUTO-FALANTE)	2	2	-	-	-	-

APARELHO ROTATIVO CONQUERINI REF: 7757	5	5	-	-	-	-
PAINEL HIDROSTATICO RUSSOMANO REF: 7738	6	6	-	-	-	-
KIT MALETA COM LASER DE 5 WATTS DE POTÊNCIA E ALIMENTAÇÃO DE 127 V	4	4	-	-	-	-
PAINEL ACRÍLICO PARA ASSOCIAÇÃO DE RESISTORES AMORIM REF: 7753	5	5	-	-	-	-
PAINEL DIDÁTICO DE RESISTORES REF:9424	8	8	-	-	-	-
CUBA DE ONDAS MACEDO REF: 7752-B	2	2	-	-	-	-
BANCO ÓPTICO JACOBY REF: 7724	4	4	-	-	-	-
BALANÇA DE (0 À 50G)	1	1	-	-	-	-
GRIL DE 500 WATTS/127 VOLTS	2	2	-	-	-	-
CONJUNTO PLANO PARA LANÇAMENTO HORIZONTAL	6	6	-	-	-	-
CONJUNTO DEMONSTRATIVO PARA PROPAGAÇÃO DO CALOR REF:7745	6	6	-	-	-	-
APARELHO GASEOLÓGICO WACKERRITT REF: 7737	6	6	-	-	-	-
MESA DE FORÇAS REF: 7728	6	6	-	-	-	-
PAINEL COM DISCO DE HARTT REF: 7724-06	4	4	-	-	-	-
COLCHÃO DE AR LINEAR HENTSCHEL REF: 8203	2	2	-	-	-	-
TUBO EM "U" DINIZ REF: 7739-ABC	1	1	-	-	-	-
FONTE DE ALIMENTAÇÃO FRE-REIS REF: 8600	2	2	-	-	-	-
MINI FONTE DAL - FRE 5 VCC - 500 mA REF: 7757-21	6	6	-	-	-	-
FONTE DE ALIMENTAÇÃO RIZZI CC-ESTABILIZADA REF: 6028	1	1	-	-	-	-
PERFIL COM LIMITADOR DE CORRENTE REF: 7801-02	2	2	-	-	-	-
PAINEL COM ELEVADOR HIDRÁULICO REF: 8202 - 26	1	1	-	-	-	-
GERADOR ELETROSTÁTICO DE CORREIA COM BASTÃO DE ESFERA	6	6	-	-	-	-
SUPORTE COM FRASCO TÉRMICO E AGITADORES REF: 8501-01	2	2	-	-	-	-
MESA COM JUNÇÃO REF: 7769	6	6	-	-	-	-
VASOS COMUNICANTES REF: 7716	2	2	-	-	-	-
TRIPÉ UNIVERSAL REF: 7743-12	2	2	-	-	-	-
DILATÔMETRO WUNDERLICH LINEAR DE PRECISÃO REF: 7705-A	6	6	-	-	-	-
ESTROBOSCOPIO ELETRO - MECÂNICO ZORZO	1	1	-	-	-	-
PLANO INCLINADO COMPLETO ARGÃO REF: 7703-C	5	5	-	-	-	-
FORNO DE 0 C° A 1200 C° REF: 8501-3-00	1	1	-	-	-	-
MÓDULO DE TERMOMETRIA REF: 8501-MMECL	1	1	-	-	-	-
MÓDULO BÁSICO DE FÍSICA REF: 8100/MMECL	1	1	-	-	-	-
MOVIÓPTICOM REF: 8410	1	1	-	-	-	-
ESTABILIZADOR / PROJECTOR DIR - 500 REF: 0000	1	1	-	-	-	-
CRONÔMETRO DIGITAL 1 A 4 INTERVALOS SUCESSIVOS REF: 8203-63	4	4	-	-	-	-
OSCILADOR DE ÁUDIO CAETANI REF: 8307	2	2	-	-	-	-
ESTROBOSCOPIO ELETRÔNICO MALMAN REF: 9000	2	2	-	-	-	-
FREQUENCIMETRO DIGITAL CARBONEIRA REF: 8901	4	4	-	-	-	-
GALVANÔMETRO TRAPEZOIDAL (100 -0+ 100 ma) AC REF: 6032	6	6	-	-	-	-
AMPIRÍMETRO ANALÓGICO DE (0 A 8 A) AC REF: 7823-A	6	6	-	-	-	-
VOLTÍMETRO ANALÓGICO DE (0 A 30 V) AC REF: 7824-A	6	6	-	-	-	-
CRONÔMETRO DIGITAL MEDEIROS REF: 8701	9	9	-	-	-	-
FONTE DE ALIMENTAÇÃO JACOBY 12 v AC5 REF: 7724-A	5	5	-	-	-	-
FONTE DE ALIMENTAÇÃO ESTABILIZADA - CC REF: 6028	8	8	-	-	-	-
FONTE DE ALIMENTAÇÃO 6/12 VCC5 REF: 7839	4	4	-	-	-	-
CONJUNTO COM TRIPÉ UNIVERSAL, SENSOR ÓPTICO, LUMINARIA XENON ELETROBOSCOPIO ELETRONICO MALMAM E LUMINARIA HALÓGENA P/ CUBA	2	2	-	-	-	-
DE ONDAS MACEDO E FONTE 12 VAC P/ LUMINARIA HALÓGENA			-	-	-	-

ARMÁRIO EM MADEIRA FORRADA. COM FORMÍCA, COM 06 PORTAS.	1	1	-	-	-	-
ARMÁRIO EM MADEIRA FORRADA. COM FORMÍCA, COM 04 PORTAS.	1	1	-	-	-	-
ESCRIVANIA EM MAD. FORRADA COM FORM PARA MATERIAL DE ALUNO	1	1	-	-	-	-
QUADRO MAGNÉTICO, COM TELA BRANCA.	1	1	-	-	-	-
PRATELHEIRA COM 05 DIVISÓRIAS EM AÇO COM DIMENSÃO DE 1,98 m x 0,92 m	1	1	-	-	-	-
BANCO EM MADEIRA FORRADO COM FORMÍCA COM DIMENSÃO 60X60	33	33	40	-	-	-
CADEIRA EM MADEIRA	1	1	-	-	-	-
TERMÔMETRO AMBIENTE REF: TA19	5	5	-	-	-	-
TERMÔMETRO AMBIENTE REF: TA53	5	5	-	-	-	-
CHAVE LIGA - DESLIGA 110 A 220 v 3 A 6A REF: 7846	22	22	-	-	-	-
CHAVE DUPLA DE DESVIO REF: 7817	10	10	-	-	-	-
SOLENOIDE C/ BASE EM ACRÍLICO C/ 12 ESPIRAIS REF: 7768	4	4	-	-	-	-
BOBINA C/ 60 ESPIRAIS COM NÚCLEO DE AR FORMA CILÍNDRICA EM CANO PVC	2	2	-	-	-	-
BOBINA C/ 5 ESPIRAIS REF: 7752-B	6	6	-	-	-	-
BOBINA C/ 300 ESPIRAIS C/ 2,6 mH DE 4A REF: 7752-C	6	6	-	-	-	-
BOBINA C/ 600 ESPIRAIS C/ 9,60 mH 2A REF: 7752-A	5	5	-	-	-	-
BALANÇO MAGNÉTICO WALTRICK C/ BASE ACRÍLICO REF: 7751	6	6	-	-	-	-
MALETA PARA ACESSORIO NA COM DIMENSÃO COR BRANCA EQUIP. P/ ENS. QUEDA LIVRE C/05 FOTO CEL. E BOB. ELETRO MAGNÉTICA	2	2	-	-	-	-
TRIPÉ COM MINI FONTE 5 VCC -250 mA REF:7725/7757	2	2	-	-	-	-
CUBA DE VIDRO DE1000ML	4	4	-	-	-	-
CUBA DE VIDRO DE 900ML	1	1	-	-	-	-
CUBA DE VIDRO DE 500ML	6	6	-	-	-	-
CUBA DE VIDRO DE 250ML	1	1	-	-	-	-
CUBA DE VIDRO DE 200ML	7	7	-	-	-	-
CUBA DE VIDRO DE100ML	2	2	-	-	-	-
TUBO DE ENSAIO DE 100ML	3	3	-	-	-	-
TUBO DE ENSAIO DE 50ML	2	2	-	-	-	-
TUBO DE ENSAIO DE 250ML	1	1	-	-	-	-
PERFIL UNIV.C/ SUPORTE FIXO/MOVEL P/ ASSOCIAÇÃO DE MOLAS C/ REGUA	6	6	-	-	-	-
GRADUADA DE 0 A 400 mm REF: 7764-11			-	-	-	-
PERFIL UNIVER. C/ CONJ. DE ROLD. C/ RÉGUA GRAD. DE 0 A 400 mm REF: 7701	4	4	-	-	-	-
PERFIL UNIVERSAL C/ RÉGUA GRADUADA DE 0 A 400 mm	8	8	-	-	-	-
PERFIL UNIVERSAL C/ SUPORTE P/ SERINGA E TUBO DE ENSAIO	2	2	-	-	-	-
TRIPÉ UNIVERSAL C/ RÉGUA GRADUADA DE 400 mm C/ PRUMO DE CENTRO	6	6	-	-	-	-
TRIPÉ C/ RÉGUA GRADUADA DE 0 A 5 cm	5	5	-	-	-	-
TRIPÉ UNIVERSAL C/ DISPOSIT. GERADOR DE ONDA ESTACIONÁRIA REF: 7801	2	2	-	-	-	-
CUBA DE PROJEÇÃO	4	4	-	-	-	-
TRIPÉ UNIVERSAL REF: 7743-12	5	5	-	-	-	-
TRIPÉ C/ BANDEJA C/ DUAS CAÇAPAS	9	9	-	-	-	-
TRIPÉ ESTANPADO C/ SAPATAS NIVELADORAS	2	2	-	-	-	-
DINAMÔMETRO TUBOLAR 2N REF: 7702-C	6	6	-	-	-	-
DINAMÔMETRO TUBOLAR 200GF REF: 7702-CK	2	2	-	-	-	-

DINAMÔMETRO TUBULAR 10N REF: 7702-I	1	1	-	-	-	-
-------------------------------------	---	---	---	---	---	---

**TABELA 31 - Laboratório de instalações elétricas de alta tensão**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	.
Alicate amperímetro analógico modelo ET-3000	06		06		06	
Transformador abaixador de 13,8 KV / 127/220 volts – 75 KVA	01		01		01	
Multímetro digital	06		06		06	
Paquímetro universal 150 mm	02		02		02	
Paquímetro universal 200 mm	02		02		02	
Caixas de ferramenta para prática redes de distribuição primária e secundária até 15 KV	10		10		10	
Quites de matérias e componentes elétricos para desenvolver 50 práticas com 35 alunos	10		10		10	

**TABELA 32 - Laboratório de instalações hidrossanitárias**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	.
CURVA 90° SOLD. 25 mm	10		10		10	
Adaptador sold. Longo, com flanges livres. P/ cx. D'água 25 mm x 3/4"	10		10		10	
Luva com rosca 3/4"	10		10		10	
Torneira boia para cx.d'água 3/4"	05		05		05	
CURVA 90° SOLD. 32 mm	10		10		10	
Tê sold. 32 mm	10		10		10	
Adaptador sold. Curto, com bolsa e rosca p/ registro 32 mm x 1"	05		05		05	
Registro de gaveta (metálico) 1"	02		02		02	
Adaptador sold. Longo, com flanges livres. P/ cx. D'água 32 mm x 1"	10		10		10	
Tubo PVC rígido, sold. Marrom 32 mm	10		10		10	
Tubo PVC rígido, sold. Marrom 25 mm	10		10		10	
Tubo PVC rígido, sold. Marrom 20 mm	10		10		10	
Adaptador sold. Curto com bolsa para registro 20 x 1/2"	10		10		10	
Adaptador sold. Curto com bolsa para registro 225 x 3/4"	10		10		10	
Bucha de redução sold. Curta 25 x 20	10		10		10	
Bucha de redução sold. Curta 32 x 25	10		10		10	
JOELHO 90° SOLD. 20 mm	10		10		10	
JOELHO 90° SOLD. 25 mm	10		10		10	
JOELHO 90° SOLD. COM ROSCA (LR) 20 x 1/2	10		10		10	
JOELHO DE REDUÇÃO 90° COM ROSCA (LR) 25 x 1/2	10		10		10	
Luva sold. Com rosca (lr) 20 x 1/2 .	10		10		10	
Luva sold. Com rosca (lr) 25 x 3/4 .	10		10		10	
Luva sold. 20 mm	10		10		10	
Luva sold. 25 mm	10		10		10	
Tê de redução sold. Com rosca (lr) 25 x 1/2..	10		10		10	
TÊ 90° SOLD. COM ROSCA (LR) 20x 1/2..	10		10		10	
TÊ 90° SOLD. COM ROSCA (LR) 25x 3/4..	10		10		10	
TÊ DE REDUÇÃO 90° SOLD. 25 x 20	10		10		10	
TÊ DE REDUÇÃO 90° SOLD. 32 x 20	10		10		10	
TÊ DE REDUÇÃO 90° SOLD. 32 x 25	10		10		10	
TÊ 90° SOLD. 20 mm	10		10		10	
TÊ 90° SOLD. 25 mm	10		10		10	
TÊ 90° SOLD. 32 mm	10		10		10	
UNIÃO SOLD 20 mm	10		10		10	
UNIÃO SOLD 25 mm	10		10		10	
Válvula de lavatório com unho	05		05		05	
Válvula de lavatório sem unho	05		05		05	
Válvula de pia com unho	05		05		05	
Válvula de pia sem unho	05		05		05	

**TABELA 33 - Laboratório de máquinas elétricas**

<b>EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>QUANT</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>.</b>
Teste de rigidez dielétrica para óleo mineral	01		02		02	
Módulos de ensaio de grupo-gerador	01		02		02	
Módulos de ensaio de motor de corrente contínua	01		02		02	
Módulo de ensaio de motor de indução	01		02		02	
Módulo de ensaio de transformadores	01		02		02	

**TABELA 34 - Laboratório de desenho técnico**

<b>EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>QUANT</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>.</b>
Escalímetros;	36		18	9		9
Réguas graduadas em milímetros;	36		18	9		9
Jogos de esquadros de 45° e 90°;	36		18	9		9
Jogos de esquadros de 30°, 60° e 90°;	36		18	9		9
Lapiseiras 0,5 mm;	36		18	9		9
Lapiseiras 0,7 mm;	36		18	9		9
Compassos	36		18	9		9
Gabaritos E-27	36		18	9		9
Borrachas	36		18	9		9

**TABELA 35 - Laboratório 17: de Desenho Arquitetônico**

<b>EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>QUANT</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>.</b>
Escalímetros;	36		18	9		9
Réguas graduadas em milímetros;	36		18	9		9
Jogos de esquadros de 45° e 90°;	36		18	9		9
Jogos de esquadros de 30°, 60° e 90°;	36		18	9		9
Lapiseiras 0,5 mm;	36		18	9		9
Lapiseiras 0,7 mm;	36		18	9		9
Compassos	36		18	9		9
Gabaritos E-27	36		18	9		9
Borrachas	36		18	9		9

**TABELA 36 - Laboratório apoio a pesquisa e desenvolvimento de TCC, desenvolvimento de redes e arquitetura de software**

<b>EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>QUANT</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>.</b>
Suporte para Data Show			05			
Tela de projeção elétrica 120 polegadas (2,44M x 1,83 M) com 1 controle remoto sem fio e 1 controle com fio 110 Volts – Crs			05			
Projektor multimídia			05			
Rack para acomodação de equipamentos e acessórios padrão 19", 40 U's tipo torre			01			
Mini Rack de 6U's padrão 19 polegadas confeccionado em aço SAE 1020			05			
Monitor LCD widescreen de 19", design em black piano (Preto brilhante) função exclusiva 4:3 no wide que permite visualizar imagens originais sem distorção. alta nitidez pelo contraste de 8.000:1 DFC, Chip de tratamento de imagens Flatron f-Engine			36			
Servidor para Rack			02			
Switch de 24 portas 10/100/1000 e quatro portas			02			
Switch de 48 portas 10/100/1000 e quatro porta			01			

**TABELA 37 - Laboratório de energia solar**

<b>EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>QUANT</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>.</b>
Equipamento para ensaios do índice de insolação	01			01		01
Equipamento para ensaios de Óptica e Termologia	01			01		01
Anemômetro	01			01		01
Equipamentos para ensaios de baterias	01			01		01

Mesa didática de carga e descarga de baterias	01			01		01
Termômetro	01			01		01
Megômetro	01			01		01
Banco de baterias estacionárias	01			01		01
Placas solares de Silício	01			01		01
NOBREAK	01			01		01
Reguladores de tensão	01			01		01
Medidores de energia	01			01		01
Malha de terra	01			01		01

**TABELA 38 - Laboratório de Análises Clínica I**

<b>EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>QUANT</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>.</b>
Agitador KLINE	1		2	2	2	
Armário porta-arquivo	1					
Armário de parede	2					
Autoclave	1					
Banco estrutura metálica assento redondo	21		12			12
Cadeira azul c/ rodas	1			2	2	2
Cadeira de madeira	2					
Cadeira p/ coleta	1			1		1
Capela PERMUTION	1					
Central de ar	2					
Contador de células KACIL	2		2	2	2	2
Cronômetro MMECL	6					
Espectrofotômetro OLEMAN	1					
Estufa BIOMATIC	1					
Estufa ODONTOBRÁS	1					
Estufa QUIMIS	1					
Estufa GP CIENTIFICA	1					
Extintor grande pó químico	2					
Geladeira branca CONSUL	1					
Geladeira marrom BRASTEMP	1					
Geladeira porta de vidro TERMISA	1					
Homogeneizador BENFER	2		2	2	2	
Lixeira	2		2	2		
Microcentrífuga	1					
Microscópio E.200 NIKON	16		9		9	

**TABELA 39 - Laboratório de Análises Clínica II**

<b>EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>QUANT</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>.</b>
Agitador MIXER	1		2	2	2	
Apoiador de braço p/ coleta	1		4		2	
Armário de parede	2					
Autoclave PHOENIX	1					
Balança OHAUS	2			1		
Banco c/ estofado verde I	2					
Banco estrutura metálica assento redondo	21		14			
Banho-maria DELLTA	2		1		1	
Banho-maria FANEM	1					
Banho-maria HEMOQUÍMICA	1					
Bioplus	3			2		
Cadeira de madeira	1					
Capela	1					

Central de ar	2					
Centrifuga FANEM	2		2		2	
Centrifuga QUIMIS	1			1		1
Destilador de água	1		1			
Espectrofotômetro CELM	1			1		1
Estufa BIOMATIC	1					
Extintor pó químico	2					
Forno MMECL	1					
Geladeira branca CONSUL	1					
Lixeira	2		5			
Micro centrifuga FANEM	1		1	1	1	1
Microscópio c/ câmera	1					
Microscópio NIKON	15		10		10	
Vídeo monitor SONY	1					

**TABELA 40 - Laboratório de Parasitologia/ Uroanálise**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	.
Cadeiras	16					
Central HITACHI	1					
Central TOTALAINE	1					
Estante de aço	1					
Lixeira de aço	2					
Microscópio NIKON	14		6		6	

**TABELA 41 - Laboratório de Bioquímica**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	.
Bancada de madeira c/ 2 assentos	1					
Bancada de mármore c/ 2 pias	1					
Cadeiras giratórias	3					
Central TOTALAINE	1					
Cronômetro digital MMECL	2		10	10	10	10
Geladeira	1					
Microscópios NIKON	7		2		2	

**TABELA 42 - Laboratório de Bacteriologia**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	.
Bancada c/ 3 assentos	1					
Bancada de madeira	1					
Bancada de mármore c/ 1 pia	1					
Cadeiras GIRATÓRIAS	3					
Central ELGIN	1					
Freezer EF 340 ESMALTEC	1					
Microscópios NIKON	3		2		2	
Geladeira Branca	1					

**TABELA 43 - Laboratório de Meio de Cultura**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	.
Balança digital –mod DT Ref. H898 HOMIS	1				1	
Bancada em madeira c/pia e pedra em mármore	1					
Cadeira alcochoada azul	2					
Central ELGIN	1					
Autoclave vertical	1					

**TABELA 44 - Central de Esterilização**



<b>EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>QUANT</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>.</b>
Autoclave ESTERMAX	1					
Bancada de mármore c/2 pias	1					
Bancada em madeira c/ mármore	1					
Cadeiras giratórias	3					
Central TOTALAINE	1					
Estufa BIOPAR	1					
Estufa BIOPAR	1					
Estufa cultura bacteriológica	1					
Estufa de lev. De Leo	1					
Lixeira metálica	1			2		2

**TABELA 45 - Laboratório de Enfermagem Procedimentos Básico**

<b>EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>QUANT</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>.</b>
Armário aberto com 18 compartimentos	1					
Armário de aço c/duas portas	1					
Armário de madeira	1					
Armário fechado	1					
Armário pequeno de madeira	1					
Balança infantil	2					
Balde com base	1		2			2
Bandeja inox tam. Médio	3		2	2	2	2
Bandejas inox tam. Grande	2		2	2	2	2
Bandejas inox tam. Pequeno	16		8	8	8	8
Biombo	2					
Cadeira de coleta cor preta	1					
Cadeiras com braços	9					
Cama berço	1					
Cama hospitalar	1					
Cuba Rim de plástico	10		20	20	20	20
Escada de dois degraus	2					
Esfigmomanômetro coluna de mercúrio	1		2	2	2	2
Esfigmomanômetro analógico	35		35	35	35	35
Estante de ferro	1					
Jarra de plástico	1		10	10	10	10
Maca para transporte	1					
Maleta de primeiros socorros	1					
Manequim KERI procedimentos básicos	1		1		1	
Mesa cirúrgica	1					
Mesa ginecológica	1					
Mesa para alimentação	1					
Suporte de soro	3					
Suporte para punção venosa	1		5			
“TV 29”	1					

**TABELA 46 - Laboratório de Enfermagem Procedimentos Complexos**

<b>EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>QUANT</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>.</b>
Bandeja inox	1		10	10	10	10
Armário aberto	1					
Armário grande de madeira	1					
Armário fechado	1					
Maca para transporte	1					
Carro para curativo	1					
Armário pequeno de madeira	1					
Incubadora	1					
Bomba infusão	2			2		2
Suporte para soro	2					

“TV 29”	1					
Kit braço pressão arterial	1				1	
Simulador de injeção intramuscular	1		2	2	2	2
Manequim torso fem. e masc.	1					
Manequim para prática de salvamento	2		4	4	4	4
Pélvis com feto	1					
Modelo anatômico ressuscitação	1		2	2	2	2
Manequim recém-nascido	1		2	2	2	2
Poltronas acolchoadas	10					
Vídeo cassete	1					
Oxímetro	1		2	2	2	2
Foco cirúrgico	2					
Bomba de vácuo	1		1		1	
Desfibrilador	1					
Negatoscópio	1					
Estetoscópio	35		35	35	35	35
Elecardiógrafo	1					
Glicosímetro	5		5	5	5	5
Monitor de pressão arterial	2					
Monitor cardiofetal	1					
Kit laringoscópio lâminas curvas	2					
Kit laringoscópio lâminas retas	1					
Termômetro clínico	35		35	35	35	35

**TABELA 47 - Laboratório de anatomia**

<b>EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>QUANT</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>.</b>
Armário branco 4 portas	2					
Modelo anatômico (sem tórax)	2					
Modelo anatômico (feto)	1					
Modelo anatômico(esqueleto)	1		1		1	
Modelo anatômico muscular	2			1		1
Modelo anatômico (aparelho digestivo)	1		1		1	
Armário com porta de vidro	5					
Serie de gestação (com 9 modelos)	1		1		1	
Modelo anatômico (cérebro)	1			1		1
Modelo anatômico (tronco)	1		1		1	
Modelo anatômico (órgão genital feminino)	2					
Modelo anatômico (cabeça)	2					
Modelo anatômico (órgão genital masculino)	2					
Modelo anatômico (aparelho auditivo)	2					
Mesa retangular de aço	2					
Cadeiras acolchoadas sem braço	33					
Estante de ferro	1					
Modelo anatômico (esqueleto)	3					
Manequim de ressuscitação adulto masculino	1		2		2	
Manequim recém-nascido fem.	1			2		2
Manequim para pratica de salvamento (tórax e cabeça)	2		5		5	5
Braço anatômico esquerdo	1			1		1
Braço anatômico direito	1		1		1	
Modelo anatômico simulador de parto	1		1		1	
Manequim anatômico criança masc.(mike)	1					
Manequim anatômico recém-nascido masc.	1					
Modelo anatômico kit braço esquerdo para simulação de pressão arterial	1					
Modelo anatômico kit braço esquerdo para punção arterial	1					
Modelo anatômico simulador de injeção intravenosa	1					
Manequim criança recém nascido fem. p/ pratica de salvamento	2					
Maleta de simulação de acidentes	1		1		1	

Cilindro O <sub>2</sub>	2					
Programa Boring Paint – software que projeta a imagem real de órgão do corpo humano em um modelo vivo.				01		
Modelo anatômico kit braço com rede venosa;			01			
Manequim anatômico adulto dos músculos;			01			
Modelo anatômico kit braço (pele);			01			
Modelo estrutural de mão – 3 partes;			01			
Manequim anatômico simulador de parto;	01					
Esqueleto de tronco com os órgãos internos;	01					
Esqueleto Fisioterapêutico;				01		01
Figura muscular masculina em tamanho natural – 37 partes;	01		01			
Pele, modelo em bloco, 70 vezes o tamanho natural;	01			01		
Sistema Circulatório modelo em relevo;	01		01			
Simulador de Parto	01					
Simulador de cuidados com o paciente geriátrico I;	01			1	1	1
Painéis didáticos anatômicos de Parede;	01		01	01	01	01

**TABELA 48- Laboratório de caracterização da matéria**

EQUIPAMENTOS/ESPECIFICAÇÕES	QUANT	2009	2010	2011	2012	.
Granulômetro a laser	-		01		01	
Defratômetro de Raio-X	-		01		01	
Aparelho termo gravimétrico (TG e ATD)	-		01		01	
Fluorescência de Raio-X	-		01		01	

#### 9.4 Relação Equipamento/aluno/curso

O IFRR oferece ambientes específicos para a formação dos alunos de acordo com as áreas em que esses buscam inserção no mercado de trabalho. Todos os ambientes laboratoriais para as aulas práticas são climatizados e possuem equipamentos que vêm atendendo os alunos em suas estações de trabalho, não necessitando que o aluno, para as aulas práticas, façam aquisição de materiais de consumo para as simulações necessárias durante sua formação, no entanto há necessidade de aquisição de mais equipamentos, bem como materiais de consumo para que o atendimento continue sendo de qualidade.

Considerando a descrição de todos os laboratórios específicos anteriormente descritos, confirmando o compromisso do Instituto com uma formação de qualidade são disponibilizados ainda equipamentos para os alunos poderem realizar seus estágios quando a instituição cedente do campo de estágio não dispõe de todos os recursos necessários para essa formação.

#### 9.5 Inovações Tecnológicas Significativas

O IFRR mantém em funcionamento um núcleo do Inter Rede onde os docentes disponibilizam o material utilizado nas aulas para uma equipe de alunos bolsistas fazerem a digitalização e disponibilizar para toda Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, possibilitando troca de experiências entre as demais instituições integrantes da rede.

Como forma de incentivo a formação todos os cursos do Instituto, com envolvimento do corpo discente, docente e demais servidores, desenvolvem projetos em cada área de formação que são disponibilizados para a comunidade interna e externa, possibilitando assim

a experimentação prática dos saberes e aprendizados adquiridos nos espaços pedagógicos do IFRR.

## 9.6 Biblioteca

**TABELA 49 – Acervo da biblioteca do IFRR**

Descrição dos Livros por área de conhecimento	QUANT	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Generalidades</b> (Conhecimentos, informática, biblioteconomia, bibliografias, catálogos, bibliotecas, enciclopédias, imprensa, museus, manuscritos/ livros raros, etc.).	797		20	20	20	20
<b>Filosofia/ Psicologia</b> (Metafísica, ontologia, cosmologia, movimento, epistemologia, psicologia, parapsicologia, ética, etc.).	323		12	12	12	12
<b>Religião</b> (Natureza de Deus, ciência e religião, a Bíblia, Antigo Testamento, Novo Testamento, salvação, igrejas, etc.).	35		4	4	4	4
<b>Ciências Sociais</b> (Sociologia, estatística, ciência política, economia, direito, administração pública, ciência militar, bem estar social, educação (1º, 2º e 3º graus), comércio, comunicação, transporte, turismo, folclore, etc.).	5.185		25	25	25	25
<b>Línguas</b> (História das línguas, etimologia, línguas ocidentais, asiáticas, africanas, orientais, aborígenes, etc.).	623		20	20	20	20
<b>Ciências Puras</b> (Matemática, astrologia, mecânica, química, física, geografia, paleontologia, biologia, antropologia, genética, botânica, zoologia, etc.).	1.407		25	25	25	25
<b>Ciências Aplicadas</b> (Tecnologia, ciências médicas, saúde pública, farmacologia, engenharias, outras operações afins, física aplicada, etc.).	4.074		25	25	25	25
<b>Artes</b> (Belas artes, artes decorativas, arquitetura, paisagismo, pintura, escultura, desenho, arquitetura antiga e oriental, etc.).	885		12	12	12	12
<b>Literatura</b> (História da literatura, literatura brasileira, literatura universal, oratória, poesia, novelas, cartas, humor, etc.).	1.330		25	25	25	25
<b>História, Geografia e biografias</b> (história universal, história do mundo antigo, história da Europa, da África, da Ásia, do Oriente, da Austrália, etc.).	766		15	15	15	15
<b>Referência</b> (Dicionários, enciclopédias, mapas, guias, anuários, almanaques).	600		12	12	12	12
<b>CD Roms</b> – Tecnologia, ciências médicas, saúde pública, farmacologia, engenharias, outras operações afins, física aplicada, empreendedorismo, ciências da natureza, História das línguas, etimologia, línguas ocidentais, asiáticas, africanas, orientais, aborígenes			25	25	25	25
<b>Assinatura de Jornal</b>	01	01	01	01	01	01
<b>Periódicos Capes</b>	12.661		10	10	10	10
<b>Referência</b>	174		12	12	12	12

## 10 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

De acordo com a Constituição Federal, de 1988, no artigo 208 inciso III, postula que é dever do Estado com a Educação sendo a mesma efetivada mediante a garantia de atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A declaração de Salamanca, afirma que: escolas regulares que possuam orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos.

A resolução CNE/CEB nº. 2/2001 assegura educação especial como modalidade de educação escolar, definida por uma proposta pedagógica que garanta recursos e serviços

educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Neste sentido é mister que nos sistemas de ensino devem funcionar um setor responsável e dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

O IFRR entende que tanto os estudantes com necessidades educacionais especiais quanto os profissionais responsáveis pelo atendimento, têm direitos a:

- Ser atendidos em suas necessidades especiais de ensino, aprendizagem e avaliação;
- Ser respeitado nas suas necessidades educacionais especiais por todos os integrantes e instâncias da comunidade do Instituto.
- Ter garantida a sua acessibilidade às dependências do Instituto.
- Apoio Pedagógico para professores e alunos;
- Acesso a recursos tecnológicos;
- Trabalhos de sensibilização da comunidade do IFRR;
- Quebra de algumas barreiras arquitetônicas;
- Contratação de Intérprete-Tradutor em LIBRAS para atender alunos surdos;
- Formação de uma equipe multiprofissional que atue diretamente no NAPNE;
- Acessibilidade arquitetônica total de acordo com a ABNT, quebrando todas as barreiras existentes para cadeirantes, cegos e surdos;
- Capacitação e formação continuada de servidores nas áreas da deficiência auditiva, visual- braille, mental, transtornos globais, altas habilidades, múltiplas deficiências; surdocegueira e as síndromes

## 11 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

### 11.1 - Planejamento econômico-financeiro

Receitas					
	2009	2010	2011	2012	2013

Aluguéis	24.837	25.887	26.935	28.025	29.160
Dividendos	1.248	1.365	1.481	1.607	1.744
Serviços Administrativos	185.764	199.847	213.936	229.018	245.163
Receita Operacional	<b>221.849</b>	<b>227.099</b>	<b>242.352</b>	<b>258.650</b>	<b>276.067</b>
Despesas					
	2009	2010	2011	2012	2013
<b>1. PESSOAL<sup>11</sup></b>	<b>16.932.175</b>	<b>23.617.172</b>	<b>30.229.979</b>	<b>38.694.372</b>	<b>49.528.795</b>
Docente e Técnicos Administrativos	13.299.377	18.839.459	24.114.507	30.866.569	39.509.208
Encargos	2.419.644	3.263.102	4.176.770	5.346.265	6.843.219
Benefícios Assistenciais	1.213.154	1.514.611	1.938.702	2.481.538	3.176.368
<b>2. MANUTENÇÃO<sup>12</sup></b>	<b>3.515.594</b>	<b>4.052.852</b>	<b>4.723.502</b>	<b>5.668.201</b>	<b>6.346.020</b>
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	50.000	105.840	121.716	146.059	160.665
Outros Materiais de Consumo	350.050	420.060	504.072	604.886	665.375
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.044	25.000	30.000	36.000	39.600
Limpeza e Conservação	592.000	610.000	732.000	878.400	966.240
Vigilância Ostensiva	580.000	600.000	720.000	864.000	950.400
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	8.000	57.737	69.285	83.142	91.456
Manutenção e Conservação de Veículos	45.000	52.933	65.000	78.000	93.600
Serviços de Energia Elétrica	700.000	710.000	745.000	894.000	1.072.800
Serviços de Água e Esgoto	10.000	10.000	10.000	12.000	14.400

<sup>11</sup> O percentual utilizado para projeção foi de 28% tomando como base a reestimativa de pessoal adotada pela SOF como projeção para o exercício de 2010.

<sup>12</sup> O percentual utilizado para projeção foi de 20% tomando como base a reestimativa de gastos nos últimos dois anos.

Serviços de Comunicação em Geral	70.000	117.997	129.796	155.755	171.330
Serviços de Telecomunicações	96.000	100.000	105.000	126.000	151.200
Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	150.000	150.000	165.000	198.000	217.800
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	150.000	180.000	198.000	237.600	261.360
Assistência ao Educando (Auxílio Financeira, Materiais de consumo e Material de Distribuição Gratuita)	614.500	817.285	1.013.433	1.216.119	1.337.730
Acervo Bibliográfico	80.000	96.000	115.200	138.240	152.064
<b>3. INVESTIMENTO<sup>13</sup></b>	<b>1.171.696</b>	<b>1.464.000</b>	<b>1.753.200</b>	<b>2.103.840</b>	<b>2.314.224</b>
Obras e Instalações	600.000	864.000	1.123.200	1.347.840	1.482.624
Equipamentos e Material Permanente	571.696	600.000	630.000	756.000	831.600
Despesas					
	2009	2010	2011	2012	2013
<b>4. CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES<sup>14</sup></b>	<b>407.222</b>	<b>443.872</b>	<b>479.382</b>	<b>551.289</b>	<b>606.417</b>
Treinamento	20.000	30.000	35.000	40.250	44.275
Diárias	150.000	165.000	175.000	202.750	224.025
Passagens e Despesas	130.000	140.872	147.000	167.550	183.305
Auxílio Financeiro a Estudantes	107.222	108.000	122.382	140.739	154.812
<b>TOTAL GERAL<sup>15</sup></b>	<b>22.026.687</b>	<b>29.577.896</b>	<b>37.186.063</b>	<b>47.017.702</b>	<b>58.795.456</b>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<sup>13</sup> O percentual utilizado para projeção foi de 20% tomando como base a necessidade de alocação de recursos para expansão da educação profissional e investimentos na rede.

<sup>14</sup> O percentual utilizado para projeção foi de 20% tomando como base as despesas utilizadas nos dois últimos exercícios.

<sup>15</sup> Fica registrado que estes créditos serão oriundos do Orçamento da União. Entretanto, além destes poderão existir créditos extra-orçamentários oriundos de Emendas Parlamentares e Provisão.

BRASIL, Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima. Indicadores de crescimento e desenvolvimento do Estado de Roraima. Boa Vista: DEES/SEPLAN–RR, 2008.35 p.

BRASIL. Decreto nº 94.664/julho de 1987. *Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a [Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987](#)*. DOU de 24/07/87.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999. 364 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Portarias. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 1.466/2001

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 2.051

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 2.253/2001

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 3.284/2003

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 3.643/2004

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 301/1998

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 7/2004

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Documento Base. Disponível

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –PROEJA. Documento Base. Brasília, agosto 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –PROEJA. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INTEGRADA À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. Documento Base. Brasília, agosto 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.



Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –PROEJA. Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental. Documento Base. Brasília, agosto 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima. PDI. Boa Vista, 2005.

BRASIL. Presidência da República Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República Decreto. Decreto nº 5.773/2006. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.892, de 29/12/ 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 2.494/1998

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.860/2001.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4.914/2003

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. D.O.U. de 14.7.2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.861/2004

Brasil. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de 23.12.1996.

BRASIL. Projeto Político Pedagógico do CEFET-RR: um projeto em construção. Boa Vista, 2005.

DEMO, P. Educar pela pesquisa. 4. ed. Campinas : Autores associados, 2000. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. Proposta curricular da ETRN. Natal: revista da ETRN, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.). Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETI, Celso J.; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (Orgs.). Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1997.

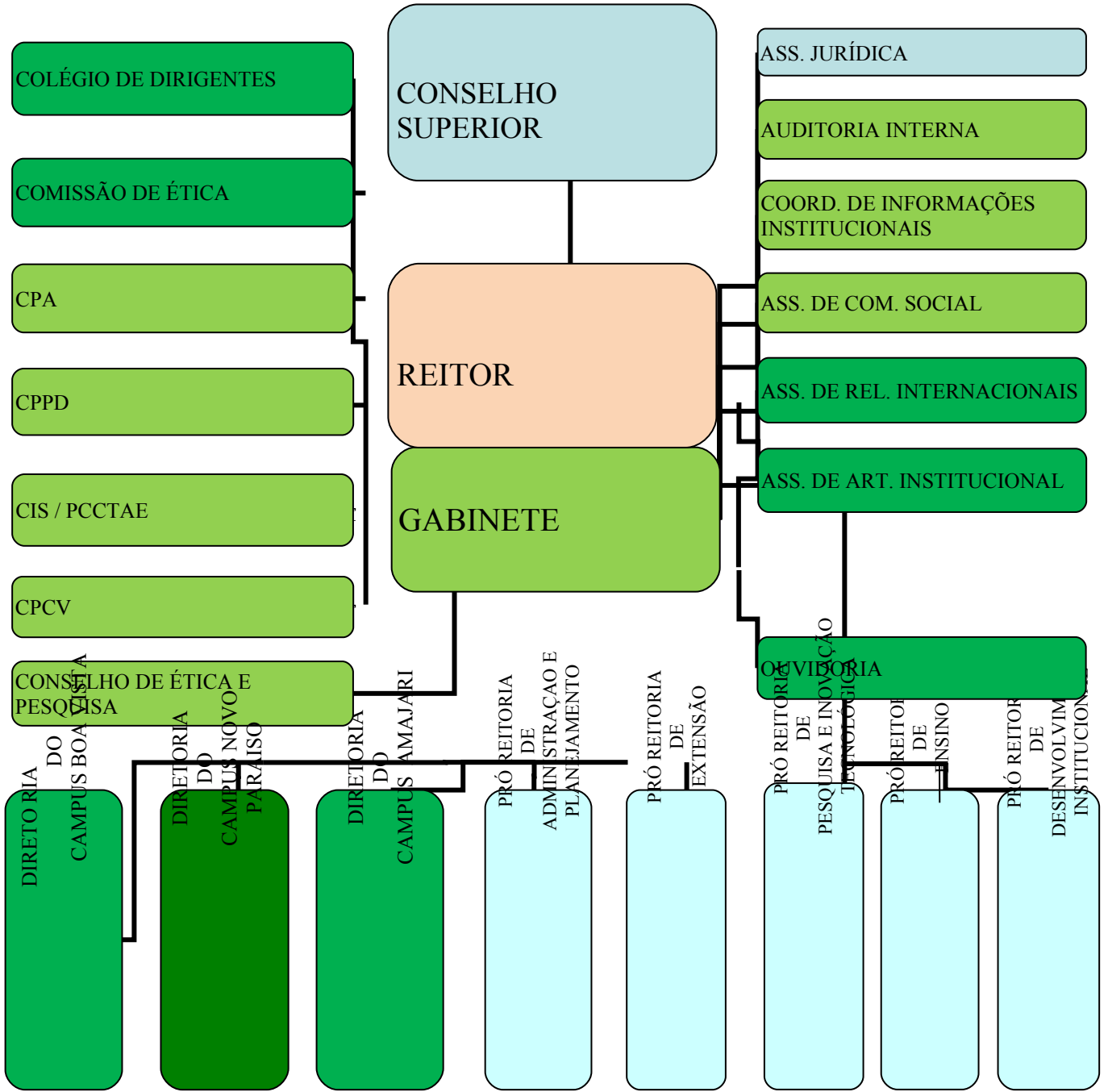
MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, Dante Henrique. A gestão socialmente produtiva de instituições de educação profissional In: 10 Encontro Internacional de Turismo, Hospitalidade e Desenvolvimento Sustentável. Natal: no prelo, 2004a.

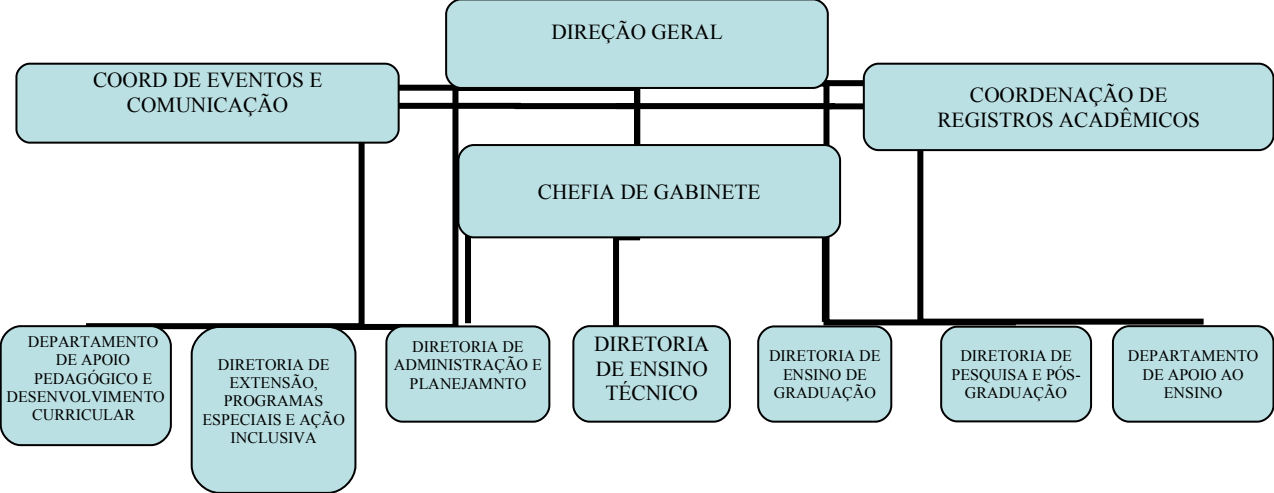
SANTOS, Eloísa. H. Metodologia para a Construção de uma Política de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica. MEC, 2004.

ANEXOS

ORGANOGRAMA DA REITORIA



ORGANOGRAMA DO CAMPUS BOA VISTA



ORGANOGRAMA DOS CAMPI AMAJARI E NOVO PARAÍSO

